

ANAIS DA IX MOSTRA CIENTÍFICA DA FACULDADE
MULTIVIX – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ISSN: 2526-0510



MOSTRA
CIENTÍFICA

DA MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

VOLUME 9, NÚMERO 1, 06 DE DEZEMBRO DE 2024

**ANAIS DA IX MOSTRA CIENTÍFICA DA FACULDADE
MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

06 de dezembro de 2024

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS ANAIS

Nelson Coimbra Ribeiro Neto

ISSN: 2526-0510

FACULDADE MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Campus I:

Rua Moreira, nº 29, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim-ES

CEP: 29.306-017

Campus II (Sede):

Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº 2531-2597, Monte Belo,

Cachoeiro de Itapemirim-ES

CEP: 29.320-899

Site: <http://cachoeirodeitapemirim.multivix.edu.br/>

Telefone: (28) 3526-4250

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

ANAIS DA IX MOSTRA CIENTÍFICA DA FACULDADE MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim v.9, n. 1. 06 dez. 2024 – Anual

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Diretor de Operações

Fernando Bom Costalonga

Diretor Financeiro

Rogério Ferreira da Silva

Diretor de Inovação

Giuliano Bresciani

Diretor Geral

Conrado Dias do Nascimento Neto

Coordenação Acadêmica

Laureanny Madeira

Coordenação de Graduações

Antonio Izo Junior

Coordenação de Pesquisa e Extensão

Nelson Coimbra Ribeiro Neto

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Comissão Editorial:

Antonio Izo Junior

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Laureanny Madeira

Nelson Coimbra Ribeiro Neto

Revisão Ortográfica:

Andressa Borsoi Ignez

Anais da IX Mostra Científica da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim / Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim – v. 9. n. 1, 14 dez. 2024 – Cachoeiro de Itapemirim: MULTIVIX, 2024.

Anual
ISSN 2526-0510

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – MULTIVIX.

CDD. 000

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim realizou em 2024 a sua IX Mostra Científica, envolvendo todos os cursos da Unidade, buscando atingir sua missão e visão institucionais.

A responsabilidade da IES para com a sociedade é demonstrada a partir da plena execução da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, de modo a se retroalimentar a comunidade sul capixaba com estudos científicos, cujas origens são pautadas tanto pelas disciplinas teórico-práticas quanto pelas ações extensionistas planejadas e praticadas por discentes e docentes.

Destacar a importância e o papel da ciência como norteadora na tomada de decisões da sociedade e a sua relevância para novas descobertas, e também para a inovação e melhoria da qualidade de vida, é fundamental para a identificação da assertividade da Multivix Cachoeiro em seu papel transformador social e econômico.

Desejamos que os conhecimentos adquiridos com o acesso aos trabalhos apresentados na IX Mostra Científica Multivix Cachoeiro possam abrir novas possibilidades e germinar sementes de Pesquisa e Extensão nos principais atores deste processo acadêmico.

Coselho Editorial
Faculdade Multivix Cachoeiro

SUMÁRIO

DESAFIOS, OPRESSÕES E VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO TRANS NA SOCIEDADE.....	05
VENTILADORES INDÚSTRIAIS E SUSTENTABILIDADE.....	13
A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO FEMINISTA HEGEMÔNICO.....	20
ALÉM DO PRECONCEITO: AS DIFICULDADES DAS PESSOAS TRANS PARA ACESSAR CUIDADOS DE SAÚDE.....	27
PLANTAS MEDICINAIS: UM DIÁLOGO ENTRE O SABER TRADICIONAL E CIENTÍFICO	34
HOMEM TRANS: DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE.....	41
EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR: ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E DOS FATORES CONTRIBUINTES.....	49
O RACISMO ESTRUTURAL E AS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO	56
INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS DE ANTIBIÓTICOS EM ODONTOPEDIATRIA.....	63
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE SÍFILIS EM JOVENS.....	70
SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES.....	77
MONITORAMENTO E DIAGNÓSTICO DE INTEGRIDADE ESTRUTURAL EM TEMPO REAL.....	84

TURBINAS HIDRÁULICAS MODERNAS: INOVAÇÕES EM DESIGN E MATERIAIS PARA MAIOR EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	88
SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: DESUMANIZAÇÃO E SAÚDE-MENTAL DE DETENTOS E EGRESSOS.....	94
LIBERDADE RELIGIOSA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO CARÁTER LAICO DO ESTADO (1824-1988).....	101
A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE E A CARGA DE CUIDADOS DO CÂNCER ORAL NA PRÁTICA ODONTOLÓGICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	107
BIOMARCADORES TUMORAIS PRÓ-INFLAMATÓRIOS NO PROGNÓSTICO DE CARCINOMA DE CÉLULAS ESCAMOSAS DE CAVIDADE ORAL.....	112
ANÁLISE DA PRESENÇA DE PARASITOSE EM REGIÕES RURAIS.....	121
O PAPEL CRUCIAL DA ENFERMAGEM NO MANEJO DO CHOQUE SÉPTICO.....	128

DESAFIOS, OPRESSÕES E VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO TRANS NA SOCIEDADE

CHEQUER, Maria Carolina Ferrare¹
FAGUNDES, Débora Mara Lamin¹
MOURA, Viviane Andrade¹
SILVA, André Rocha da¹
PEÇANHA, Fabiana¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹ Graduandos do Curso de Psicologia, da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – mariachequerr@gmail.com; deboramaramjm@hotmail.com; andrersilva11@gmail.com; viviane.vivi.andrade@gmail.com; fabiana.miglorenzo@outlook.com

² Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós- graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGPSI/UFES. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), estudos têm apontado um alto índice de violências sociais contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTIs) em nossa sociedade. Assim como evidencia a “exclusão, o ódio, o preconceito, a discriminação e a naturalização da LGBTI fobia em espaços públicos e institucionais” (CFP, 2019, p.20). Essas práticas fazem parte de uma organização social estruturada por meio da “negação da diversidade de orientação sexual e expressões de gênero” (CFP, 2019, p.20). Muitas vezes a opressão e o aniquilamento da subjetividade de uma pessoa trans se inicia no seio familiar resultando em um cenário de negligência e negação.

Para Saulo Vito Ciasca, Andrea Hercowitz e Ademir Lopes Junior (2021), no Brasil, os últimos anos foram ainda mais difíceis para a população LGBTQIA+ devido aos discursos violentos propagados por figuras públicas e representantes do governo. Discursos aliados a um contexto de desinformação nas fake news ganharam destaque nas mídias sociais. Além disso, houve restrição de investimentos em saúde e educação, situações que contribuem para o aumento das práticas opressivas e

violentas que têm dificultado a garantia de efetivação dos direitos humanos e sociais. Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa que visa problematizar as restrições e os desafios impostos pela sociedade à população LGBTQIA+. O objetivo é abordar sobre os desafios, opressões e vulnerabilidades da população LGBTQIA+ no contexto social com ênfase nas pessoas trans. Inicialmente foi realizada uma breve contextualização histórica da temática e descrevendo algumas práticas opressivas vivenciadas nesse contexto. Espera-se que esta pesquisa ajude a intensificar a visibilidade da população LGBTQIA+ e possa contribuir para a representatividade dessa população em políticas públicas. E que no processo de transformação e acolhimento da sociedade possa-se construir nas instituições e nos governos o comprometimento para com as necessidades que atendam às demandas inclusivas da população LGBTQIA+.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Para esta pesquisa foram realizadas buscas no Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na ferramenta de pesquisa Google Acadêmico sobre os descritores “transexualidade”, “historicizando a transexualidade”, “desafios vivenciados pela população trans”, “vulnerabilidade da população trans” e “acesso aos serviços de saúde para a população trans”. O primeiro critério para exclusão foi artigos publicados somente após 2019, o segundo critério de exclusão foi os artigos estarem relacionados ao campo de estudo da Psicologia ou ao acesso de serviços de saúde da população trans. Foi realizada uma leitura previa dos resumos e selecionados seis artigos mais relevantes para a temática deste estudo. Para enriquecer a pesquisa também utilizou-se os livros “Clínica (Trans)Sexualiza(Dor)A: Processos formativos de trabalhadores da saúde”, “Crianças Trans”, “Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar” e “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs” disponibilizado no site do Conselho Federal de Psicologia.

3 DESENVOLVIMENTO

A sigla LGBTQIA+ é usada para se referir às “pessoas que não são cisgêneras, heterossexuais, endossexo e alossexuais” (Ciasca; Hercowitz; Junior, 2021, p.70). As primeiras letras representam respectivamente as pessoas “lésbicas, gays, bissexuais,

peças transgênero (homens transexuais, mulheres transexuais, peças não binárias, travestis), peças intersexo, assexuais e o “+” busca incluir outras identidades, como a pansexualidade” (Ciasca; Hercowitz; Junior, 2021, p.70). Conforme Rafael Rodolfo Tomaz de Lima e colaboradores (2020), as peças trans provocam a ruptura de imposições históricas com relação ao que é ser homem e o que é ser mulher na nossa sociedade. Rompe com padrões de gênero tidos como ‘normais’, embasados por características biológicas, que caracterizam o gênero pelas genitálias, de forma binária e dicotômica. Evidencia também que a “(auto) identidade de gênero é também uma construção social e cultural” (Lima *et al.*, 2020, p.2).

De acordo com Lara Araújo Roseira Cannone (2019, p.22) “Os saberes psi (Psiquiatria, Psicanálise e Psicologia) são pioneiros em adentrar a discussão de sexualidade e gênero, mas não os primeiros a desconstruí-la”. As ciências começaram a desenvolver produções relacionadas às peças trans em meados do século XX, antes disso a homossexualidade e as orientações sexuais não eram tidas como objeto de estudo científico. A temática se restringia aos saberes médicos e psi, sem dialogar com perspectivas plurais e críticas aliados à lógica da patologia. Os conceitos formados sobre a população trans eram “produto do conhecimento médico, jurídico e moral” (Cannone, 2019, p.24).

Em uma época da história em que não havia uma “distinção entre identidade de gênero e sexualidades, as diferentes expressões eram resumidas à homossexualidade” (Cannone, 2019, p.24). Visto que, como descrevem os autores Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos (2021), foi apenas em 1869 que o escritor Karl Maria Kertbeny cunhou o termo homossexual, em substituição ao termo pederasta. Cannone (2019) explica que por volta de 1887 o termo passou a ser empregado em estudos psicopatológicos, atuava como guarda-chuva agregando toda a população LGBTQIA+ e sua complexidade e características. Já o termo heterossexual foi criado posteriormente em 1892, nos Estados Unidos da América.

A homossexualidade era associada à loucura e à delinquência. O Brasil, nesse período, operava pela lógica higienista, onde as peças “tidas enquanto dissidentes das normas: prostitutas, dependentes químicos, peças em situação de rua, mulheres subversivas” (Cannone, 2019, p.24), os LGBTQIA+ tinham como destino a internação compulsória. No decorrer da história muitos eram os destinos dessas peças, além da internação compulsória eram vítimas de crime institucionalizado,

torturas, mortes legitimadas nas fogueiras, doença sendo passível de tratamentos médicos como eletrochoques e a sodomia era considerada pecado (Cannone, 2019).

A cultura homoerótica perpassou a humanidade desde a Grécia antiga constituindo assim a sociedade ocidental. Observa-se também uma mutabilidade cultural no decorrer do tempo. A nomenclatura transsexual passa a ser empregada na década de 1920 enquanto que cisgênero surge 70 anos depois, em 1990. As terminologias do escopo da sexualidade e gênero são derivadas da área da saúde por profissionais psi com teor patológico, posteriormente essas terminologias são ressignificadas e aprimoradas buscando um olhar desassociado do estigma da anormalidade. A transexualidade foi conceituada pelo médico britânico Harry Benjamin na perspectiva patológica em 1953 (Cannone, 2019). Como descreve Sofia Favero (2020, p.63) “o cis fabrica o gênero e esconde sua própria fabricação [...]”.

Uma das maiores conquistas sobre a despatologização das identidades trans foi a retirada da seção de transtornos mentais da CID-11 para questões relacionadas à saúde sexual. A psicologia, desde 2011, tem se posicionado e um marco nos regulamentos referente às identidades de gênero foi a Resolução nº 01/2018 “que estabelece normas de atuação para psicólogas/os em relação às pessoas trans” (Cannone, 2019, p.22). No entanto, como explica Pablo Cardoso Rocon (2021), as identidades trans ainda constam no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-5) como Disforia de Gênero e na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11) como Incongruência de Gênero. Por mais que ocorra o processo transexualizador percebe-se que esses dispositivos assim como estratégias políticas de saúde estão sob efeitos de “normalização e reenquadramento pela patologização e medicalização das vidas que escorregam por dentro e fora das normas de gênero” (Rocon, 2021, p.29).

De acordo com as autoras Andréa Vanessa Carneiro Morais e Helena Moraes Cortes (2020), no Brasil, as cirurgias de redesignação sexual tanto a neovaginoplastia como a neofaloplastia são disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). Em consideração a isso, Pablo Cardoso Rocon e colaboradores (2020, p.2348), “o Processo Transexualizador é um importante serviço em saúde para a população trans que vislumbra intervenções cirúrgicas e hormonais”. No entanto, esses processos são muito demorados, burocráticos e excludentes. Para conseguir acesso aos serviços transexualizadores, o usuário precisa passar por, no mínimo, dois anos de

acompanhamento psicológico e psiquiátrico o que dificulta o acesso a esses serviços, enquanto perduram os preconceitos em várias esferas sociais. “Assim, o prazo de dois anos de acompanhamento psicológico compulsório é arbitrário, pois defende-se que a avaliação psicológica fosse realizada de acordo com as necessidades individuais da pessoa e não pré-estabelecidas” (Morais; Cortes, 2020, p.1).

A população trans vivencia muitas dificuldades “no acesso e permanência aos serviços públicos de saúde em decorrência da discriminação e patologização das vidas trans e do desrespeito ao nome social” (Rocon, 2021, p.29). Essas e outras situações levam o Brasil a ser campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, de forma que um LGBTQIA+ é brutalmente assassinado a cada 20 horas ou se suicida no Brasil. Em vista disso, o Brasil “lidera o ranking internacional em episódios recorrentes de transfobia” (Cannone, 2019, p.22). As práticas homofóbicas são responsáveis de forma direta ou indireta por essas mortes. A população LGBTQIA+ morre pela ação de um estado que os mata através de várias mãos, por armas de fogo ou pelos amoladores de faca muitas vezes induzidos por livros considerados sagrados. Essas pessoas são alvo do racismo contra todos aqueles não normalizados no gênero binário e a sexualidade heteronormativa (Rocon, 2021).

Segundo Antônio Ananias Nogueira Netto e Flamarion Dutra Alves (2024), a violência de gênero e a LGBTQIA fobia causam inúmeros danos na vida da pessoa. Dentre eles os autores destacam que um dos períodos mais difíceis relatados pelos participantes em sua pesquisa foi o período escolar. Os entrevistados relataram sofrer bullying, violência física, verbal e psicológica. O principal motivo por bullying apresentado na pesquisa foi o uso do banheiro feminino por mulheres trans. Nesse sentido, Nogueira Netto e Alves (2024, p.188) explica que “por muitos anos, o ambiente escolar não estava preparado para a diversidade, o que gera conflitos que se materializam nesse território em forma de violência física, verbal e psicológica”.

A violência dentro das escolas não é vivenciada apenas com pessoas trans mas por toda a população LGBTQIA+. Com a dificuldade de conviver no ambiente escolar somada ao despreparo dos profissionais para acolher este público as pessoas inseridas no grupo LGBTQIA+ abandonam os estudos. Para Nogueira Netto e Alves (2024, p.188-189) “a escola não é lugar de acolhimento e respeito à diversidade, tendo várias consequências futuras na escolaridade, trabalho e questões psicológicas”. Observa-se que os espaços territoriais são marcados por um modelo hegemônico

resultando em desigualdades estruturais para as pessoas que se identificam no grupo LGBTQIA+. Desta forma, essa população vive marginalizada e é importante pensar sobre a territorialização dos espaços, pois é fundamental que a população LGBTQIA+ possa ser inserida nesses espaços de forma autêntica sem marginalizações.

O aniquilamento e a negação da subjetividade das identidades trans ocorrem de diversas formas, seja na invasão da privacidade, na vigilância e normatização do desejo ou no comportamento expresso, violências verbais, psicológicas e sexuais, no olhar de condenação e restrições de ambientes, rompimento familiar e quebra de vínculo, enfim a destituição do outro de uma humanidade. São práticas violentas embasadas no conceito heteronormativo como única forma normal e possível de manifestar o desejo sexual, afeto, carinho e estabelecer uma relação familiar. Assim como “a cisgeneridade a única possibilidade de regulação de gênero e corpo” (CFP, 2019, p.37).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do complexo cenário social e político percebe-se que há um longo caminho para a despatologização e inclusão da população LGBTQIA+ no Brasil. A psicologia brasileira atua com comprometimento a favor da despatologização das identidades lutando pelas diversidades sexual e de gênero. Há um grande avanço das ciências psicológicas no que tange a essa população. Contudo, ainda há uma normalização através dos manuais diagnósticos necessários para poder dar entrada no processo transexualizador. São necessários dois anos de acompanhamento psicológico compulsório que colocam as pessoas trans no lugar de incapacitadas para fazerem suas escolhas.

Em suma, muitos movimentos pela despatologização das identidades trans permanecem embasados em certos conceitos sobre gênero e sexualidades tidos como verdades que idealizam novas categorias patológicas para enquadrar essa população tanto no DSM como no CID. Ademais, sabe-se que a ciência não produz uma verdade imutável, pois o conhecimento deve ser produzido constantemente considerando o contexto social no qual se produz. A busca pelos direitos da pessoa trans sobre seus corpos e suas escolhas vai além de verdades normativas, é, na verdade, um direito já estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos há mais de 70 anos que lhes está sendo negado.

5 REFERÊNCIAS

CANNONE, Lara Araujo Roseira. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228487, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MgsxScRgNWtdkrmkptwDwBC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago.2024.

CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir Lopes. **Saúde LGBTQIA+** : práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

CONSELHO Federal De Psicologia. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf. Acesso em: 20 ago.2024.

FAVERO, Sofia. **Crianças Trans**. Salvador, BA: Devires,2020.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. Homofobia: uma interpolação na abordagem da transexualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 24, n. 1, p. 25–50, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/tSLprS6rwJVGSTtkfBzDKqg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago.2024.

LIMA, Rafael Rodolfo Tomaz de et al. Análise bibliométrica de teses e dissertações brasileiras sobre travestilidade, transexualidade e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. e00301131, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/wrr7g3F9HKQNnMN6HzbKb3L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 ago.2024.

MORAIS, Andréa Vanessa Carneiro; CORTES Helena Moraes. Cirurgia de redesignação sexual: implicações para o cuidado. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 3, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/16773/11544>. Acesso em: 17 ago.2024.

NOGUEIRA NETTO, Antônio Ananias; ALVES, Flamarion Dutra. Territorialidades LGBTQIA+ em Alfenas – MG: entre espaços de acolhimento e insegurança. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 61, p. 169–215, 2024. DOI: 10.62516/terra_livre.2023.3427. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3427>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ROCON, Pablo Cardoso. **Clínica (Trans)Sexualiza(Dor)A**: Processos formativos de trabalhadores da saúde. Salvador, BA:Devires,2021.

ROCON, Pablo Cardoso *et al.* Vidas após a cirurgia de redesignação sexual:

sentidos produzidos para gênero e transexualidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2347- 2356, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4sX9R9TRSNk4hzdC8dwrsQb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago.2024.



VENTILADORES INDÚSTRIAS E SUSTENTABILIDADE

CASTELLARI, Eduardo Diirr¹
DELPUPPO, Gabriel¹
POLETO, Rafael Santuchi¹
MENEGARDO, Sávio Pontes¹
EIRIZ, Douglas Costa²

¹ Graduandos do Curso de Engenharia Mecânica da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – dududiirr@gmail.com; rspoleto@gmail.com; menegardo123@gmail.com; gabrieldelpupo2009@gmail.com

² Professor orientador: mestre e especialista em Engenharia Mecânica. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – engmeceiriz@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A crescente demanda por práticas industriais sustentáveis tem promovido avanços significativos em tecnologias voltadas para a eficiência energética. Entre essas tecnologias, os ventiladores industriais desempenham um papel crucial devido à sua aplicação em sistemas de ventilação e climatização em diversos setores produtivos. A eficiência energética desses ventiladores não só contribui para a redução de custos operacionais, mas também para a minimização do impacto ambiental associado ao consumo de energia.

Os ventiladores industriais, ao serem um dos principais consumidores de energia em muitas operações, são foco de contínua inovação. O designer aerodinâmico desses equipamentos tem sido aprimorado para otimizar o fluxo de ar e reduzir o arrasto, resultando em um desempenho mais eficiente. As melhorias no design incluem o desenvolvimento de lâminas mais eficazes e motores com maior eficiência energética, que juntos contribuem para uma significativa redução no consumo de energia e, conseqüentemente, no impacto ambiental.

Um estudo conduzido por BRASFIBER (2024) ressalta a importância da eficiência energética nas indústrias, destacando como práticas sustentáveis e inovações tecnológicas podem levar a uma economia significativa de energia e redução de emissões. Este estudo aponta que, ao adotar tecnologias avançadas e práticas de eficiência energética, as indústrias podem não apenas reduzir seus custos

operacionais, mas também alcançar um desempenho ambiental mais favorável.

Dada a importância dessas inovações, este estudo tem como objetivo investigar como as melhorias em eficiência energética e designer aerodinâmico estão sendo aplicadas para melhorar o desempenho dos ventiladores industriais. Serão exploradas as tecnologias mais recentes e sua contribuição para a sustentabilidade, com ênfase na redução do impacto ambiental e na otimização do uso de recursos energéticos.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste estudo é baseada em uma revisão de literatura extensiva, focada nas mais recentes inovações tecnológicas e práticas de eficiência energética aplicadas a ventiladores industriais. Foram revisadas fontes como artigos acadêmicos, relatórios técnicos e publicações especializadas, selecionadas com base em critérios de relevância, atualidade e aplicabilidade.

A pesquisa foi realizada em bases de dados acadêmicas e técnicas, incluindo Google Acadêmico, utilizando descritores como "eficiência energética em ventiladores industriais", "designer aerodinâmico de ventiladores" e "sustentabilidade em ventiladores industriais". Os materiais selecionados foram analisados quanto às metodologias empregadas, resultados obtidos e implicações práticas.

3 DISCUSSÃO

O desenvolvimento de ventiladores industriais com maior eficiência energética e melhor designer aerodinâmico representa um avanço significativo na busca por práticas industriais sustentáveis. As tecnologias atuais incluem lâminas projetadas para reduzir o arrasto e motores que operam com menor consumo de energia, resultando em um desempenho otimizado e menor impacto ambiental.

Segundo Johnson e Davis (2021), a implementação de práticas sustentáveis em sistemas de ventilação não só reduz o consumo de energia, mas também melhora a eficiência operacional. Lee e Kim (2020) corroboram essa visão, destacando que inovações no designer aerodinâmico têm contribuído para melhorias substanciais no desempenho dos ventiladores industriais.

Adicionalmente, o estudo de Smith e Brown (2022) oferece uma análise detalhada dos avanços em eficiência e designer aerodinâmico dos ventiladores

industriais, evidenciando a importância de integrar novos materiais e tecnologias no desenvolvimento desses equipamentos.

Esses avanços tecnológicos mostram que os ventiladores industriais modernos, projetados com foco em eficiência energética e melhorias aerodinâmicas, podem reduzir o consumo de energia em até 30%, conforme indicado por Garcia e Martinez (2019). Esses resultados demonstram a importância de investir em tecnologias que não apenas melhoram o desempenho dos ventiladores, mas também contribuem para a sustentabilidade ambiental.

Sonne, J. and Parker, D., 1998, " Promoveu um estudo a respeito da eficiência dos ventiladores industriais, de acordo com suas respectivas velocidades, neste estudo ficou evidente, que o ventiladores de baixa velocidade, são os mais eficientes para serem utilizados no ramo industrial, visto que os ventiladores de média e alta velocidade, sempre começavam com um intenso fluxo de ar, porém, o estudo foi dividido em estágios e ao chegar no estágio 7º os fluxos se estabilizavam, ficando evidente a alta eficiência energética em baixas velocidades.

Gráfico 1 – Desempenho do fluxo de ar dos ventiladores em baixa velocidade

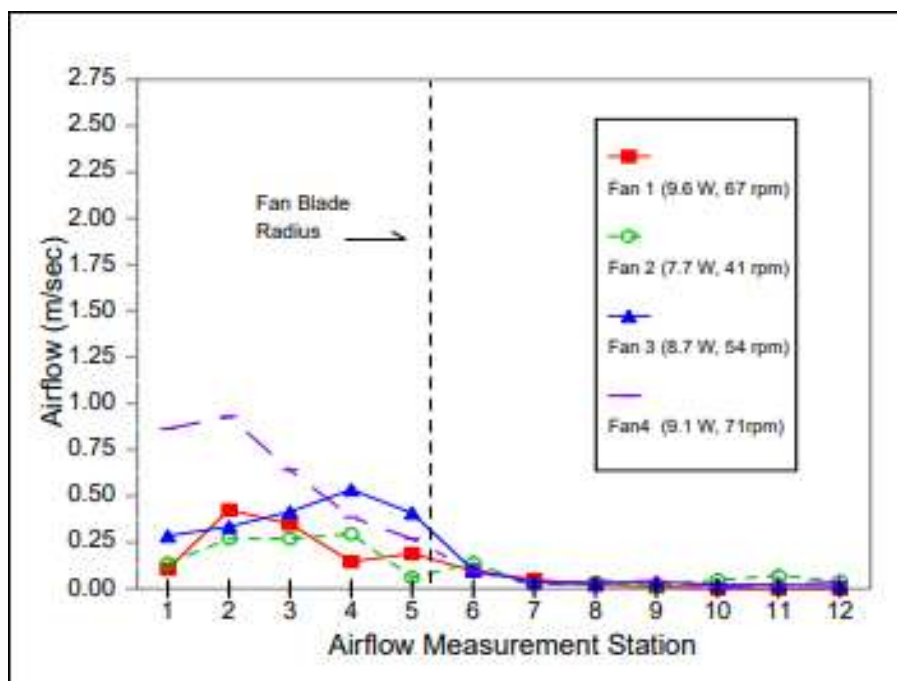


Gráfico 2 – Desempenho do fluxo de ar dos ventiladores em média velocidade

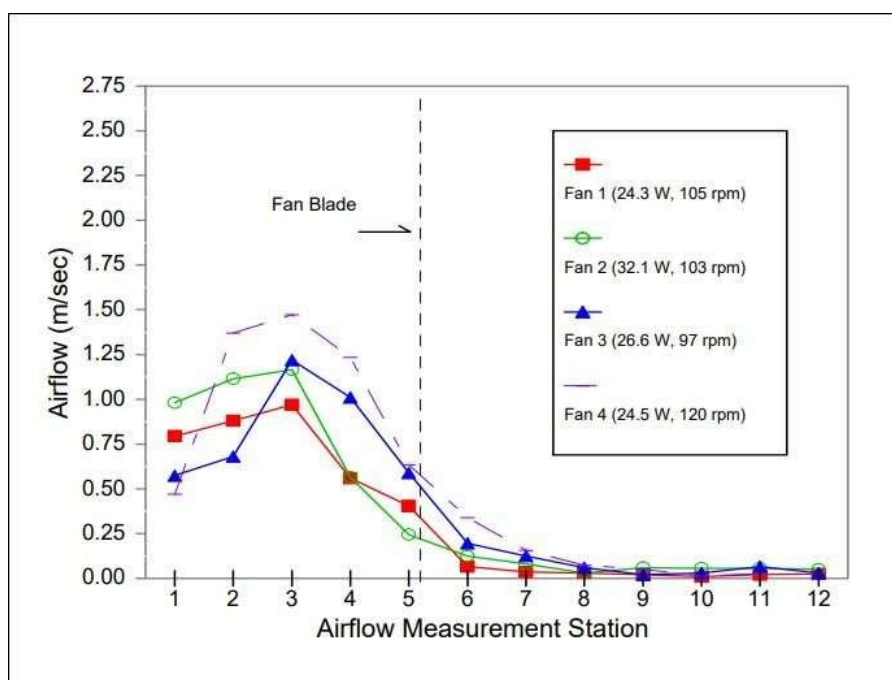
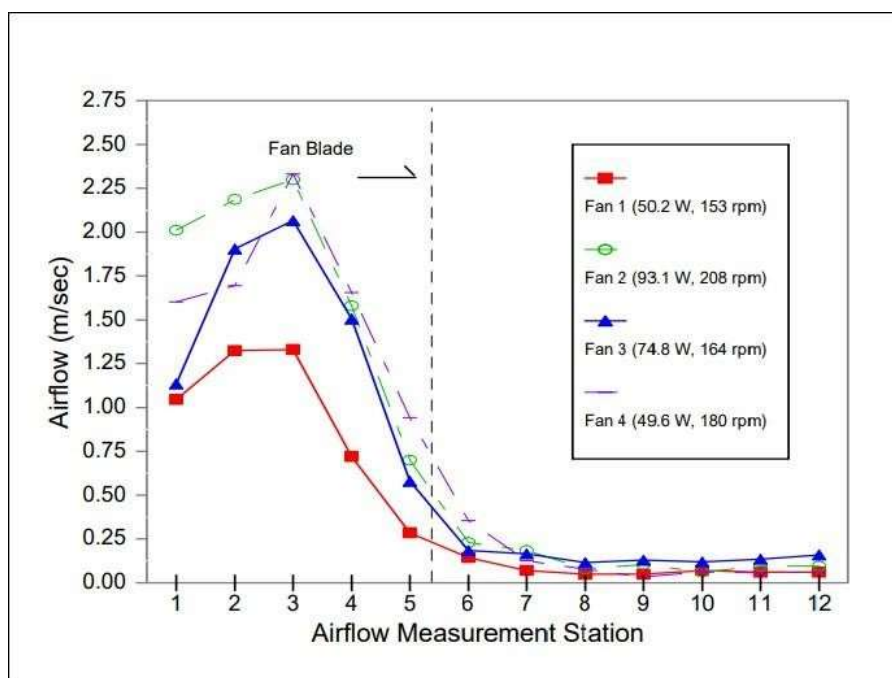


Gráfico 3 – Desempenho do fluxo de ar dos ventiladores em alta velocidades



Os gráficos 1, 2 e 3 mostram as velocidades do ar medidas sobre a área de medição para os quatro ventiladores em baixa, média e alta velocidade, respectivamente. A legenda fornece o consumo de energia do motor e rpm do ventilador. Os gráficos mostram que todos os ventiladores apenas forneciam bom fluxo

de ar ($>0,50$ m/s) sobre o raio das pás do ventilador (as pás se estendem entre as estações 5 e 6) e as velocidades são essencialmente desprezíveis quando a estação de medição 7 é alcançada.

Ademais, foi elaborado uma tabela, utilizando os dados a baixa, média e alta velocidade, onde index (índice) é uma medida de eficiência derivada da divisão do fluxo de ar pelo uso de energia. Cada ventilador tem o maior índice de eficiência energética em baixa velocidade e o menor índice em alta velocidade.

Tabela 1 – Desempenho e eficiência comparativos do ventilador

	Fan 1	Fan 2	Fan 3	Fan 4
<i>Low Speed</i>				
Airflow (cfm)	1087	1001	1866	1907
Power (Watts)	9.6	7.7	8.7	9.1
Index (cfm/W)	113	130	214	210
<i>Medium Speed</i>				
Airflow (cfm)	2476	2649	3664	4702
Power (Watts)	24.3	32.1	26.6	24.5
Index (cfm/W)	102	83	138	192
<i>High Speed</i>				
Airflow (cfm)	3110	6057	5339	6471
Power (Watts)	50.2	93.1	74.8	49.6
Index (cfm/W)	62	65	71	131

Os principais resultados da revisão revelam que a adoção de tecnologias avançadas em ventiladores industriais tem levado a uma melhoria significativa na eficiência energética. Gráficos e tabelas ilustram a comparação entre modelos antigos e novos, evidenciando a eficácia das melhorias aerodinâmicas e dos motores mais eficientes.

Adicionalmente, o estudo de Sonne, J. and Parker, D., 1998, fornece informações valiosas sobre a performance e os padrões de uso dos ventiladores de teto. Os resultados deste estudo mostram que melhorias na eficiência energética podem também levar a um aumento no conforto e na satisfação do usuário, além de reduzir o consumo de energia. Essa pesquisa sugere que a otimização do design dos ventiladores deve considerar não apenas a eficiência energética, mas também como

os usuários interagem com os ventiladores e suas preferências, o que pode impactar diretamente na eficácia das soluções implementadas.

Essas evidências demonstram que os avanços em design aerodinâmico e eficiência energética não só resultam em menor consumo de energia, mas também têm o potencial de melhorar a experiência do usuário. A integração de tecnologias modernas e a consideração de padrões de uso contribuem para um desempenho mais sustentável e satisfatório dos ventiladores industriais.

O impacto positivo dessas inovações é claro, mas é importante notar que a implementação efetiva desses avanços ainda depende de fatores como custo, adoção e integração com sistemas existentes. Estudos futuros que abordem a implementação prática e a avaliação de longo prazo dessas tecnologias serão cruciais para uma compreensão mais completa de seus benefícios e limitações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das inovações em eficiência energética e designer aerodinâmico para ventiladores industriais revela um progresso significativo na busca por práticas industriais mais sustentáveis. As melhorias tecnológicas recentes têm resultado em ventiladores com desempenho superior e menor impacto ambiental. As inovações, como lâminas projetadas para reduzir o arrasto e motores mais eficientes, têm mostrado um aumento notável na eficiência energética.

O estudo de Smith e Brown (2022) evidencia como o aprimoramento no designer e nos materiais dos ventiladores industriais contribui para uma operação mais eficiente e sustentável. Além disso, a pesquisa de Sonne, J. and Parker, D., 1998, fornece uma perspectiva adicional sobre a importância de considerar o comportamento do usuário e os padrões de uso para otimizar a eficiência e o conforto dos ventiladores. Este estudo destaca que melhorias na eficiência energética não só contribuem para a redução do consumo de energia, mas também podem melhorar a experiência do usuário e o conforto, tornando-se um fator crucial na adoção de novas tecnologias.

Os dados demonstram que os ventiladores industriais modernos, projetados com foco em eficiência energética e melhorias aerodinâmicas, podem reduzir o consumo de energia em até 30%, conforme indicado por Garcia e Martinez (2019). Estes avanços sublinham a importância de investir em tecnologias que melhoram o

desempenho e promovem a sustentabilidade ambiental.

5 REFERÊNCIAS

https://www.researchgate.net/publication/242302930_Measured_Ceiling_Fan_Performance_and_Usage_Patterns_Implications_for_Efficiency_and_Comfort_Improvement

BRASFIBER. (2024). Eficiência energética nas indústrias. Disponível em: <https://www.brasfaiber.com.br/blog/eficiencia-energetica-industrias/>

Garcia, P., & Martinez, H. (2019). Efficiency and Environmental Impact of Modern Industrial Fans. *International Journal of Sustainable Engineering*, 12(4), 300-315. DOI: 10.1080/19397038.2019.1678345

Johnson, M., & Davis, R. (2021). Sustainable Practices in Industrial Ventilation Systems. *Energy Reports*, 7, 567-580. DOI: 10.1016/j.egyr.2021.03.009

Lee, A., & Kim, S. (2020). Aerodynamic Improvements in Industrial Fans: A Review. *Renewable Energy*, 150, 1134-1148. DOI: 10.1016/j.renene.2020.01.029

Smith, J., & Brown, L. (2022). Advances in Industrial Fan Efficiency and Aerodynamic Design. *Journal of Industrial Engineering*, 45(2), 123-135. DOI: 10

A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NO MOVIMENTO FEMINISTA HEGEMÔNICO

BASTOS, Livia Albino¹
PAULA, Beatriz Ominikè da Silva¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹Graduandas do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES; livia.a.bastos13@gmail.com; beatrizominike@gmail.com

²Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGPSI/UFES. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O feminismo, ao longo de sua trajetória histórica, tem lutado para mobilizar mulheres acerca da defesa de seus direitos, pressionando para mudanças na sociedade visando a igualdade entre os gêneros. O enfoque está, principalmente, nas demandas das mulheres serem reconhecidas e integradas nas pautas de políticas públicas. No entanto, essa luta tem sido marcada por uma desigualdade histórica em relação às mulheres negras, cujas experiências de opressão não se baseiam apenas no gênero, mas também nos fatores de raça e classe, e que foram constantemente negligenciadas pelo movimento feminista hegemônico. Lélia Gonzalez destaca que:

Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial (Gonzalez, 2020, p. 35).

Gonzalez ainda sublinha que mesmo os grupos marginalizados, ainda carregam em si o racismo enraizado ao invisibilizar as demandas de mulheres negras. Continua:

Nesse sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são

liderados por mulheres brancas de classe média. [...] Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra. (Gonzalez, 2020, p.36).

No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX [...] as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e à vida pública (Ribeiro, 2018, p.23)”. Contudo, a linha histórica de conquistas do movimento feminista não se faz equiparado, apesar do mesmo gênero, por questões raciais não serem evidenciadas nas reivindicações das mulheres brancas, por exemplo, enquanto estas lutavam pelo acesso ao mercado de trabalho, as mulheres negras, que sempre trabalharam em posições subalternas, demandavam o direito de serem consideradas mulheres e não apenas força laboral desumanizada. De acordo com Angela Davis:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. [...] a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa (Davis, 2016, p.24).

Essa desumanização construída historicamente pela escravização, cria uma distancia entre as demandas do movimento feminista hegemônico e as demandas das mulheres negras, cujas lutas estavam estritamente ligadas a sobrevivência física e emocional decorrente do racismo, além do sexismo.

No entanto, o objetivo deste estudo é analisar criticamente como o feminismo tradicional invisibilizou as mulheres negras e como o movimento feminista destas desempenha um papel fundamental ao incluir as dimensões de raça e classe na luta pela igualdade de gênero. A partir de uma revisão bibliográfica das principais escritoras sobre o feminismo interseccional, pretende-se discutir como este ressignifica as lutas do movimento feminista contemporâneo.

2 METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica apresentada consiste em um estudo qualitativo, tendo como base eletrônica de dados Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Google

Acadêmico e outras literaturas encontradas na modalidade online que contribuem para a temática abordada. Os descritores utilizados para a pesquisa foram: “feminismo interseccional”; “gênero e raça” “invisibilidade da mulher negra”; “sororidade racializada”; “questões de gênero e raça no Brasil”; “feminismo no Brasil”. No total, foram encontrados 11 artigos, sendo 6 selecionados para análise, utilizando como critério de inclusão apenas estudos que abordavam a temática restritamente, a fim de proceder com a leitura sistemática e analítica dos textos para realizar a interpretação dos dados desses.

3 DESENVOLVIMENTO

Angela Davis, destaca em “Mulheres, Raça e Classe” (2016), que a invisibilidade da mulher negra dentro do feminismo hegemônico é resultado de um processo histórico patriarcal, porém, acima de tudo, racista. Ela observa que a percepção da mulher negra se dá, primeiramente, como força de trabalho e exploração sexual. “A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. (Davis, 2016, p.23)”. Tais condições citadas por Davis perduram na atualidade sob diferentes formas de opressão, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou em um estudo sobre estatística de gênero no ano de 2022 que, cerca de 32,3% das mulheres do país estavam abaixo da linha de pobreza, ou seja, tinham renda domiciliar per capita de até U\$6,85 por dia, segundo critério do Banco Mundial. Essa era a situação de 41,3% das mulheres pretas ou pardas que vivem no Brasil, contra 21,3% das mulheres brancas. Resultados estes que mostram a marginalização da mulher preta, sendo reservados à elas as piores condições de trabalho e renda onde são frequentemente associadas a funções de baixa remuneração e sem proteção social, como o serviço doméstico, que continua sendo um dos principais setores de ocupação para elas no Brasil, segundo este mesmo estudo. Ainda no contexto de trabalho, é evidente que no âmbito do movimento feminista, desde as primeiras lutas das mulheres brancas pelo direito à inserção no mercado de trabalho, por exemplo, a exclusão das pautas das mulheres negras. Angela Davis expõe “O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão.” (Davis, 2016, p. 24). Ao contrário das mulheres brancas, que lutavam pela emancipação da esfera doméstica e pela entrada no mercado de trabalho, as

mulheres negras já estavam inseridas no trabalho desde a escravidão, mas sem as garantias de dignidade e igualdade de condições. As conquistas feministas, como o direito ao voto e ao trabalho remunerado, não se estendiam de forma equitativa às mulheres negras, que continuariam sendo exploradas em trabalhos mal remunerados e precários. Djamila Ribeiro destaca que enquanto “mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam pra serem consideradas pessoas” (2018, p. 34).

Em “E eu não sou uma mulher: Mulheres negras e feminismo” (1981), Bell Hooks aborda como, durante o período do sufrágio no século XIX, as mulheres brancas se opuseram à inclusão das mulheres negras na luta feminista, muitas vezes adotando uma postura abertamente racista. A aliança entre as feministas brancas e os homens brancos, mencionada por Hooks, deixou as mulheres negras numa situação de duplo dilema: “As mulheres negras foram colocadas num duplo dilema; ao apoiarem o sufrágio feminino implicava que elas estavam a aliar-se às mulheres brancas ativistas que tinham publicamente revelado o seu racismo” (Hooks, 2014, p.6). Esse racismo explícito entre as feministas brancas estabeleceu barreiras para a participação das mulheres negras nas lutas sobre os direitos das mulheres.

Sueli Carneiro (2011), reforça essa crítica ao destacar que as feministas brancas falham em postergar as demandas relacionadas, não somente às questões de gênero, mas também de raça e classe, dizendo que “O movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres” (p.112). Ela sustenta que é impossível abordar as questões feministas sem reconhecer as dimensões raciais e socioeconômicas que afetam as mulheres negras. Contudo, como observa Davis:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (2016, p.9).

Essa dupla exploração, que combinava o trabalho físico com a apropriação sexual, se fixou como uma forma de controle sobre o corpo feminino negro, onde o poder patriarcal e racista se manifestava tanto na esfera laboral quanto sexual. A

naturalização dessa relação durante a escravidão gerou estereótipos duradouros, que sobrevivem até hoje a afetar as condições de vida das mulheres negras, como a hipersexualização e a desvalorização de seu trabalho.

Gonzalez (1984), expande esta análise ao relacionar a sexualização da mulher preta com o que ela chama de “neurose cultural brasileira”. Ela cita um trecho do livro “Formação do Brasil Contemporâneo (1976)” de Caio Prado Junior, que descreve a escravidão como um processo em que as mulheres negras eram “instrumentos de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores”, uma análise que reduz o ato sexual entre senhores e escravas a um “nível primário e puramente animal” (Gonzalez, 1984, p.231). Gonzalez critica essa visão, apontando a incapacidade dos intelectuais brancos de enxergarem as mulheres negras como algo além de um objeto sexual acima de sua humanidade. Ela ironiza essa perspectiva ao afirmar que “Pelo exposto, a gente tem a impressão de que branco não trepa, mas comete ato sexual e que chama tesão de necessidade.” (Gonzalez, 1984, p. 231), revelando como a racionalização do abuso sexual era usada para desumanizar as mulheres negras e legitimar sua exploração.

Estas situações de invisibilização da mulher preta, inclusive, por grupos também minoritários, como o das mulheres, gerou uma crítica essencialmente interseccional por parte do feminismo negro, tal como proposto por Kimberle Crenshaw (2002), que destaca que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p.177).

Isso revela que o feminismo negro surge, portanto, como uma resposta essencial para discutir sobre as opressões que são negligenciadas tanto pelas políticas tradicionais de igualdade racial, quanto pelo feminismo hegemônico.

Essa exclusão, como aponta Ribeiro (2018), faz com que as mulheres negras não tenham suas demandas atendidas, perpetuando seu distanciamento dos espaços de poder e decisão “A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz

com que ela não tenha seus problemas nem ao menos nomeados.” (Ribeiro, 2018, p. 52). Essa crítica é continuada quando Carla Akotirene, ao nomear as intersecções entre raça gênero e classe, o feminismo negro oferece um local mais inclusivo, “pondo as mulheres negras como sujeitos ativos na produção de conhecimento e resistência” (Akotirene, 2019, p.14). A visibilidade não é apenas uma questão de representação, mas uma característica importante para a construção de um movimento feminista capaz de lutar contra múltiplas formas de opressão que atingem essas mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente estudo teve como objetivo investigar a invisibilidade da mulher negra dentro do movimento feminista, identificando a exclusão como um processo histórico construído com bases no patriarcado e, sobretudo, no racismo. Com base nas análises de escritoras e filósofas negras como Angela Davis; Bell hooks; Djamila Ribeiro; Sueli Carneiro; Lélia Gonzalez entre outras, foi possível compreender que as mulheres pretas foram distanciadas das pautas feministas e das reivindicações pela igualdade racial, já que, como visto, as questões norteadoras da vida da mulher negra se baseiam em gênero, raça e classe. Reafirma-se, por isso, a importância do feminismo com uma abordagem interseccional que propõe a visibilidade às mulheres negras, pois este não apenas reconhece as múltiplas formas de opressão enfrentadas, mas também as coloca como sujeitos ativos na produção de conhecimento e luta, se tornando crucial para que as demandas das mulheres negras sejam reconhecidas e incluídas na luta pela equidade.

No entanto, os estudos que norteiam pautas sobre racialidade se deparam com uma falta de dados específicos sobre o que afeta especificamente as mulheres negras, uma vez que as pesquisas, em sua maioria, abordam sobre os negros de forma generalizada. Além disso, há uma naturalização do racismo e outras violências sofridas por estas mulheres por conta de uma estrutura social construída em preconceitos, que impede que muitos relatos e denúncias sejam feitos. Por isso, espera-se que este presente trabalho contribua para futuras pesquisas e discussões que explorem a fundo as diversas opressões dentro de grupos também marginalizados como as mulheres, pois, ao levantar o debate, essa pesquisa buscou ampliar o conhecimento e compreensão sobre a luta do feminismo interseccional e promover um feminismo que realmente inclua todas as formas de opressão.

5 REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, Kimberle. (2002). Background Paper for the Expert Meeting on the Gender-Related Aspects of Race Discrimination. **Revista Estudos Feministas**. 10. 171-188 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. 223-243 p.

HOOKS, Bell. **E não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** Tradução livre para Plataforma Gueto, 2014.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 12 p.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo de feminismo negro?** São Paulo: Companhia da Letras, 2018.

ALÉM DO PRECONCEITO: AS DIFICULDADES DAS PESSOAS TRANS PARA ACESSAR CUIDADOS DE SAÚDE

JESUS, Ana Luisa Baptista de¹
BIANCARDI, Hiryan Monte¹
BERNABÉ, Laise Viçosi¹
SILVA, Maria Eduarda Perim da¹
TORRES, Yasmin Sader¹
PEREIRA, Thiago Machado²

¹Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, aldejesus635@gmail.com; hiryan.m.biancardi@gmail.com; vicosilaise@gmail.com; mariaeduardaperim@hotmail.com; yasminsader@gmail.com

²Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGPSI/UFES, Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inclusão e o respeito às pessoas trans têm se tornado temas centrais nas discussões sobre direitos humanos e equidade social. No Brasil, o cenário apresenta avanços importantes, mas ainda extremamente desafiadores no que se refere à implementação e à efetividade das políticas públicas, em especial na área da saúde (Neves e Sívori, 2024). A Política Nacional de Saúde Integral LGBT – PNSI LGBT (Ministério da Saúde, 2013), instituída em 2011, representa um marco na garantia do acesso de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a cuidados integrais e humanizados no Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, mesmo com tais diretrizes, ainda persistem lacunas significativas que impedem a completa concretização desses direitos, especialmente no que tange à formação e à sensibilização dos profissionais de saúde para atender a comunidade trans (Costa-Val *et al.*, 2022; Arán, Murta e Lionço, 2009).

O presente estudo busca explorar como a PNSI LGBT tem sido implementada em diferentes regiões do Brasil, com destaque para o estado do Amazonas, analisando os avanços, limitações e desafios que ainda são enfrentados pelas pessoas trans no acesso a serviços de saúde inclusivos e humanizados (Neves e



Sívorí, 2024). A partir de uma revisão crítica da literatura e da análise de casos específicos, este trabalho visa contribuir para a reflexão e o aprimoramento das políticas públicas de saúde voltadas a esse grupo vulnerável, propondo medidas que possam efetivamente assegurar o direito à saúde com dignidade e respeito (Costa-Val *et al.*, 2022).

2 METODOLOGIA

Suely Ferreira Deslandes (2002) destaca que “quando escrevemos um projeto, estamos mapeando de forma sistemática um conjunto de recortes. Estamos definindo uma cartografia de escolhas para abordar a realidade (o que pesquisar, como, por quê)” (p. 34). Diante disso, o presente trabalho trata-se de revisão de literatura qualitativa. O critério aplicado para a escolha dos materiais foi discorrer acerca dos temas transexualidade, direitos de pessoas trans e política nacional de saúde integral. As pesquisas foram conduzidas por meio da base eletrônica de dados dos sites Scielo, Ministério da Saúde e Planalto Brasileiro, além de livros digitais, a partir das palavras chaves: transexualidade, direitos de pessoas trans, transfobia, gênero e sexualidade e foram consideradas informações de 2002 a 2024. A pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2024, onde foram encontrados 35 documentos relacionados ao tema, sendo que 11 foram selecionados. Os critérios de exclusão utilizados foram a proximidade com o tema trabalhado e ano de publicação.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e a realidade no Brasil.

Conforme o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

No entanto, assegurar esse acesso de maneira abrangente e equitativa permanece sendo um desafio em diferentes contextos, especialmente para os diversos grupos que necessitam de atendimento específico para suas particularidades. Visando assegurar esses direitos às pessoas LGBT em 2011, foi datada a PNSI LGBT, oficializada efetivamente em 2013, no âmbito da aprovação das

políticas de equidade.

Apesar da existência de tais políticas que asseguram o direito básico a saúde de pessoas trans, essa não tem sido efetiva mesmo após a publicação. O Brasil lida com índices elevados de violência contra pessoas trans e uma ausência contínua de proteção por parte do Estado, sendo o país com o maior número de assassinatos dessas pessoas no mundo. A falta de políticas públicas resulta em um ambiente social precário para a população trans, fazendo com que a expectativa de vida (estimada) não passe de 35 anos de idade (Benevides e Nogueira, 2019).

Márcia Arán, Daniela Murta e Tatiana Lionço (2009) apontam que outro obstáculo para a implementação efetiva do processo transexualizador é a necessidade de treinamento das equipes de saúde, com ênfase na humanização, visando combater as situações de discriminação enfrentadas pelos usuários. Outrossim, os autores destacam também a importância de entender as experiências de pessoas trans em meio aos diversos fatores que as influenciam, e apontam as limitações de um diagnóstico que tenta padronizar essas vidas com base na noção inexistente de um “transexual de verdade”.

Marcos Renato Benedetti (2006) articula que dentro da variedade de violações que esses indivíduos vivenciam no sistema de saúde e que dificultam o acesso aos cuidados, os episódios de transfobia e travestifobia por parte dos profissionais de saúde são um dos principais fatores no uso dos serviços, como a recusa em utilizar o nome social e a exposição da identidade de gênero sendo as ocorrências mais comuns, sendo assim busca por cuidados médicos costumam ser adiadas em razão de experiências de discriminação anteriores, o que acarreta em abandono de tratamentos como o de HIV/ AIDS.

Lívia Karoline Moraes da Silva *et al* (2017) vai ressaltar que, mesmo quando a população transexual consegue acessar os serviços de saúde, ainda enfrenta segregação social e é direcionada principalmente para serviços específicos, como os centros especializados no processo transexualizador. Isso ocorre, em grande parte, porque esses centros possuem profissionais capacitados para atender essa população e tratar questões relacionadas à identidade de gênero. No entanto, essa concentração de cuidados gera limitações no acesso da população trans a serviços de saúde que promovem e protegem a saúde de forma integral em outras instâncias, como na atenção básica, onde as minorias sexuais são raramente atendidas, apesar

de ser essa a principal porta de entrada dos serviços de saúde.

3.2 Locais de implementação da PNSI LGBT e suas implicações

As políticas voltadas para a inclusão e o respeito das pessoas trans na sociedade é uma grande evolução em que se tem uma busca pela igualdade e avanço quanto à sociedade. André Luiz Machado das Neves e Horacio Federico Sívori (2024) reiteram o que já foi retratado em nosso estudo, ou seja, em 2011, surge a Política Nacional de Saúde Integral dos LGBT, que garante o acesso aos serviços de saúde no processo transexualizador. Em muitos contextos, temos alguns locais que são exemplo dessas políticas, que fazem de seu ambiente mais inclusivo. Porém, até nesses locais, sempre há espaço para melhoria:

No Amazonas, cenário deste estudo, as políticas específicas em saúde são ainda mais incipientes. Uma das reivindicações da XVI Parada do Orgulho LGBT de Manaus, no início desta pesquisa em 2016, foi a construção de Políticas Públicas LGBT no Amazonas. Durante as comemorações do Dia da Visibilidade Trans, em 29 de janeiro do mesmo ano, foi discutida pela primeira vez a Saúde Trans para além do papel das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e HIV/aids. As atuais políticas de saúde para pessoas trans em Manaus, incluem, além de práticas de prevenção contra o HIV/aids e outras IST, a orientação sobre a hormonioterapia ofertada pelo ambulatório vinculado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) (Neves e Sívori, 2024, p.3).

Um dos problemas enfrentados pelas pessoas trans na saúde é a falta de formação e de sensibilização dos profissionais da área. Muitos profissionais não estão preparados para atender as necessidades dessa comunidade, o que pode acabar levar a atendimentos inadequados ou até mesmo a atendimentos desumanizados. A pobreza sobre as questões de gênero pode levar a diagnósticos errôneos sem contar que pode ocorrer um tratamento que desqualifica sua vida de fato (Thomazi, Avila e Teixeira, 2022). As pessoas trans estão expostas a violações dos direitos humanos – que incluem discriminação social e laboral, criminalização, patologização, exposição à violência transfóbica e homicídios e exclusão social. Todas essas questões corroboram com a vulnerabilidade em saúde, pois esta população não consegue ter o exercício de direito à saúde (Rafael *et al.*, 2023).

A falta de informação e até mesmo de políticas públicas contribui para a dificuldade no acesso à saúde por parte dessas pessoas. Diversas vezes o local não atende as necessidades da população trans. Devido ao estigma associado aos estereótipos negativos e à transfobia, os direitos humanos, especialmente o direito à

saúde das pessoas trans, são violados diariamente. Quando pessoas trans tentam acessar serviços básicos de saúde, elas são marginalizadas e excluídas (Thomazi, Avila e Teixeira, 2022).

Como sempre é necessário aprimorar as políticas, alguns pontos merecem atenção, são eles: a psicoeducação, a saúde e o bem estar das pessoas trans, aspectos legais, igualdade e representatividade. Desafiar o essencialismo biológico de gênero, que perpetua as desigualdades entre os grupos, significa expandir as dimensões do cuidado para além da anatomia do corpo. O atendimento integral às pessoas trans, não-binárias ou cisgêneros começa quando as chamamos pelo nome (Rafael *et al.*, 2023).

Na perspectiva da psicoeducação, programas de educação e sensibilização devem ser criados sobre as questões de gênero em locais que podem ser essenciais para combater o preconceito e estimular a aceitação, como em ambientes de trabalho, UBS e escolas (Costa-Val *et al.*, 2022). O encontro com contingências nas práticas de cuidado é, nesse sentido, bastante potente para desconstruir conhecimentos preestabelecidos e possibilitar o surgimento de formas inéditas de saber. Para tal feito, se faz presente a necessidade de que haja inclusão e respeito. Em locais que a política não funciona, se faz necessária a busca por melhorias, que possam criar um ambiente acolhedor. Somos capazes de ter uma sociedade onde as pessoas possam ter dignidade e igualdade, independente do gênero (Costa-Val *et al.*, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos mencionados, evidencia-se a falta de conhecimento sobre as especificidades das pessoas trans em seus tratamentos, refletindo a ausência de entendimento acerca das questões de gênero e da forma adequada de atender a esses indivíduos em seus direitos. Rafael *et al* (2023), enfatiza que é importante trazer para os profissionais da saúde não só a visão biológica clínica, mas para além disso uma discussão social, subjetiva dos fatores que atravessam essas pessoas para além do biológico.

Há uma forte necessidade de aprimoramento não só ao processo, mas da capacitação e preparação dos profissionais da saúde para os atendimentos e das demandas apresentadas, sendo o respeito e a ética profissional pilares para um atendimento de qualidade a essas pessoas. Arán, Murta e Lionço (2009) vão salientar

a importância do aprimoramento e compreensão por parte dos profissionais e assim entendendo o processo transexualizador.

Em suma, o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a população trans e do processo transexualizador, enfatizando a equidade do atendimento pelos profissionais da saúde, a igualdade, o respeito e os aspectos apresentados são de grande evolução para o melhor atendimento dessas pessoas. Com isso, é importante a compreensão da luta por direitos e espaços das pessoas trans nos âmbitos básicos do atendimento humanizado, reforçando o aperfeiçoamento das práticas de acolhimento e atendimento dessas pessoas, capacitando os profissionais para a atuação e entendimento das demandas apresentadas por essa população e cada uma das suas necessidades (Silva *et al.*, 2017).

5 REFERÊNCIAS

ARÂN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1141–1149, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/SBvq6LKYBTWNR8TLNsFdKkj/?lang=pt#>. Acesso em: 10 set. 2024.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita**: o Corpo e o Gênero das Travestis. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 144 p.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA; IBTE, 2019. 60 p. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

COSTA-VAL, Alexandre *et al.* O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 2, 21 p., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/DsNnpXhPn7WrvGXDFXvMXvx/#>. Acesso em: 06 set. 2024.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p 31-50. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em:

06 set. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 7 set. 2024.

NEVES, André Luiz Machado das; SÍVORI, Horacio Federico. Ação política em saúde de pessoas trans em Manaus, Amazonas, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, 10 p., 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/hWJqqR3CLqrMZ8cgfrf9xWw/#>. Acesso em: 06 set. 2024.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo *et al.* Inclusão ou ilusão da identidade de gênero no país com o maior número de assassinatos de transgêneros: um ensaio crítico brasileiro. **Escola Anna Nery**, v. 27, 6 p., 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/FPZHqqNT4ST9TG9kBNqHJHb/?lang=pt#>. Acesso em: 06 set. 2024.

SILVA, Livia Karoline Moraes da. *et al.* Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/HKDP7qK4mfcH5Wy9QNTf38v/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 out. 2024.

THOMAZI, Guilherme Lamperti; AVILA, Simone; TEIXEIRA, Luciana Barcellos. Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 21, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sess/a/XdK5Z6RhzbvHQnPz7tjkhXN/#>. Acesso em: 24 out. 2024.

PLANTAS MEDICINAIS: UM DIÁLOGO ENTRE O SABER TRADICIONAL E POPULAR

BASSINI MESQUITA, Vanêssa¹
OLIVEIRA DA SILVA, Ana Flávia²
MALEQUE BARRETO, Cauã²
BARRETO MAGALDI, Emily²
FRAGOSO DE SOUSA, Maryana²
LANDI SABATINE, Michele²
JORDÃO BICALHO, Alessandra³
TORRES MORAES, Carolina⁴

¹ Graduando do Curso de Farmácia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – vanessabassini123@gmail.com

² Educandos da EEEFM “Fraternidade e Luz”. Cachoeiro de Itapemirim-ES – KL oliveiraanaflavia2008@gmail.com; cauamaleque26@gmail.com; emilybarreto731@gmail.com; maryanafragoso9@gmail.com; michele.landi1509@gmail.com

³ Professor Coorientador: mestre em Biologia, Escola Estadual: EEEFM “Fraternidade e Luz”. Cachoeiro de Itapemirim-ES.

⁴ Professor orientador: mestre em Química, Curso de Farmácia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – carolina.tmoraes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais é uma prática milenar, presente em diversas culturas ao redor do mundo, e está profundamente enraizada na sabedoria popular, refletindo a integração entre cultura e saúde em contextos históricos específicos (ALVIM ET AL., 2006). Desde os primórdios da civilização, as plantas têm desempenhado um papel crucial no tratamento de doenças e na promoção da saúde, seja por meio do conhecimento tradicional transmitido oralmente entre gerações, seja pela exploração científica de espécies vegetais como fontes de moléculas bioativas com potencial terapêutico. Esse uso é amplamente reconhecido em diversas sociedades, não apenas como um legado cultural, mas também como uma prática que se mantém viva e relevante até os dias atuais (CARVALHO & SILVEIRA, 2010).

No Brasil, um marco importante para o reconhecimento formal do uso de plantas medicinais foi a publicação da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2009, que destacou 71 espécies

de plantas prioritárias para pesquisa e implementação nos serviços públicos de saúde (BRASIL, 2009). Posteriormente, em 2010, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 10 ampliou esse cenário, listando 66 plantas com ações terapêuticas comprovadas para uso seguro na saúde humana (BRASIL, 2010).

Essas iniciativas refletem um esforço governamental para integrar o uso tradicional das plantas medicinais ao sistema formal de saúde, incentivando pesquisas e o desenvolvimento de novos tratamentos fitoterápicos, ao mesmo tempo que promove a segurança no seu uso pela população.

O conhecimento sobre as propriedades curativas dos vegetais remonta à antiguidade, mas continua a ser amplamente utilizado, tanto pela indústria farmacêutica quanto pela população em geral. No Brasil, essa prática é ainda mais relevante devido à riqueza de sua biodiversidade, que abriga cerca de 55 mil das aproximadamente 500mil espécies vegetais conhecidas no mundo (BRASIL, 2016).

A partir da década de 1990, o interesse em explorar as propriedades medicinais das plantas cresceu substancialmente, levando a avanços significativos nas pesquisas sobre recursos naturais e à descoberta de inúmeras substâncias terapêuticas (COSTA-LOTUFO et al., 2010). No entanto, apesar do vasto potencial, estima-se que apenas 25% dos fitoterápicos registrados mundialmente tenham origem na América do Sul, e menos de 15% das espécies vegetais brasileiras foram investigadas para fins medicinais (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2010). Esses números evidenciam a necessidade de intensificar as pesquisas sobre a flora brasileira, a fim de explorar seu imenso potencial para a descoberta de novos princípios ativos que possam ser utilizados na criação de medicamentos inovadores.

Diante desse cenário, a compreensão das plantas medicinais utilizadas pelas comunidades locais, especialmente dentro de ambientes como o escolar, se torna uma ferramenta importante para resgatar e valorizar o conhecimento tradicional. No contexto da comunidade escolar da EEEFM “Fraternidade e Luz”, a investigação das plantas medicinais mais conhecidas e utilizadas permite não só documentar a cultura medicinal local, mas também possibilita a devolução desse conhecimento à comunidade em um formato acessível e cientificamente embasado. Essa ação promove a integração entre o saber popular e o saber científico, fortalecendo a confiança no uso seguro das plantas medicinais.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo seguiu um delineamento de estudo de caso, com abordagem qualitativa, permitindo uma análise aprofundada de um fenômeno específico no contexto natural. Segundo CRESWELL (2014), essa abordagem é ideal para compreender fenômenos complexos e situados, utilizando múltiplos métodos como entrevistas, questionários, observações e análise documental.

O estudo foi realizado na comunidade escolar da EEEFM “Fraternidade e Luz” em Cachoeiro de Itapemirim-ES. A amostra foi intencional, composta por moradores, funcionários e professores que utilizam plantas medicinais. Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário com 15 questões, tanto abertas quanto fechadas, abrangendo aspectos socio demográficos, origem do conhecimento sobre plantas medicinais, frequência de uso, espécies mais utilizadas, cultivo e percepção de riscos associados. As perguntas fechadas foram analisadas quantitativamente e apresentadas por gráficos descritivos, enquanto as questões abertas passaram por uma análise de conteúdo segundo BARDIN (2011), identificando padrões e categorias nas respostas.

Além do questionário, os alunos desenvolveram uma horta com as plantas medicinais selecionadas, acompanhando seu crescimento com registros fotográficos. Uma revisão bibliográfica detalhada sobre as propriedades medicinais das plantas foi conduzida. O estudo também incluiu uma visita à tribo indígena de Aracruz, onde foram realizadas entrevistas para documentar o uso tradicional dessas plantas.

O projeto culminará na elaboração de uma cartilha educativa sobre as plantas medicinais, com uma análise comparativa entre o conhecimento tradicional e os dados científicos coletados. O relatório final será amplamente compartilhado, promovendo a integração dos saberes tradicionais e científicos, com foco na saúde, educação e sustentabilidade da comunidade escolar e dos povos indígenas envolvidos.

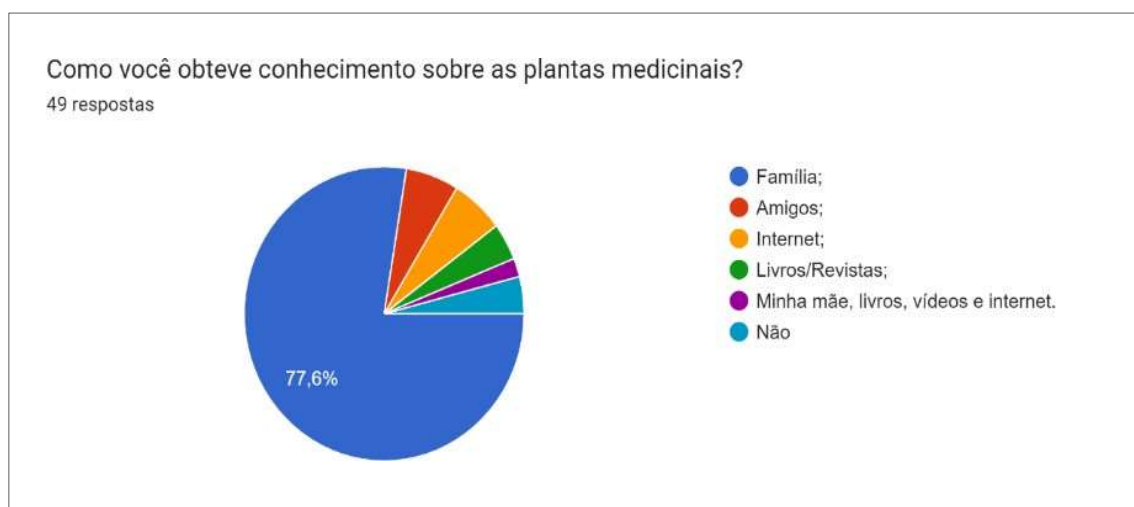
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada por meio da plataforma Google Forms e contou com a participação de 49 indivíduos para a coleta de dados. A faixa etária dos entrevistados variou consideravelmente, destacando-se a maior proporção de participantes na faixa de 18 a 25 anos, que representou 24,5% do total. Quanto a utilização de plantas medicinais, constatou-se que mais da metade já utilizaram ou costumam utilizar,

totalizando 77,6% do público entrevistado, confirmando os dados apresentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que indicam que 80% da população global utiliza algum tipo de planta com o objetivo de aliviar suas sintomatologias.

Em seguida, foi indagado aos entrevistados sobre a fonte de informação que utilizavam para adquirir conhecimento acerca do uso de plantas medicinais. Os resultados indicaram que a maioria se informava por meio de familiares. Os dados, ilustrados no gráfico da Figura 1, evidenciam que mais de 77% dos entrevistados recorriam ao saber tradicional, aquele que é transmitido por gerações familiares, para obter informações sobre as plantas medicinais e seus efeitos. Esses achados corroboram os resultados apresentados por ELSEN *et al* (2004), que ressaltam que a transmissão de conhecimentos relacionados à saúde, como o uso de plantas medicinais, ocorre predominantemente no ambiente familiar, de maneira oral, entre os membros da família.

Gráfico 1 – Gráfico que evidencia a fonte de conhecimento acerca do uso de plantas medicinais



Fonte: O Autor, 2024.

Mais especificamente, foi questionado aos entrevistados quais plantas medicinais eles utilizavam com mais frequência, limitando as respostas a um máximo de cinco espécies. As respostas variaram predominantemente entre as seguintes plantas: boldo (*Peumus boldus*) com trinta e oito menções, camomila (*Matricaria chamomilla* L.) com dezessete menções, erva-cidreira (*Melissa officinalis*) com dezesseis menções, hortelã (*Mentha spicata*) com quinze menções e babosa (*Aloe vera*) com dez menções. Resultados muito semelhantes foram encontrados por

Brasileiro et al. (2008) e Cortez et al. (1999). Esses dados confirmam quais foram as cinco plantas que os entrevistados relataram ter utilizado com maior frequência.

Em decorrência dessa seleção, foi realizada a implantação de uma horta orgânica com as espécies selecionadas pelos participantes, conforme ilustrado na figura 2.

Figura 2 – Horta orgânica com as espécies mais utilizadas pelos entrevistados



Fonte: O Autor, 2024.

É importante ressaltar a ação farmacológica de cada uma das espécies: a boldina, componente principal do boldo, é responsável por sua capacidade de estimular a secreção biliar e oferecer proteção ao fígado (LIMA et al., 2015); o camazuleno, presente na camomila, confere propriedades anti-inflamatórias e relaxantes (SOUZA et al., 2016); os compostos bioativos da babosa, como o *aloe vera*, possuem propriedades cicatrizantes e anti-inflamatórias (ALMEIDA et al., 2015); os extratos de erva-cidreira têm notáveis atividades sedativas e antioxidantes (SHOKOHI et al., 2016); e os óleos essenciais da hortelã demonstram propriedades carminativas, auxiliando na digestão (KAPOOR et al., 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o uso de plantas medicinais, profundamente enraizado no saber popular e transmitido de geração em geração, continua a desempenhar um papel essencial na promoção da saúde em diversas comunidades. O conhecimento

tradicional, frequentemente adquirido por meio do ambiente familiar, tem sido confirmado como uma das principais fontes de informação para grande parte da população, conforme demonstrado pelos 77,6% dos entrevistados que relataram recorrer a essas práticas. Essa preferência reflete a confiança no saber ancestral, alinhando-se com dados globais da OMS que indicam o uso de plantas medicinais por 80% da população mundial.

Plantas como boldo, camomila, erva-cidreira, hortelã e babosa foram as mais mencionadas pelos participantes, reforçando seu valor terapêutico na cultura popular e científica. O boldo é conhecido por suas propriedades digestivas e hepatoprotetoras, enquanto a camomila é amplamente utilizada como calmante e anti-inflamatório. A erva-cidreira e a hortelã se destacam por suas ações relaxantes e digestivas, e a babosa por suas capacidades cicatrizantes e anti-inflamatórias.

O reconhecimento formal dessas plantas no Brasil, como parte da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS, reflete a crescente valorização e integração do conhecimento popular ao sistema formal de saúde. A integração do saber popular como saber científico, promovida por projetos como a elaboração de uma cartilha educativa e a implantação de hortas orgânicas, não apenas fortalece essa tradição, mas também promove seu uso seguro e baseado em evidências. Dessa forma, o resgate e a valorização desse conhecimento ancestral tornam-se fundamentais para o diálogo entre cultura e ciência, assegurando que esses saberes perdurem de forma eficaz e segura para as gerações futuras.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. G. et al. *Ação cicatrizante e anti-inflamatória da Aloe vera em lesões cutâneas: uma revisão*. **Journal of Venomous Animals and Toxins including Tropical Diseases**, v. 21, n. 1, p. 1-8, 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

BRASIL. Ministério da saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC Nº 10 de 09 de março de 2010 dispõe sobre a notificação de drogas vegetais. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2010a.

BRASIL. Ministério da Saúde. RENISUS - Relação de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS Brasília: **Ministério da Saúde**, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos. **Ministério da Saúde**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASILEIRO, B.G. et. al. Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no “Programa de Saúde da Família”, Governador Valadares, MG, Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 44, n. 4, p. 629-636, 2008.

CARVALHO, A. C. B.; SILVEIRA, D. Drogas vegetais: uma antiga nova forma de utilização de plantas medicinais. **Brasília Médica**, v.48, n.2, p.219-237, 2010.

CONSERVATION INTERNATIONAL. **Biodiversity Hotspots**. 2010. Disponível em: <http://www.biodiversityhotspots.org/xp/hotspots/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CORTEZ, L.E.R. et. al. Levantamento das plantas medicinais utilizadas na medicina popular de Umuarama, PR. **Arquivos de Ciências da Saúde da Unipar**, v. 3, n. 2, p. 97-104, 1999.

COSTA-LOTUFO, L. V. et al. A contribuição dos produtos naturais como fonte de novos fármacos anticâncer: estudos no Laboratório Nacional de Oncologia Experimental da Universidade Federal do Ceará. **Revista Virtual de Química**, v. 2, n. 1, p. 47-58, ago. 2010.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: abordagens qualitativas, quantitativas e de métodos mistos. 4ª ed. **Thousand Oaks**, Califórnia, SAGE Publications, 2014.

ELSEN I., MARCON S.S., SANTOS M.R., editores. O viver em família e a sua interface com a saúde e a doença. 2ª ed. Maringá: **EDUEM**; 2004.

KAPOOR, R. et al. *Propriedades carminativas e digestivas dos óleos essenciais de Mentha spicata e Mentha piperita*. **Journal of Medicinal Plants Research**, v. 9, n. 24, p. 747-754, 2015.

LIMA, M. S. et al. *A planta medicinal boldo-do-chile: uma revisão dos seus usos e potenciais terapêuticos*. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 25, n. 2, p. 233-239, 2015.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Estratégia da OMS Sobre Medicina Tradicional**. 2002-2005 Genebra: OMS; 2002.

SHOKOHI, A. et al. *Efeitos sedativos e antioxidantes de Melissa officinalis L. em modelos experimentais*. **Avicenna Journal of Phytomedicine**, v. 6, n. 3, p. 302-308, 2016.

SOUZA, M. D. et al. *Ação anti-inflamatória da camomila em modelos experimentais*. **Brazilian Journal of Pharmacognosy**, v. 26, n. 5, p. 603-608, 2016.

HOMEM TRANS: DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE

ALMEIDA, Gilberto de Melo¹
FIÓRIO, Carolina Thurler¹
MENEZES, André Crisóstomo¹
SECCON, Poliana Alves¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, gilbertoalmeida2002@gmail.com; carolinatfiorio@yahoo.com.br; adcrisostomo07@gmail.com; poliana-alves2020@hotmail.com

² Professor orientador: Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Institucional no Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGPSI/UFES. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os homens trans constroem arranjos entre sexo e gênero que ultrapassam a linearidade do padrão cisnormativo e de práticas heteronormativas, ratificando outras possibilidades de conceber a constituição humana. O gênero é uma construção, podendo ser mutável, e devendo ser respeitado, principalmente na área da saúde, já que os impactos gerados por essa lógica da transfobia nessa área, são gigantescos. Diversas discussões buscam romper com o caráter purista da categoria gênero, que tende a afirmar como masculinas ou femininas aquelas vivências que se alocam em suas determinações biológicas (Sousa; Iriart, 2018).

A falta de familiaridade com terminologias adequadas, protocolos sensíveis ao gênero e práticas inclusivas podem levar a erros de comunicação, tratamento inadequado e até mesmo à diminuição pela busca do sistema de saúde pelos homens trans. Na compreensão deste processo, destacaremos os desafios enfrentados em relação à igualdade e inclusão dos homens trans, especialmente no contexto da saúde pública. Abordando em como o despreparo da rede faz com que um ambiente de saúde, que deveria ser sinônimo de acolhimento, acaba sendo um local de constrangimento e insatisfação para determinado usuário (Moura; Silva, 2020).

Se torna necessário a discussão sobre a formação de uma rede de atenção capacitada, com a intuição de compreender que cada pessoa possa possuir uma



realidade diferente da outra. Dessa forma, a presente pesquisa tem a finalidade de apresentar não só o que compreende as transformações corporais, mas também as demandas de necessidades relacionadas a saúde (Rocon *et al*, 2019).

2 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica apresentada foi desenvolvida no mês de setembro de 2024, tendo como fonte de pesquisa os sites Google acadêmico, Scielo, Google, Livro físico e outras literaturas brasileiras disponíveis na modalidade *online*, sendo todas elas voltadas para a temática da referida pesquisa. Para a execução da pesquisa foram utilizados palavras e termos chaves como: “homens trans”; “atendimento do SUS a pessoas trans”; “padrões heteronormativos”; “papel do psicólogo”. Foram lidos o total de treze materiais, variando entre artigos, livros e outros, sendo todos em português. Para além da função da pesquisa qualitativa, os materiais encontrados e lidos também serviram como contribuição teórica para o estudo voltado a clínica transexualizadora, apresentando os autores e suas ideias que foram usados como ponte para a confecção deste trabalho, onde foram devidamente citados ao decorrer desta pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

Os conceitos que pautam nossa sociedade atual estão muito ligados a uma visão de opostos, seja ele em uma questão moral e ética como o bem e o mal, como em assuntos menos relevantes como o sujo e o limpo (Carvalho; Freire, 2019). Essa visão até mesmo parmenídea de o ser é, e o não ser não é, fortalece uma visão de isso ou aquilo, um ou outro. Essa lógica de oposto e binária que anula o que não está nos extremos também está presente na questão de gêneros, focalizando apenas no homem e no seu oposto, a mulher, anulando um outro que não esteja nessas extremidades (Pereira, 2018).

Pablo Rocon (2021) nos traz sobre as consequências da disseminação social do binarismo de gênero e sexualidade, já que visando essa lógica binária, existe apenas homem e mulher e o que foge a isso seria um desvio de padrão e, por isso, uma anormalidade. Uma pessoa que se encontra em estado de não se identificar com o sexo biológico determinado por uma equipe médica antes mesmo dele ter nascido, se encontra em um lugar de ter que se submeter a uma clínica que o desvaloriza e o

leva a procedimentos muitas vezes invasivos. Isso se dá pois é garantido por lei o direito da pessoa trans de ter acesso ao processo que ressignifica e adequa a pessoa a ter seu corpo real, contudo para isso, é necessário a comprovação de que ele está apto para passar pelo processo (Rocon *et al*, 2019).

Todavia, para ter acesso a cirurgia, a pessoa trans é levada a lidar com uma equipe despreparada e que está totalmente alinhada a lógica binária do corpo. Por essa razão, Rocon (2021) adverte que, em muitos casos, existe uma preparação do público para emitir respostas que não representam eles em si, mas sim, uma cartilha ditada por um manual diagnóstico que não dialoga com a comunidade e que provocam mais a exclusão do que a inclusão. Jonathan Moura e Bruna Silva (2020) ensinam que o processo de transição não é constituído só pela cirurgia e, por isso, a preparação da equipe dos hospitais, UBS e afins devem estar preparadas para lidar com tal público, o que nem sempre acontece. Essa falta de preparo incapacita os profissionais e levam a população trans a passarem por situações constrangedoras, como por exemplo o uso do nome social, que mesmo sendo um direito garantido por lei, em muitas vezes não é respeitado (Rocon *et al*, 2019).

O não conseguir exercer uma postura ética e respeitosa nem em questões básicas como o nome da pessoa, ocasiona um baixo índice de pacientes que voltam a utilizar as unidades de saúdes num período pós transição. O profissional da psicologia também exerce um papel de preconceito bem pertinente para essa população. Num primeiro momento, onde ele prega o acolhimento, mas, na prática, executa uma imposição de saber que oprime, já que no processo transexualizador, o psicólogo é quem fará a pergunta que confirmará se a pessoa é ou não um “trans de verdade”, conceito esse que Rocon (2021) afirma que apenas funciona como um mecanismo para fazer com que uma “anormalidade” (pessoa trans) se enquadre em um padrão normativo.

Beatriz Santos e Adriane Wollmann (2021) irão dar enfoque que o papel do psicólogo nesse processo transexualizador deveria ser o de identificar o gênero como uma expressão da subjetividade do sujeito, e que mais do que apenas ouvir, o psicólogo deveria garantir um local acolhedor e que supra as necessidades do indivíduo em questão, pois apenas com uma escuta verdadeira seria possível que os profissionais de saúde planejassem um cuidado adequado a esse usuário.

Essa promoção de um local acolhedor ainda pode ser vista como uma utopia,

já que, como foi dito, os trabalhadores da área da saúde ainda estão sendo constituído como pessoas e profissionais condicionados a verem o mundo pela lógica binária e normativa e, por isso, promovem uma perda de autonomia para os que fogem dessa lógica, os enquadrando como doentes (Rocon, 2021).

E da mesma forma que é visto pela lógica hospitalar que um sujeito adoecido, não pode escolher qual remédio tomar, já que essa autoridade é dada ao poder médico, o trans, que é tido como doente pela sociedade, também não tem direito sobre como seria a melhor forma do seu “tratamento”. Contudo, como levantado por Rocon (2021) os métodos muitas vezes impostos pela visão biomédica não dialogam com a realidade trans, e mesmo assim, são esses métodos que ditam a vida da população trans, podendo ser atribuído a frase de muito poder para pouco saber.

3.1 Dificuldades enfrentadas pelo homem trans

Ao se tratar das dificuldades da população trans, não podemos exercer uma visão generalista a respeito de seus problemas e dificuldades para com o acesso a rede pública de saúde, pois dessa forma, podemos acabar reduzindo um público amplo e com suas subjetividades a um olhar simplista e reducionista. Dessa forma, podemos reconhecer que há dificuldades vividas por uma parcela da população trans que não exerce tal influência em outra, já que dentro dessa vasta gama de pessoas, temos um grande número de variações fisiológicas, além do histórico de vida de cada um, e essa variabilidade de singularidades deve ser enxergada para o melhor tratamento para com o sujeito (Arán; Murta; Lionço, 2009).

Para exemplificar podemos citar o desafio encontrado para homens que passaram pelo processo de resignificação e necessitam de atendimento ginecológico. O confronto com a lógica social de que homem de verdade não vai a ginecologista porque é erroneamente visto como o médico de mulher, acaba gerando uma dificuldade tanto pessoal para o homem que procura essa especialidade, como para o especialista que em muitas vezes não está preparado para lidar com essa demanda, já que a constituição da ginecologia enquanto área do saber foi centrada em um gênero numa vinculação quase intransponível com o feminino, o que gera impactos variados não apenas coletivamente, mas, sobretudo, nos indivíduos que rompem com os postulados dessa especialidade (Nascimento, 2020).

O medo de situações constrangedoras, o despreparo de profissionais e o

preconceito fazem com que esse público deixe a saúde ginecológica de lado, o que por muitas vezes podem acabar gerando agravamentos de doenças ginecológicas e até a morte desse público (Castro, 2022).

Contudo, não é apenas o homem que passou pela resignificação que encara o preconceito velado ou exposto dos locais de saúde para com ele. Essa discriminação, como pontua Gabriela Nascimento (2020) acaba fazendo com que homens trans busquem outras alternativas, como por exemplo a troca de informações, seja por meio físico ou virtual acerca de medicamentos, dosagens, efeitos colaterais e outros saberes que deveriam ser informados por um profissional, o que também é colaborador para o adoecimento dessa população.

3.2 A territorialização como forma de acesso

A clínica trans nas unidades de atendimento primário se mostra como um território a ser desbravado pelos profissionais que ainda caminham para constituir instrumentos que se adequam a população, para que tal aconteça de uma forma eficiente, se mostra indispensável a escuta com a própria população usuária, para que assim as políticas públicas pensadas para a comunidade LGBTQIAPN+ possam ser implementadas e cumpridas, assim integrando a população ao SUS (Gomes *et al*, 2022).

Um conceito que se faz válido para a implementação das políticas públicas para o alcance a usuários que se reconhecem como homens trans, é o de territorialização. Conforme Rivaldo Mauro de Faria (2013), a territorialização serve como uma ferramenta para atuação no espaço, entendendo este inicialmente como geográfico, para que as UBS possam levar programas de saúde para comunidade que se encontra. Sua forma de pensar perpassa então territórios que façam sentido para a população que deseja atingir.

Assim como uma unidade básica de saúde que se adequa, promove campanhas, solicita determinados remédios e vacinas, e reconhece sua população através do contato com ela, para as pessoas trans que estão no tocante do território de uma UBS, através de uma aproximação se torna possível tratamentos e a prestação de serviços de saúde. Se por conta de uma lógica binária, que se faz como uma máquina de fobias daquilo que foge à regra, a população trans não acessa os serviços de saúde, cabe uma reversão desta lógica operante, para que assim, os

profissionais comecem a se capacitarem e mudarem tal modo operante, construindo laços entre usuário e serviço (Faria, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo transexualizador de homens e mulheres encontra muitas barreiras, em toda sua tramitação, desde as unidades básicas de saúde até na atenção terciária do SUS. Contudo, a princípio, se torna indispensável a discussão de como o acesso a saúde também deve agir como agente provedor de saúde e qualidade de vida, determinando que esse grupo de pessoas se sintam confortáveis na busca pelo acesso à saúde, aproximando essa comunidade de pessoas à procura pela saúde e não os afastando.

Para uma comunidade tão sofrida e marcada pelo preconceito e violência, é urgente que os órgãos públicos de saúde capacitem seus funcionários para uma melhoria na prestação dos serviços a essa população, desde seu acolhimento, até os cuidados mais especializados. Assim como é urgente que o papel da psicologia no processo transexualizador seja de fato adequado à ética profissional do que se espera na prática do profissional de psicologia: acolhimento, escuta empática, garantindo as necessidades e os direitos da pessoa trans e do respeito a sua subjetividade.

Nesse íterim, o presente trabalho alcançou seu objetivo, de modo que pesquisou e demonstrou os desafios da triste realidade encontrada pelos homens trans ao acessar os serviços públicos de saúde.

5 REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e saúde pública no Brasil**. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>. Acesso em: 23 out. 2024.

CARVALHO, Antônio Gregory Rocha; FREIRE, José Célio. **Psique e ética em C. G. Jung: o lugar do irracional na constituição do etos**. Universidade Federal do Ceará. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e20180133>. Acesso em: 11 set. 2024.

CASTRO, Yasmin. **Homens transexuais relatam constrangimento no ginecologista e dificuldades para lidar com menstruação em banheiros públicos**. G1 globo.com. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/>. Acesso em: 24 out. 2024.

FARIA, Rivaldo Mauro de. A territorialização da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOMES, Denildo de Freitas; TEIXEIRA, Enéas Rangel; SAUTHIER, Marta; PAES, Graciele Oroski. Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. **Escola Anna Nery**, v.26, p. e20210425, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0425pt>. Acesso em: 18 out. 2024.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de; SILVA, Bruna Valentim da. Corpo silenciado, voz silenciada: Análise do discurso dos homens transexuais sobre o atendimento no sistema único de saúde. **Percursos Linguísticos**. Vitória (ES). 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/30686>. Acesso em 09 set. 2024.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de; SILVA, Bruna Valentim da. Corpo Silenciado, Voz Silenciada: Análise Do Discurso Dos Homens Transexuais Sobre O Atendimento No Sistema Único De Saúde. **PERcursos Linguísticos**. Vitória (ES). V, 10, n. 25. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/pl.v10i25.30686>. Acesso em: 23 out. 2024.

NASCIMENTO, Gabriela Siracusa. **Porque ginecologia é pra mulher né?!: a experiência de homens trans no atendimento ginecológico**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2020. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br/>. Acesso em 23 out. 2024.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Para além do binarismo: transexualidades, homoafetividades e intersexualidades. **Revista UNIFACS**. 2018. Disponível em: revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/5939/3708. Acesso em: 22 set. 2024.

ROCON, Pablo Cardozo. **Clínica (Trans)sexualiza(dor)a: processos formativos de trabalhadores da saúde**. 1ª edição /Salvador – BA. Editora Devires, 2021.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; WANDEKOKEN, Kallen Dettmann. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. 2019. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KfsPfJt3kBvPky8CVcSy5wL/?lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2024.

SANTOS, Beatriz Lenz dos; WOLMANN, Adriane. Impactos da assistência psicológica no processo transexualizador. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 14, n. 44, p. 451-471, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador. Bahia, Brasil. 2018. **Cadernos De Saúde**

Pública, 34(10), e 00036318. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/Lp4wHx4dhrMnZdqw76mn7MM/?lang=pt>. Acesso em:
09 set. 2024.



EVASÃO E ABANDONO ESCOLAR: ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E DOS FATORES CONTRIBUINTES

CAMPOS, Ana Beatriz Teixeira¹
CORREIA, Débora¹
ZARDO, Livia Leal da Silva¹
OLIVEIRA, Maria Clara Siqueira¹
MORENO, Otávio Costa Rocha Rettori¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – anabeatriztcampos@gmail.com; correiadebora409@gmail.com; livialszardo@hotmail.com; riaclarasiqueira@gmail.com; otaviocrmoreno@gmail.com

² Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGPSI/UFES. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – thiagomachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID-19 acarretou grandes desafios para o sistema educacional brasileiro, impactando tanto a rede de ensino pública quanto a privada. Com a suspensão das aulas presenciais, no intuito de evitar o contato entre as pessoas, e assim o contágio e proliferação do vírus, mais de 47 milhões de estudantes não puderam frequentar as mais de 178 mil escolas da educação básica em todo território nacional. Dessa forma, alunos encontraram-se com dificuldades no processo ensino-aprendizagem, sendo elas, falta de estrutura e equipamentos adequados, capacitação dos profissionais para melhor interação com os alunos e acompanhamento constante, foram alguns desses obstáculos enfrentados no processo (Brasil, 2023).

Além disso, pensar no contexto escolar e na educação somente como forma de transmissão de conhecimento é um pensamento equivocado, visto que o ambiente escolar é um dos precursores no processo de formação subjetiva e social de um indivíduo. Sendo assim, em um período longo de isolamento desse ambiente, surgiram consequências significativas para além da retenção de aprendizagem e do aumento na evasão e abandono escolar, tornando possível que o indivíduo tenha sentimentos de não-pertencimento e deslocamento social (Barbosa, Anjos e Azoni,

2022).

No ano de 2018, correspondente ao período anterior a COVID-19, 8,8% da população brasileira com idades de 15 a 17 anos era acometida com a evasão escolar, de acordo com o IBGE (2022). Já considerando o período da pandemia, houve um aumento de 171% desse número, o que corresponde a 244 mil crianças e adolescentes não matriculados na escola em 2021 (IBGE, 2022).

De acordo com Elisa Cortes Rehbein et al (2021, p.144):

Não se nasce excluído, não se está sempre excluído. A exclusão tem relação com trajetórias de vida diferentes, nas quais relações étnicas, raciais, de gênero, de classe, entre outras, são importantes. É necessário entender quais são os processos que atravessam a vida das instituições educacionais, e nestas compreender o que provoca situação de exclusão. A Evasão Escolar é uma tarefa importante para a busca de solução na pedagogia, na sociologia da educação, na psicologia da educação e da aprendizagem, etc. Analisando como se desfazem os processos educacionais, que garantam uma escolaridade significativa para as crianças e jovens e reduza substancialmente a Evasão Escolar.

Portanto, entender as causas de uma evasão escolar é importante na articulação de estratégias para combatê-la, uma vez que ela é resultado de diferentes influências que perpassam a vida do aluno, sendo a pandemia da COVID-19 um exemplo delas. Ao buscarmos soluções, faz-se importante envolver diversas áreas do conhecimento, entre elas a pedagogia, a sociologia da educação, a psicologia da educação e da aprendizagem, entre outras áreas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é uma revisão integrativa realizada nas bases de dados SCIELO Scientific Electronic Library Online, utilizando-se dos descritores: Evasão escolar; Consequências da evasão; Educação durante a pandemia; Dados da educação no Brasil. A partir da utilização da técnica para coleta de dados e informações, por meio da pesquisa bibliográfica, os meios utilizados foram os livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos.

A pesquisa foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2024, tendo como critérios de inclusão a relação com a temática escolhida e ter sido publicado entre os anos 2015 a 2024. Excluíram-se os redigidos nos idiomas estrangeiros, trabalhos duplicados e textos que não puderam ser encontrados na íntegra.

Posteriormente a etapa de levantamento das publicações, foi realizada a leitura

50



seletiva do título e do resumo das publicações, excluindo artigos que não atendiam aos critérios da pesquisa. Em seguida, foi realizada a leitura crítica total das publicações, observando novamente os critérios de inclusão e exclusão. Assim, essa etapa propiciou na categorização das informações retiradas nas publicações. Por meio destes critérios, chegou-se ao número final de dez publicações selecionadas para a revisão.

3 DESENVOLVIMENTO

A educação constitui um papel fundamental para a autonomia e avanço de um país, atuando na diminuição da pobreza e no desenvolvimento social e econômico. Todavia, a evasão escolar produz relevantes empecilhos ao desenvolvimento de uma nação. O abandono escolar acontece quando um estudante deixa a escola sem obter um diploma ou certificação (Costa, 2023). A evasão escolar não é apenas um problema do aluno que se afasta da escola, mas sim de toda sociedade, podendo ocorrer por razões internas ou externas ao ambiente de ensino. Desse modo, é fundamental reconhecer a origem do problema (Ferreira; Oliveira, 2020).

Inúmeras razões podem colaborar para o abandono escolar, sobressaindo condições econômicas hostis e o trabalho infanto-juvenil. A ausência de obtenção de serviços, uso de substâncias psicoativas, problemas familiares, dificuldade dos pais em desempenhar autoridade e baixa escolaridade dos responsáveis, aumentam a situação, tornando mais complexa a permanência dos alunos na escola. Além disso, problemas como faltas, repetências, defasagem idade-série e baixo rendimento no ambiente escolar são aspectos preocupantes, pois desestimulam o aluno e aumentam o risco de evasão (Ramos; Gonçalves Junior, 2024).

Ademais, fatores como ter mais de três irmãos, pertencer a famílias com condições econômicas mais baixas, ser do sexo masculino, idade superior a 18 anos, trabalho e defasagem escolar diminuem a probabilidade de uma permanência na escola. Cada ano de defasagem reduz em 61% a probabilidade de permanência, já os jovens que trabalham têm 44% menos probabilidade de continuar na escola. Os jovens mais vulneráveis ao abandono geralmente têm um histórico de reprovação, baixo desempenho acadêmico e desinteresse (Soares *et al.*, 2015).

Segundo Paulo Cesar Rodrigues Carrano, Andreia Marinho e Viviane Netto Medeiros Oliveira (2015), a repetência prejudica as chances de ingresso em uma

universidade e impacta negativamente o autoconceito dos alunos. Além disso, estar fora da série adequada compromete a qualidade da aprendizagem e faz com que o aluno seja desvalorizado na escola. Soares *et al.* (2015), discorrem que a dificuldade em acompanhar todas as disciplinas é um fator importante para a decisão de abandonar a escola. Isso indica que a tendência ao abandono é maior entre os alunos que enfrentam problemas em várias áreas de estudo, em vez de apenas em algumas disciplinas específicas.

No Brasil, a evasão escolar provoca altas despesas por ano, alternando entre R\$ 36 bilhões e R\$ 220 bilhões, podendo variar de acordo com o período considerado. Esses custos estão associados aos efeitos da falta de conclusão do ensino médio, impelindo duramente em inúmeros setores da vida das pessoas. Aqueles que abandonam a escola antes de concluir essa etapa tendem a enfrentar problemas de saúde mental, como depressão e baixa autoestima, demonstrando como um déficit na educação pode levar a uma menor qualidade de vida. Além disso, a evasão pode estar relacionada a comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas e envolvimento em atividades criminosas (Ferreira; Ribeiro; Tafner, 2022).

A evasão escolar atribui consequências negativas tanto para o indivíduo como para a sociedade, ao distanciar o aluno de uma realidade letrada e limitar suas possibilidades de integração social. Pessoas que não concluíram o ensino médio podem enfrentar empecilhos para encontrar empregos melhores, visto que, são considerados despreparados para desempenhar funções complexas. Sendo assim, a educação é crucial para o avanço econômico e social do país, pois com maiores níveis de escolaridade podem-se obter melhores salários, diminuição da marginalidade, melhores condições de saúde e redução dos riscos de desemprego. Para a nação, uma sociedade mais instruída aumenta a produtividade e promove o avanço econômico (Ferreira; Oliveira, 2020).

Assim, entende-se que a suspensão das aulas presenciais e a transição para o ensino remoto expuseram as fragilidades da infraestrutura educacional e ampliaram as dificuldades no aprendizado do brasileiro (Brasil, 2023).

O aumento da evasão escolar durante a pandemia é um dado alarmante, pois evidencia o fato preocupante do contexto geral de evasão escolar no Brasil e suas consequências. De acordo com o IBGE (2022), a evasão escolar cresceu 171% durante a pandemia, totalizando 244 mil crianças e adolescentes fora da escola em

2021. Esse aumento é refletido na dificuldade de acesso ao ensino remoto e nas questões socioeconômicas que se agravaram com a crise sanitária.

Segundo Ramos e Gonçalves Junior (2024) a desigualdade social, incluindo a residência em áreas periféricas e a presença de condições familiares desfavoráveis, também aumenta a probabilidade de abandono escolar.

A falta de conclusão do ensino médio não apenas limita as oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico dos indivíduos, mas também gera implicações negativas à saúde mental e ao comportamento social (Ferreira; Ribeiro; Tafner, 2022). Estes estudos ainda mostram que a evasão está associada a problemas como relações sexuais desprotegidas e envolvimento em atividades criminosas.

A evasão escolar representa um custo financeiro substancial para o país, variando entre R\$36 bilhões e R\$220 bilhões por ano, dependendo do período considerado (Ferreira; Ribeiro; Tafner, 2022). Esses custos refletem não apenas os investimentos perdidos na educação dos jovens, mas também os custos sociais e econômicos associados às consequências do abandono escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente resumo expandido propôs destrinchar e clarificar de forma sucinta, as ideias por trás do que se conhece sobre a evasão escolar na atualidade, trazendo suas consequências sociais e suas causas com o objetivo de evidenciar os inúmeros motivos que levam um jovem ou adolescente a deixar a escola antes de sua conclusão. Com relação aos desafios enfrentados pelos jovens no contexto escolar, atribuem-se suas condições de deslocamento, a desigualdade social e a realidade periférica atravessando a vivência de cada um. Sendo assim, entende-se que a evasão escolar parte de um conjunto de ocorrências que somatizadas resultam no abandono dos estudos como única alternativa.

A realização de uma análise criteriosa na bibliografia mostra que no período pandêmico da COVID-19, houve um crescimento acentuado na evasão escolar, que se deu pelas dificuldades já enfrentadas anteriormente pelos jovens, que ficaram ainda mais complexas, principalmente aos que vivem em contexto social periférico e possuem condições financeiras limitadas. A crise sanitária evidenciou as dificuldades alarmantes que fazem parte da rotina de jovens e adolescentes devido à desigualdade

social, os levando a tomar atitudes drásticas visando suprir suas próprias necessidades básicas.

Diante do exposto, tem-se que as consequências da evasão escolar refletem diretamente na sociedade e seguirão refletindo, uma vez que as oportunidades de emprego para jovens com ensino médio incompleto são cada dia mais limitadas, formando uma “barreira” nas oportunidades de empregos entre os cargos privilegiados financeiramente e os cargos de renda mais baixa. Compreende-se que isso reflete não só no desenvolvimento socioeconômico do país, gerando cada vez mais despesas, desigualdade social e ampliando o repertório de causas para o abandono escolar, sendo este cada dia mais precoce, como também reflete na forma que o jovem se localiza e se entende no mundo enquanto ser humano limitado, detentor de uma autonomia polida e facilmente invalidada.

5 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre Lucas de Araújo; ANJOS, Ana Beatriz Leite dos; AZONI, Cíntia Alves Salgado. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. 4. ed. São Paulo: **CoDAS**, 2022. v. 34, p. 1-7. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/dx3cPQjhMH4kWm4yB3yrtgp/>. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MARINHO, Andreia Cidade; OLIVEIRA, Viviane Netto Medeiros de. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1439-1454, 2015. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/P9xX7fLyt8MSgLL4VmcGK4ft/?format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. Evasão escolar, identificação, causas e características: uma revisão bibliográfica. **Revista Educação Pública**, v. 23, nº 41, 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/41/evasao-escolar-identificacao-causas-e-caracteristicas-uma-revisao-bibliografica>. Acesso em: 10 set. 2024.

FERREIRA, Elen Cristina da Silva; OLIVEIRA, Nayara Maria de. Evasão escolar no ensino médio: causas e consequências. **Scientia Generalis**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 39–48, 2020. Disponível em:

<https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/v1n2a4>. Acesso em: 10set. 2024.

FERREIRA, Sergio Guimarães; RIBEIRO, Giovanna; TAFNER, Paulo. **Abandono e evasão escolar no Brasil**. IMDS, 2022. Disponível em:

<https://imdsbrasil.org/doc/ImdsNT001-2022->

[AbandonoEvas%C3%A3oEscolarBrasil.pdf](#). Acesso em: 10 set. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. 1- 19, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KtBRcFWvWKBt63LSQCVzdwh/>. Acesso em: 10 set. 2024.

REHBEIN, Elisa Cortes et al. A evasão escolar na adolescência sob o olhar da Psicologia: revisão de literatura. **Disciplinarum Scientia**, Série: Sociais Aplicadas, Santa Maria, v. 17, n. 1, p. 139-156, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/3868>. Acesso em: 08 set. 2024.

SOARES, Tufi Machado et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/XhMWFmKSzSrKCsDPhbsYs5P/?format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

O RACISMO ESTRUTURAL E AS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

LIMA, Taísa Agra¹
MARQUES, Ligiane Silva Borges¹
MELLO, Gabriel Porto Ribeiro Catein¹
MONTEIRO, Yasmim Veghini¹
THOMAZINI, Micheli Cristina Sinhorelli¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES –
taisaagra563@gmail.com; ligianebrmarques2@gmail.com; gabrielporto@outlook.com;
asimveghinim@gmail.com; m.thomazini@hotmail.com

² Professor orientador: Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional no Programa de Pós-
graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGPSI/UFES,
docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A construção racial no Brasil, que remonta à colonização, estabeleceu uma hierarquia que perpetua a inferiorização de grupos não-brancos, especialmente a população negra. Esse processo histórico de racialização não apenas moldou as interações sociais, mas também influenciou as oportunidades educacionais e profissionais desses indivíduos. O racismo estrutural, entendido como uma característica intrínseca das relações sociais e institucionais contribui para a discriminação racial e a exclusão sistemática de negros em diversos âmbitos, incluindo o acesso à educação (Almeida, 2018).

Dessa forma, a subjetividade da população negra é frequentemente moldada por experiências de discriminação e racismo, que impactam não apenas sua identidade, mas também suas aspirações e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Para Silvio Luiz de Almeida (2018), a construção da identidade negra no Brasil é permeada por um contexto de luta e resistência, onde as narrativas históricas de opressão e exclusão ainda ressoam na sociedade contemporânea. Essa realidade resulta em uma luta constante pela afirmação de sua identidade e pela busca de reconhecimento e valorização em uma sociedade que, muitas vezes, marginaliza suas experiências e perspectivas.

Ademais, Bell Hooks (1995) discute a importância da valorização da

subjetividade negra, enfatizando que a autoafirmação e o reconhecimento das experiências vividas são fundamentais para a construção de uma identidade fortalecida, sendo nesse momento fundamental a presença da psicologia compreendendo a interseccionalidade de gênero, raça e classe, seja pela qualificação dos profissionais em compreender esta demanda ou pela necessidade de maior número de profissionais negros.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é um resumo expandido fundamentado em uma revisão bibliográfica que aborda a Psicologia Social Psicológica, com foco na desigualdade étnico racial e suas consequências em alunos de nível básico a superior. Segundo Antônio Carlos Gil (2002), esse tipo de pesquisa baseia-se em materiais já existentes, como livros e artigos científicos. A revisão bibliográfica é vantajosa devido à disponibilidade de uma ampla gama de pesquisas e dados.

Para elaborar o artigo, inicialmente foi utilizado o Google Acadêmico para encontrar artigos publicados, e também buscamos materiais nas plataformas Scielo e Pepsic. As palavras-chave utilizadas foram: Psicologia Social Psicológica; Desigualdade étnica racial no contexto escolar; Atuação do psicólogo em questões étnico raciais. Após a busca, utilizou-se de critérios para inclusão e exclusão que correspondiam a trabalhos publicados em língua portuguesa, além de serem publicados entre os anos de 1995 a 2024, sendo excluídos os trabalhos que não apresentavam similaridade a proposta do estudo e os textos que não se apresentavam na íntegra.

Posteriormente tornou-se necessário realizar uma próxima seleção de trabalhos com base na leitura dos resumos e do título. Por fim, ocorreu a leitura total dos trabalhos e ainda seguindo os critérios de inclusão e exclusão obteve-se o número de 12 publicações que foram escolhidas para a revisão. Após revisar os materiais encontrados, novamente foi analisado e discutido os achados para construir o resumo expandido.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A construção racial no Brasil

O processo de inferiorização daqueles que não se encaixam nos padrões da

sociedade branca brasileira foi impulsionado pela construção racial que teve início com a colonização das terras brasileiras. A imposição da ideia de superioridade branca e a subsequente desvalorização das demais raças têm efeitos persistentes até os dias atuais. A herança desse processo é visível na persistente valorização da branquitude e na discriminação racial implícita que prevalece no Brasil, já que o racismo é entendido como parte da estrutura social, como resultado da normalidade das relações que estão presentes nessa sociedade que reproduz continuamente as violências contra a população negra (Almeida, 2018).

Após a abolição da escravatura, a narrativa oficial sugere que os negros ganharam uma série de benefícios, como a emancipação, liberdade e acesso a empregos assalariados. No entanto, a realidade era bem diferente. Com a chegada de mão de obra europeia e a exclusão sistemática dos negros do mercado de trabalho e da educação, a integração social dos ex-escravizados foi severamente limitada (Roschild; Leon, 2023).

Apesar desse cenário, considera-se que a luta pela igualdade racial aumenta ao longo dos anos com o objetivo de minimizar os impactos gerados pela história de sofrimentos e violação de direitos de parte da população (Almeida, 2018). Apesar de alguns avanços, a diversidade racial no Brasil ainda não é plenamente refletida em todos os setores da sociedade. Para as autoras Patrícia Lorena Raposo, Roberta Santos de Almeida e Simone Cabral Marinho dos Santos (2021), os efeitos da construção da inferioridade racial persistem, evidenciando a necessidade contínua de mudanças e a elaboração de políticas públicas para garantir a inclusão. Devido à estrutura social apresentar mecanismos de manutenção do *status quo*, considera-se imprescindível que as instituições que compõem a sociedade combatam a reprodução deste conflito, sendo assim, a escola apresenta papel fundamental (Raposo, Almeida e Santos, 2021).

3.2 Efeitos do racismo no contexto escolar

Apesar das muitas lutas contra o racismo, as instituições de ensino, que deveriam ser espaços para a construção do saber e transformação das realidades, frequentemente lidam com o tema de maneira insuficiente (Almeida e Sanchez, 2017). A integração do debate sobre racismo no cotidiano escolar é crucial, pois está diretamente relacionada às determinações sociais que influenciam a universalização

do ensino. No entanto, a falta de ação efetiva em torno do tema tem sido uma constante ao longo dos séculos, prejudicando a implementação de estratégias eficazes para combatê-lo (Raposo, Almeida e Santos, 2021).

O racismo é um fator determinante para os problemas educacionais enfrentados por alunos negros. A escola tem o compromisso de enfrentar e eliminar o racismo institucional para reduzir os efeitos da desigualdade social. Embora a Constituição Federal Brasileira assegure o direito à educação para todos, sem qualquer forma de discriminação, na prática, essa garantia muitas vezes se revela utópica (Feldmann e Guzzo, 2021).

A presença de diversas formas de discriminação nas escolas — desde o tratamento desigual entre alunos até a predominância de brancos em cargos de maior influência e a falta de representatividade racial nos materiais didáticos — evidencia a distância entre o ideal legal e a realidade vivida pelos estudantes (Silva e Tobias, 2016).

3.3 Psicologia e o contexto étnico racial

A precariedade da educação no Brasil é um problema historicamente conhecido, especialmente quando se considera o contexto étnico-racial. Estudantes de minorias raciais enfrentam uma série de obstáculos que dificultam seu acesso e permanência no sistema educacional (Mesquita, 2019). Esses obstáculos incluem desde a falta de recursos adequados nas escolas até o racismo que, infelizmente, faz parte do contexto institucional. Para Almeida (2018), essa realidade afeta diretamente as oportunidades de escolha profissional desses indivíduos através da exclusão, a partir de influências da desigualdade econômica e social. Somado a isso, é possível considerar que cursos da área da saúde como a psicologia, que demandam uma formação acadêmica extensa e recursos financeiros importantes para arcar com as mensalidades de uma universidade particular ou, até mesmo, livros e demais materiais de estudos distanciam muitos indivíduos devido os atravessadores sociais. Mariana Feldmann e Raquel Souza Lobo Guzzo (2021) destacam que a qualidade da educação básica no Brasil é extremamente desigual, com escolas em áreas periféricas, onde a maioria dos estudantes negros está matriculada, assim recebendo menos investimentos e tendo piores resultados acadêmicos. Esse cenário limita o acesso desses estudantes a cursos superiores que demandam altas

despesas, como o de psicologia, o que aumenta ainda mais a exclusão profissional destes indivíduos.

Já Mozart Linhares da Silva e Mateus Silva Skolau (2020) discute como a falta de políticas públicas eficazes e a desigualdade socioeconômica impedem que estudantes de minorias concluam o ensino superior. A escassez de psicólogos negros, por exemplo, é uma consequência direta dessa dinâmica. Muitos estudantes, apesar de terem o desejo de seguir a carreira na psicologia, desistem devido às dificuldades financeiras e à falta de suporte acadêmico adequado.

Por fim, a análise de Maíra Aparecida Fraga Miranda e Robert Filipe dos Passos (2024) ressalta que a presença de psicólogos negros no mercado de trabalho é essencial para atender às demandas de uma população diversa e historicamente marginalizada. A ausência desses profissionais não só reforça as desigualdades sociais como também impede que a psicologia cumpra seu papel na promoção da saúde mental e do bem-estar de todas as parcelas da população.

Sendo assim, a precariedade da educação no Brasil, especialmente no contexto étnico-racial, não apenas influencia a escolha profissional dos estudantes, mas também resulta em poucos psicólogos negros no mercado. Para reverter esse quadro, é de extrema importância que políticas públicas sejam implementadas a fim de promover a melhoria da qualidade da educação básica e o acesso igualitário ao ensino superior, permitindo que mais estudantes de minorias raciais possam ingressar e se formar em cursos como o de psicologia (Silva e Tobias, 2016). A transformação se faz necessária para que estes estudantes possam seguir seus sonhos profissionais com uma educação de base de qualidade para que tenham oportunidades de ingressar em cursos superiores que almejam, independentemente de questões financeiras ou de raça.

Desta forma, a psicologia também pode contribuir para diminuir essa desigualdade, promovendo práticas de atendimento que considerem as especificidades culturais e sociais de diferentes grupos étnico-raciais. Ao enfrentar o racismo e valorizar identidades raciais, a psicologia pode fortalecer a autoestima e o bem-estar de quem sofre discriminação (Benedito e Fernandes, 2020). Além disso, a maior representatividade de psicólogos negros pode criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, ajudando a quebrar o ciclo de exclusão que começa na educação e se estende ao mercado de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, fica evidente que a falta de uma formação adequada para educadores sobre questões étnico-raciais contribui para a manutenção de estereótipos e práticas racistas nas escolas. O racismo seja evidente ou não, afeta diretamente o desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes, especialmente os negros.

A psicologia pode ser uma ferramenta de grande valia nesse contexto, logo pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias para apoiar tanto educadores quanto alunos no enfrentamento do racismo. Além disso, o estudo destaca a necessidade de uma capacitação mais inclusiva dos profissionais da educação, garantindo não só uma maior conscientização sobre o tema, mas também a promoção de um ambiente escolar mais acolhedor..

Portanto, para que o cenário mude é necessário que haja um compromisso real com a implementação de políticas que favoreçam a inclusão, o combate às práticas discriminatórias e o suporte emocional dos alunos, transformando a educação em um espaço de crescimento para todos, sem distinção.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições**, v.28, n.1, p. 55–80, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/VXKbQZhKZMwgvjnZDChYypd/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 out. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 112 p.

BENEDITO, Maiara de Souza; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.40, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6qtXvXGFnYmBfNwzhGSwjRM#>. Acesso em: 20 out. 2024.

DA SILVA, Mozart Linhares; SKOLAUDE, Mateus Silva. 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934), biopolítica e democracia racial: implicações na educação contemporânea. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.12, n.23, p.331–356, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10840>. Acesso em: 25 out. 2024.

FELDMANN, Mariana; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Relações étnico-raciais e escolas públicas: questões para a psicologia. **Rev. Psicologia**, Santiago, v.30, n.1, p. 69-80, 2021. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-05812021000100069&lng=es&nrm=iso. Acesso em 22 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4° ed., São Paulo: Editora Atlas; 2002. 175p.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 26 out. 2024.

MESQUITA, Tayná Victória de Lima. **Exclusão Escolar Racializada: Implicações do racismo na trajetória de educandos da EJA**. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

MIRANDA, Maíra Aparecida Fraga; DOS PASSOS, Robert Filipe. Racialidade e psicologia: percepções de psicólogos em formação. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v.10, n.1, p.228–248, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73643>. Acesso em: 24 out. 2024.

RAPOSO, Patrícia Lorena; ALMEIDA, Roberta Santos de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.16, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092021000100112&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 out. 2024.

ROSCHILD, Adriana Barboza; LEON, Adriana Duarte. Reflexões sobre educação e racismo no Brasil contemporâneo. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v.16, n.8, p. 13380–13393, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1352>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n.65, p.177–199, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/125167>. Acesso em: 11 set. 2024.

INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS DE ANTIBIÓTICOS EM ODONTOPEDIATRIA

SILVA, Joelma Barros Pontes da¹
STHEL, Roberta Carvalho²

¹ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Multivix Cachoeiro-ES – joelmabpontes1@gmail.com

² Professora orientadora: Mestre em Doenças Infecciosas, Faculdade de Odontologia Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – robsthel@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Os cirurgiões dentistas são profissionais habilitados a utilizar a terapia medicamentosa no tratamento de várias patologias orais e maxilofaciais, como processos inflamatórios e processos infecciosos de origem bacteriana, fúngica e viral. Os antibióticos são os medicamentos mais frequentemente prescritos, em especial para pacientes pediátricos. No Brasil, estima-se que de 40 a 60% das prescrições dentárias sejam de medicamentos antibacterianos (Hochscheidt *et al.*, 2021).

A prescrição de antibióticos requer um conhecimento amplo por parte dos profissionais pois, além da ocorrência de interações medicamentosas em pacientes em uso de politerapia, há o risco do surgimento da resistência microbiana. A prescrição medicamentosa para pacientes pediátricos requer mais assertividade pela necessidade de ajustar as doses dos medicamentos no sentido de acomodar peso e tamanho corporal menores (Pereira *et al.*, 2013).

O conhecimento insuficiente sobre as indicações clínicas para prescrições de antibióticos em odontopediatria promove o uso excessivo desses medicamentos em situações não indicadas, como alívio da dor, pulpites irreversíveis e abscessos dentoalveolares localizados. Crianças com apenas 4 anos foram encontradas com bactérias multirresistentes em suas cavidades orais (Kusahara; Peterlini; Pedreira, 2007).

Portanto, o objetivo desse trabalho é evidenciar as principais indicações terapêuticas dos antibióticos para pacientes pediátricos em odontologia, priorizando a adequação das prescrições e a promoção do uso racional de medicamentos, com base nas diretrizes atuais e práticas clínicas disponíveis.

2 METODOLOGIA

Esta revisão de literatura baseou-se em uma abordagem qualitativa e descritiva, com objetivo de coletar informações sobre o uso de antibióticos em pacientes odontopediátricos através da busca manual de artigos científicos nacionais e internacionais em diferentes bases de dados como PubMed, Scholar Google e Scielo, usando termos como "Antibioticoterapia", "Resistência Bacteriana", "Trauma Dentário" e "Odontopediatria". Foram excluídos estudos com dados insuficientes, artigos que não incluíssem a população pediátrica com dentição decídua ou mista e artigos de opinião.

3 DISCUSSÃO

3.1 Pulpite Irreversível, Polpas Necróticas e Abscessos Apicais

De acordo com Segura-Egea et al. (2017), não há comprovações dos benefícios da antibioticoterapia no tratamento de pulpite irreversível, polpa necrótica, retratamento ou redução da dor pós-operatória. Ao contrário da maioria das estruturas do organismo, os dentes com polpa necrosada e infectada não apresentam circulação sanguínea, o que impede o acesso das células do mecanismo de defesa (Leonardo; Leonardo, 2012). Na presença de edema discreto e localizado, a drenagem é considerada suficiente, sem necessidade de medicação adicional (Segura-Egea et al., 2017).

A antibioticoterapia deve ser estabelecida nos casos de abscesso apical agudo com edema flutuante localizado em pacientes clinicamente comprometidos; abscesso acompanhado de febre, mal-estar, linfadenopatia e trismo; infecções progressivas de início rápido como celulite ou osteomielite; e infecções persistentes (Segura-Egea et al., 2017). Em indivíduos saudáveis, a maioria das infecções endodônticas pode ser tratada exclusivamente pelo estabelecimento da drenagem e remoção da causa do processo infeccioso (Alfenas et al., 2015), o que, normalmente, é conseguido com o tratamento adequado do sistema de canais radiculares por meio da instrumentação mecânica, uso de substâncias químicas antimicrobianas durante a irrigação, da medicação intracanal e da obturação dos condutos radiculares (Moreira, 2005). Quando há dor e inflamação, apenas analgésicos e anti-inflamatórios são indicados. Na presença de purulência ou abscessos, em pacientes saudáveis, a infecção responde às medidas de desbridamento local (Goel et al., 2020) e drenagem da

coleção purulenta ou do conduto radicular, para diminuir a pressão nos tecidos circundantes, reduzir a inflamação, promover o alívio da dor e a cicatrização (Brito et al., 2024).

3.2 Edemas de Tecidos Moles e Facial

O desenvolvimento de abscesso apical agudo requer acompanhamento criterioso, na medida em que o transudato e o exsudato podem se espalhar através dos espaços intersticiais e tecidos rapidamente. Sinais de envolvimento sistêmico e septicemia como febre, mal-estar, assimetria, edema facial, linfadenopatia, trismo, taquicardia, disfagia e dificuldade respiratória exigem tratamento de urgência, e a terapia com antibióticos deve ser prescrita como adjuvante (Sobolevski; Azevedo, 2021).

Nesses casos, a incisão para drenagem é de extrema importância, pois aumentará a difusão do antibiótico na área afetada promovendo o alívio da dor pela remoção dos produtos tóxicos e a maior penetração do antibiótico no espaço infectado. O antibiótico de escolha é a amoxicilina (Goel et al., 2020), por atingir maiores concentrações séricas e teciduais, por apresentar melhor absorção por via oral com menor incidência de efeitos adversos gastrointestinais e atua sobre bactérias gram-positivas e gram-negativas (Brigantini et al., 2016).

Para pacientes alérgicos às penicilinas, a eritromicina, a claritromicina e azitromicina constituem uma alternativa (Moreira, 2005). A eritromicina tem espectro de ação relativamente amplo. De acordo com a pesquisa de Souza et al., (2013) a eritromicina possui fraca atividade antimicrobiana contra anaeróbios importantes, como *Fusobacterium*, podendo não ser adequada para casos de infecções mais graves. A azitromicina foi testada como substituta da eritromicina e mostrou-se eficaz (Souza et al., 2013). Em crianças, a azitromicina substitui a clindamicina em suspensão oral (Brigantini et al., 2016).

Segundo a American Academy of Pediatric Dentistry (2023), a azitromicina é um dos antibióticos mais seguros para pacientes alérgicos a penicilinas, mas existem riscos de complicações cardíacas, incluindo cardiotoxicidade. O risco cardíaco em pacientes pediátricos está associado a um aumento do prolongamento do intervalo associado a níveis de dosagem mais elevados.

A Clindamicina pode ser recomendada na profilaxia antibiótica nos casos de

contraindicação das penicilinas (Brigantini et al., 2016). Sob outra perspectiva, devido ao risco de causar colite associada a antibióticos, ela não tem sido usada para tratamentos sistêmicos de infecções odontogênicas leves e moderadas; provavelmente a razão de sua eficácia contra uma ampla gama de microrganismo seja seu uso limitado (Souza et al., 2013). Atualmente a American Heart Association não recomenda a clindamicina para a profilaxia contra endocardite infecciosa devido a reações frequentes e graves relacionadas a infecções por *Clostridioides difficile* (*C. difficile*).

3.3 Traumatismos Dentários e Doenças Periodontais Pediátricas

Antibióticos sistêmicos têm sido recomendados como terapia adjuvante para incisivos permanentes com ápice aberto ou fechado (Goel et al., 2020) na prevenção de infecções e reabsorção da raiz, quando um dente é avulsionado; a amoxicilina é o antibiótico de primeira escolha (Souza et al., 2013). Para lesões de luxação na dentição decídua, antibióticos não são indicados (Goel et al., 2020).

Pacientes com periodontite podem necessitar de terapia antimicrobiana adjuvante em conjunto com o tratamento localizado. A associação do uso de claritromicina à terapia mecânica tem demonstrado resultados superiores em comparação à terapia padrão ouro no tratamento da periodontite agressiva generalizada (Andere, 2016).

De acordo com Brigantini et al. (2016), alguns antibióticos são contraindicados em odontopediatria, como tetraciclina que não devem ser utilizadas por lactantes e crianças menores de 8 anos, pois podem causar hipoplasia do esmalte, pigmentação dos dentes e comprometimento do desenvolvimento ósseo. Os anfenícois promovem alterações hematológicas e hematopoiéticas. E os aminoglicosídeos são usados em casos de infecções mais graves, causadas por bactérias gram-negativas aeróbias; entretanto em crianças há risco de ototoxicidade e nefrotoxicidade.

No Brasil, o uso de antibióticos em crianças é uma prática comum, especialmente em casos de infecções orais. Um estudo realizado em um hospital no Sul do Brasil mostrou que, em 2015, cerca de 24,4% das crianças em tratamento odontológico receberam antibióticos. Esse número é consistente com outras pesquisas nacionais que apontam uma prevalência semelhante (Emyinaru et al., 2018).

De acordo com Platon et al. (2024), outras complicações associadas às prescrições inadequadas de antibióticos na população pediátrica incluem: risco de desenvolvimento de diabetes em crianças devido a medicamentos contendo açúcar, e risco de desenvolvimento de alergia e asma em crianças tratadas com antibióticos.

Segundo Pereira et al. (2013), aproximadamente um terço de todas as prescrições de antibióticos em pacientes pediátricos são desnecessárias, levando ao uso excessivo. Pesquisas realizadas com estudantes de odontologia, dentistas e odontopediatras sobre as práticas de prescrição de antibióticos revelaram que a adesão geral às diretrizes clínicas profissionais foi baixa, incluindo uma grande variação nas dosagens de todos os antibióticos prescritos e por períodos prolongados, o que era inconsistente com as recomendações.

Os protocolos de uso de antibióticos orientam a prescrição na odontopediatria, permitindo o uso adequado dos medicamentos para as situações clínicas, levando em conta a dosagem correta e o perfil de cada criança (Platon et al., 2024). Uma consideração importante para se iniciar a terapia antimicrobiana é avaliar se a infecção é localizada e se o paciente tem uma resposta imunológica adequada para controlar a bactéria (Moreira, 2005).

Outro erro recorrente é a prescrição de antibióticos de amplo espectro para infecções que podem ser tratadas com antibióticos de espectro estreito (Goel et al., 2020). Além disso, há uma preocupação crescente com a resistência bacteriana decorrente do uso inadequado de antibióticos, especialmente em pediatria, onde muitas prescrições são feitas de forma empírica (Saldanha; Souza; Ribeiro, 2018).

De acordo com a Global Antibiotic Research & Development Partnership (GARDP), a resistência bacteriana foi identificada como uma das 10 maiores ameaças globais à saúde pela Organização Mundial da Saúde, estando associada a quase 5 milhões de mortes por ano. Crianças e recém-nascidos são especialmente vulneráveis a bactérias resistentes a medicamentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de antibióticos em odontopediatria deve ser criterioso e limitado a situações específicas, como a presença de sinais sistêmicos e infecções generalizadas. O seu uso indiscriminado pode gerar efeitos adversos significativos e contribuir para o aumento da resistência bacteriana, um problema de saúde pública

global que exige uma abordagem mais consciente e orientada. Assim, é importante que os profissionais de odontologia sigam as diretrizes clínicas recomendadas, priorizando o tratamento local e reservando a prescrição de antibióticos para indicações específicas, a fim de promover o uso racional de medicamentos e proteger a saúde dos pacientes.

5 REFERÊNCIAS

- ALFENAS, Cristiane Ferreira et al. Antibióticos no tratamento de abscessos perirradiculares agudos. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 71, n. 2, p. 120, 2015. Disponível em: <http://revista.aborj.org.br/index.php/rbo/article/view/509>. Acesso em: 09 de set. 2024.
- AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRIC DENTISTRY. Use of antibiotic therapy for pediatric dental patients. The Reference Manual of Pediatric Dentistry. Chicago, Ill.: American Academy of Pediatric Dentistry; 2023:537-41.
- ANDERE, Naira Maria Rebelatto Bechara Andere. Claritromicina como adjuvante ao debridamento periodontal no tratamento de periodontite agressiva generalizada: estudo controlado randomizado. Dissertação (Mestrado em Biopatologia Bucal) - Instituto de Ciência e Tecnologia, UNESP – Universidade Estadual Paulista, São Paulo-SP, 2016.
- BRIGANTINI, Letícia Cristina; MARQUES, Gisela Janaína; GIMENES, Marina. Antibióticos em odontologia. **Revista uningá**, v. 49, n. 1, 2016.
- BRITO, Edla Helena Salles et al. Drenagem de abscesso periapical: relato de caso clínico. **Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v.16, n. 1, p. 7-7, 2024.
- EMYINUMARU, Fernanda et al. Perfil e adequação do uso de antibacterianos em crianças internadas em hospital geral no sul do Brasil. **Revista Paulista de Pediatria**, v.37, p. 27-33, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/LDxyMm36m4vPYDpbyJRdgNF/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 09 de set. 2024.
- GOEL, Dhirja et al. Prescrições de antibióticos em odontopediatria: uma revisão. **Journal of family medicine and primary care**, v. 9, n. 2, p. 473-480, 2020. Disponível em: https://journals.lww.com/jfmpc/fulltext/2020/09020/antibiotic_prescriptions_in_pediatric_dentistry_____a.6.aspx. Acesso em: 09 de set. 2024.
- HOCHSCHEIDT, Gabriela Luiza et al. Padrão de prescrição em centros odontológicos especializados públicos no Brasil. **Pesquisa, sociedade e desenvolvimento**. São Paulo. v. 10, n. 12, e554101220732, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231173>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

KUSAHARA, Denise Miyuki; PETERLINI, Maria Angélica Sorgini; PEDREIRA, Mavildeda Luz Gonçalves. Colonização orofaríngea de crianças à admissão em uma unidade de cuidados intensivos. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, p. 421-427, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/apel/a/gHqD3Q5m7NkjQTnWg9mtFTN/>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

LEONARDO, Renato de Toledo. LEONARDO, Mario Roberto. Aspectos atuais do tratamento da infecção endodôntica. **Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas**. São Paulo, v. 66, n.3, p. 174-181, 2012.

MOREIRA, Danna Mota. Conduta clínica e terapêutica de abscessos periapicais agudos. Monografia (Especialização em Endodontia) - Universidade Estadual de Campinas, 2005.

PEREIRA, A. C. et al. Prescrição medicamentosa em odontopediatria. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 38, n. 4, p. 256-262, 2013. Disponível em: <https://revodontolunesp.com.br/article/588018937f8c9d0a098b4cee>. Acesso: 26 de ago. 2024.

PLATON, Micaella Tassara et al. Nuances sobre a antibioticoterapia na odontopediatria: uma revisão de literatura. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 1, p.8490-8505, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4874>. Acesso em: 28 de ago. 2024.

SALDANHA, Danielle Maria dos Santos; SOUZA, Marly Barbosa Maia de; RIBEIRO, Joyce Fonteles. O uso indiscriminado dos antibióticos: uma abordagem narrativa da literatura. **Revista interfaces da saúde**, v. 1, p. 12-37, 2018. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2019/11/2_IS_20181.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2024.

SEGURA-EGEA, Juan José. et al. Antibióticos em Endodontia: uma revisão. *International endodontic journal*, v. 50, n. 12, p. 1169-1184, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/iej.12741>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

SOBOLEVSKI, Cleiton; AZEVEDO, Flávia Giusti. Diagnóstico de abscesso periapical agudo: revisão da literatura. **Anais de Odontologia**, v. 4, n. 1, p. 64-69, 2021. Disponível em: <https://uceff.edu.br/anais/index.php/odonto/article/view/364>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

SOUZA, E. L. R. et al. Microbiological profile and antimicrobial susceptibility pattern of infected root canals associated with periapical abscesses. **European journal of clinical microbiology & infectious diseases**, v. 32, p. 573-580, 2013.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE SÍFILIS EM JOVENS

PEDROZA, Eduarda Macedo¹
PIASSI, Giovanna Dalvi¹
BARBOSA, Nádia Nascimento¹
GAVA, Ruth Tavares¹
LANDI, Gilbania Rafael²

¹ Graduandos do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – giovannadpiassi@hotmail.com; pedrozaeduarda@gmail.com; nascimentonadia451@gmail.com; ruthgava19@gmail.com

² Professor orientador: Mestre em Políticas Públicas de Saúde. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – gilbania.rafa2018@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sífilis compõe o grupo das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), com etiologia bacteriana pelo *Treponema pallidum*, considerada sério problema de saúde pública por suas repercussões na saúde dos indivíduos, índice crescente do número de casos em especial na população mais jovem (AGÊNCIA BRASIL, [s.d.]a).

No Brasil, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) registrou no período de 2012 a 2023 cerca de 1.340.090 casos de sífilis adquirida, sendo que destes, 50% foram registrados na região sudeste. O Estado do Espírito Santo apresentou uma proporção de 170,4 infectados a cada 100.000 habitantes no ano de 2022 (BRASIL, 2023a).

Estima-se que no ano de 2022 houve uma maior prevalência de sífilis em mulheres jovens no Brasil. Contudo, a disseminação poderá ocorrer em todas as faixas etárias e gêneros, porém com maior incidência entre indivíduos mais jovens. Dados do Datasus revelam que no Distrito Federal houve um aumento de 55,9% dos casos em 2023 comparado ao ano anterior, sendo mais acometidos homens na faixa etária de 15 a 29 anos (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2023). Enquanto, no estado do Espírito Santo cerca de 320 casos de Sífilis em indivíduos entre 15 a 19 anos e 2.484 indivíduos de 20 a 39 anos foram notificados no ano de 2023 (BRASIL, 2023b).

A infecção se propaga através do contato com fluídos corporais infectados, por meio de relações sexuais desprotegidas, transfusão sanguínea, verticalmente de mãe para filho e contato com sangue por acidente com perfurocortantes ou contato direto

com mucosas não integras de infectados (AGÊNCIA BRASIL, [s.d.]b).

A infecção ganhou visibilidade no final do século XV na Europa, se tornando uma grande barreira de saúde pública por ser uma doença sistêmica que pode levar à incapacidade e morte se não tratada adequadamente (SANTOS, 2018 apud SANTOS, et al., 2024). Contudo, considerada prevenível e curável por meio da antibioticoterapia com Penicilina (BRASIL, 2022).

Ademais, é de suma importância ressaltar a contribuição dos profissionais da enfermagem neste cenário, desenvolvendo ações de promoção e prevenção em saúde, e ainda, no processo de tratamento e acompanhamento para que não ocorra uma nova contaminação (MARQUES et al., 2022). Sendo assim, objetiva-se com o estudo identificar a contribuição do enfermeiro na prevenção da sífilis na população jovem.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura a fim de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre o tema abordado. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) no período de Agosto a Setembro de 2024. Utilizando-se dos descritores em Ciência da Saúde (DeCS) “Sífilis”, “Prevenção”, “Enfermeiro”. Foram encontrados 30 artigos e selecionados 18 para o estudo após leitura exploratória e aplicação dos critérios de inclusão, como estudos publicados nos últimos 7 anos e nos idiomas português e inglês. Após a seleção dos artigos, procedeu-se leitura analítica e interpretativa dos textos com a finalidade de ordenar as informações contidas nas fontes, de modo que estas possibilitassem a obtenção de respostas aos problemas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

A sífilis no século XV se propagou pela Europa sendo conhecida por seu número exorbitante de mortes, odor atípico e lesões, sendo chamada naquela época de “Grande Varíola” (LEÃO et al., 2021). Duas hipóteses foram impostas referente a origem da sífilis, a primeira foi a “colombiana” onde considerava que a doença veio do Novo para o Velho Mundo, trazida pelos tripulantes de Colombo, em contrapartida a

“pré-colombiana” acreditava que a sífilis já estava na Europa bem antes de Colombo ir para as Américas, sendo então espalhadas pelos destinos asiáticos e africanos (MAJANDER, 2020).

Dados mundiais da Opas/OMSE no ano de 2022 revelam 7,1 milhões casos de sífilis (AGÊNCIA SAÚDE, 2022). O Brasil registrou no ano de 2023 cerca de 9.551 novos casos sífilis adquirida entre indivíduos entre 15 a 19 anos, 67.304 com 20 a 39 anos, 25.79 de 40 a 59 anos (BRASIL, 2023c).

Percebe-se que, mesmo sendo uma infecção prevenível e curável através de tratamento acessível gratuitamente pelo SUS, há um aumento significativo no número principalmente em mulheres jovens e negras com idade entre 20 a 29 anos (LIMA et al., 2024). É sabido que com o início da vida sexual precoce, muitas jovens estão sujeitas ao risco de adquirir infecções ISTs, em virtude da inobservância do uso de contraceptivos. Sendo assim, pode-se dizer que os riscos à saúde está interligada a baixos níveis de escolaridade, que resulta no menor acesso à informação e compreensão dos cuidados com a saúde, em especial de medidas preventivas (PADOVANI et al., 2018; SILVA et al., 2017).

Dentre as várias atribuições do enfermeiro na atenção primária podemos ressaltar o papel de propagar ações de prevenção e execução de testes rápidos com o intuito de diagnosticar a IST, bem como estabelecer o tratamento, e ainda instruir sobre a infecção e sua terapêutica (SOLINO et al, 2020a; COREN-PE, 2020).

O enfermeiro deve lidar com o cenário de maneira humanizada, buscando acolher o paciente em todo o seu tratamento, promovendo confiança e tranquilidade para o indivíduo sobre o processo de cura. Todavia, é necessário que o profissional esteja apto para encarar uma possível desestruturação emocional do enfermo, sobre a manifestação da doença (MARISTELA et al, 2017; SOLINO et al, 2020b). Se faz necessário a capacitação da equipe de enfermagem para alcançar o público jovem de diferentes métodos, a fim de, estimular o vínculo enfermeiro-paciente buscando instruir sobre a utilização de preservativos, dando ênfase na prevenção de gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis (GOTARDO; SCHMIDT, 2022).

Segundo Caus e Andrade (2020), outra estratégia é a Sistematização da Assistência de Enfermagem pois proporciona que o enfermeiro efetue um conjunto de cuidados individuais, de modo crítico e com raciocínio clínico, demandando uma relação interpessoal entre paciente e profissional, sendo executada pelas cinco etapas

do Processo de Enfermagem.

Sendo assim, o profissional da saúde, enfermeiro, em conjunto com sua equipe tem como responsabilidade proporcionar um cuidado com excelência sobre a educação sexual, fomentando ações e programas de modo a aconselhar sobre a vida sexual, e o incentivo da busca ativa para que o relacionamento do jovem com a unidade de saúde seja efetivo (COIMBRA et al., 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo realizado conclui-se que a sífilis é um problema de saúde pública que denota atenção. Portanto, vale ressaltar a importância da atuação do enfermeiro na prevenção da sífilis, uma vez que, o profissional está presente em todo o processo de saúde, frente à equipe e população, desenvolvendo e organizando ações de educação em saúde, bem como estabelecendo o diagnóstico precoce e a terapêutica ao paciente enfermo. Sua abordagem deve ser de forma integrada e variada, integrando educação em saúde, aconselhamento, diagnóstico precoce e tratamento. Além disso, a busca ativa e o rastreamento contínuo dos indivíduos acometidos pela infecção para garantir a adesão ao tratamento e evitar a reinfecção.

É de suma importância, reduzir a prevalência da sífilis e aperfeiçoar o impulso a saúde entre jovens para alcançar melhores indicadores de saúde e consequentemente melhor qualidade de vida. Assim, entende-se que as medidas de prevenção reduz não apenas a Sífilis, mas também promove uma saúde sexual responsável colaborando de maneira significativa para a saúde pública.

5 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Ministério da Saúde. **Sífilis**. [s.d.]a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sifilis>. Acesso em: 29 ago. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Ministério da Saúde. **Sífilis**. [s.d.]b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sifilis>. Acesso em: 29 ago. 2024.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Aumento nos diagnósticos de sífilis em 2023 reforça conscientização**. Brasília – DF, 2023. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/web/guest/w/aumento-nos-diagn%C3%B3sticos-de-s%C3%ADfilis-em-2023-refor%C3%A7a-conscientiza%C3%A7%C3%A3o>

AGÊNCIA SAÚDE. Secretaria de Saúde do Distrito Federal. **DF registra cerca de três mil casos de sífilis por ano**. Brasília-DF. 2022. Disponível em <https://www.saude.df.gov.br/web/guest/w/df-registra-cerca-de-tr%C3%AAs-mil-casos-de-s%C3%ADfilis-por-ano#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,de%20s%C3%ADfilis%2C%20HIV%20e%20hepatite.>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, **Departamento de DST,AIDS e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico–Sífilis**, Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2022/sifilis/boletim_sifilis-2022_internet-2.pdf/view. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, **Departamento de DST,AIDS e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico–Sífilis**, Brasília, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2023/sifilis/boletim_sifilis2023.pdf/view. Acesso em: 29 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Tabnet**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023b. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/sifilisadquiridabr.de>

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Tabnet**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023c. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/sifilisadquiridabr.de>

CAUS, Eliz Cristine Maurer; DE ANDRADE, Jéssica Angelita. Avaliação da realização do teste rápido na consulta de enfermagem como enfrentamento da sífilis. **Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar**, v. 9, p. 106-119, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/2594>. Acesso em: 20 ago. 2024.

COIMBRA, William da Silva et al. ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE SÍFILIS EM ADOLESCENTES. **PESQUISA & EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**, n. 13, 2022. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=10767>. Acesso em: 30 ago. 2024.

COREN. Conselho Regional de Enfermagem-PE (COREN-PE). **Protocolo de Enfermagem na Atenção Básica do Coren-PE**. PE-Recife: COREN (2ª Edição). Disponível em: https://www.coren-pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/PROTOCOLO-DE-ATENCAO-BASICA-2020_2o-EDICAO-FINAL.pdf

DA SILVA MARQUES, Victor Guilherme Pereira et al. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DE PESSOAS COM SÍFILIS ADQUIRIDA. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, p. 70-78, 2022. Disponível em: [https://www.semanticscholar.org/paper/ASSIST%C3%8ANCIA-DE-ENFERMAGEM-NO-TRATAMENTO-DE-PESSOAS-](https://www.semanticscholar.org/paper/ASSIST%C3%8ANCIA-DE-ENFERMAGEM-NO-TRATAMENTO-DE-PESSOAS-.). Acesso em: 29 ago. 2024.

DE BRITO, Alberth Rangel Alves et al. A sífilis no conceito de saúde pública. **Perspectivas Experimentais e Clínicas, Inovações Biomédicas e Educação em Saúde (PECIBES)**, v. 5, n. 2, p. 68-68, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/pecibes/article/view/10420>. Acesso em: 29 ago. 2024.

DE LIMA, Thaina Jacome Andrade et al. SÍFILIS: UM ENSAIO CRÍTICO SOBRE A EPIDEMIA DA INFECÇÃO SEXUAL VIVENCIADA NO BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 7, p. 2823-2831, 2024. Acesso em: 30 de ago. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14985>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GOTARDO, Pamela Luísa; SCHMIDT, Clenise Liliane. Atuação do enfermeiro na atenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Conjecturas**, v. 22, n. 13, p. 453-467, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363934252_Atualizacao_do_enfermeiro_na_atencao_a_saude_sexual_e_reprodutiva_de_adolescentes. Acesso em: 30 ago. 2024.

LEÃO, Marcos Lorrnan Paranhos et al. Perfil epidemiológico da sífilis gestacional no estado de Minas Gerais entre 2009 e 2019. **Scire Salutis**, v. 11, n. 1, p. 61-68, 2021. Disponível em: <https://www.sustenere.inf.br/index.php/sciresalutis/article/view/CBPC2236-9600.2021.001.0007/2429>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MAJANDER, Kerttu. et al. Ancient Bacterial Genomes Reveal a High Diversity of *Treponema pallidum* Strains in Early Modern Europe. **Current Biology**, v. 30, n. 19, p. 3788-3803. e10, out, 2020. Disponível em: <https://www.cell.com/action/showPdf?pii=S0960-9822%2820%2931083-6>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PADOVANI, Camila; OLIVEIRA, Rosana Rosseto de; PELLOSO, Sandra Marisa. Sífilis na gestação: associação de características maternas e perinatais em uma região do sul do Brasil. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 26, p. e3019, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/KXZGyqSjq4kVMvTL3sFP7zj/?lang=en>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTOS, 2018 apud SANTOS, Iarno Gonçalves Freitas et al. Assistência da Enfermagem no Tratamento e Prevenção da Sífilis em Jovens: Uma Revisão Integrativa. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 18, n. 71, p. 201-213, 2024. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/4005>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, José Adailton da et al. Sífilis em gestante e sífilis congênita: um estudo retrospectivo. **Revista Ciência Plural**, v. 3, n. 3, p. 32-44, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/13145>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOLINO, Mariana dos Santos Silva et al. Desafios do enfermeiro na assistência de

enfermagem aos usuários com diagnóstico de sífilis: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 13917-13930, 2020a. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/17753>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SOLINO, Mariana dos Santos Silva et al. Desafios do enfermeiro na assistência de enfermagem aos usuários com diagnóstico de sífilis: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 13917-13930, 2020b. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/17753>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VASCONCELOS, Maristela Inês Osawa et al. Sífilis na gestação: estratégias e desafios dos enfermeiros da atenção básica para o tratamento simultâneo do casal. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, p. 85-92, 2017. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/6409>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

CARVALHO, Felipe de¹
DIAS JÚNIOR, João de Paula¹
FONTAINHA, Bianca Lordello¹
SIMÃO, Kaylane Costa¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – biancalordello61@gmail.com; fe.carvalho635@gmail.com; jpjuniorbr@gmail.com; costakaylane974@gmail.com

² Professor orientador: Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional - PPGPSI/UFES. Docente do curso de Psicologia da faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os professores são os transmissores de conhecimento às novas gerações, e por isso é fundamental que se tenha um olhar mais cuidadoso para essa classe de trabalhadores que lidam com situações diversas em sala de aula, que vão desde formar crianças e jovens para a sociedade que não cessa de se transformar até lidar com fatores desgastantes como “jornada exaustiva de trabalho, baixa remuneração, indisciplina discente, violência, acúmulo de funções e massificação do ensino” (Deffaveri; Méa e Ferreira, 2020, p.815).

Essas condições contribuem para o adoecimento dos professores, ao ponto de adquirirem o estresse ocupacional, resultante de um esgotamento físico e psicológico do trabalhador frente a um sofrimento constante na atuação profissional, relacionado principalmente à alta carga horária de trabalho e pouco lazer (Weber et al, 2015).

Tais circunstâncias levantaram a dúvida sobre as condições psíquicas dos professores de Cachoeiro de Itapemirim que atuam na rede pública estadual de educação, lidando, em sua maioria, com alunos adolescentes do ensino médio, o qual passou recentemente por mudanças com a implantação do “Novo Ensino Médio” (Lei 13.415/2017).

Considerando tais informações, fez-se necessária uma pesquisa quantitativa acerca da saúde mental dos professores e suas condições laborais dentro do limite

da rede pública estadual de Cachoeiro de Itapemirim - ES com as circunstâncias em que a educação se coloca em 2024, para se levantar, assim, a hipótese acerca da existência da conexão entre saúde mental e condições de trabalho do professor. Assim, buscou-se esclarecer, na pesquisa, a relação intrínseca entre as condições psíquicas dos profissionais da educação e suas condições de trabalho.

2 METODOLOGIA

Quanto à metodologia deste estudo, foi realizada uma pesquisa quantitativa com 16 perguntas voltadas para professores que atuam ou atuaram em escola(s) pública(s) do Estado na região de Cachoeiro de Itapemirim. Tendo como tema “A Saúde Mental dos Professores e Suas Condições de Trabalho na Rede Pública Estadual”, sendo portanto questionado perguntas como: gênero, tempo de trabalho na profissão atual, se já fizeram uso de ansiolíticos para tratar algum tipo de transtorno, qual a qualidade do ambiente de trabalho, já teve que lecionar matérias fora da área de formação, entre outras, a fim de estabelecer parâmetros que estipulem a realidade a qual estão acometidos. Assim, foram entrevistados, anonimamente, 34 professores da rede pública estadual de 03 escolas diferentes da cidade de Cachoeiro de Itapemirim nos períodos entre 25 de maio e 11 de abril de 2024, sendo o questionário acessado e respondido por link do Google Forms enviado via Whatsapp.

O processo de pesquisa conta também com a utilização do google acadêmico e de outros portais de pesquisas acadêmicas, nos quais são atribuídos artigos, revistas científicas, trabalhos de pós-graduação e outros. Sendo, tais informes, reunidos e editados por meio da plataforma Google Docs.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada com professores da rede pública estadual na cidade de Cachoeiro de Itapemirim trouxe dados relevantes para que seja feita uma análise da situação da saúde mental desses profissionais da área da educação. Nesse sentido, foi possível estabelecer que, dos entrevistados, houve uma maioria de mulheres, o que representa 60,6% dos entrevistados e demonstra que existe uma maioria feminina na atuação escolar estadual em Cachoeiro. Além disso, são professores experientes, tendo em vista que 57,6% dos entrevistados atuam há mais de 10 anos na rede estadual de ensino. Ainda, a maioria atua com uma carga horária de 35 a 40

horas semanais (42,4%), mas é importante destacar que existe também uma quantidade considerável de entrevistados que trabalham com uma carga horária acima de 44h semanais (30,3%), o que traz um alerta sobre as condições físicas e psíquicas dos professores que possuem uma carga horária excessiva. Por conseguinte, isso se torna um motivo de alerta quando se obtém o resultado de 84,8% dos entrevistados afirmando que já sentiram que suas atividades profissionais afetaram a sua saúde mental.

Não obstante ao cenário, é válido se notar que os professores que possuem mais de 3 ou 4 anos de atuação na rede pública foram afetados pela pandemia do coronavírus no seu trabalho, então não se pode negar que essa circunstância gerou consequências em sua saúde mental à medida que foi preciso se adaptar a um novo contexto de aulas não presenciais. Em uma pesquisa citada por Káren Maria Rodrigues da Costa et al. (2021), verificou-se que essa modalidade comprometeu a saúde mental dos docentes. Além disso, em um trabalho de João Carlos Gonçalves et al. (2022), constatou-se que a necessidade de se adaptar às tecnologias educacionais durante a pandemia foi fator de muita angústia entre os profissionais da educação, oportunizando cenários de ansiedade e stress por tais cobranças. Todavia, a pesquisa recente feita para este resumo expandido trouxe a perspectiva da condição de trabalho atual do professor da rede pública estadual do Espírito Santo e a sua influência na saúde mental. Assim, além de tudo o que já vivenciaram com a pandemia e suas consequências, ainda hoje se fala em saúde mental dos professores enquanto algo negligenciado pelas autoridades, e isso fica muito explícito quando 97% dos entrevistados afirmam que não recebem suporte algum da Secretaria Estadual de Educação para lidar com o estresse relacionado ao trabalho.

Mas o estresse, insta salientar, não tem como única fonte o histórico da pandemia, mas sim algo que já era discutido há tempos, como citado em um trabalho de Liciane Diehl e Angela Helena Marin (2016), que afirmam que o intenso envolvimento emocional com a situação dos alunos, a falta de valorização social do trabalho docente, a desmotivação do trabalho, as relações interpessoais não agradáveis, classes com grande quantidade de alunos, a não existência de tempo para descanso e lazer e a jornada extensa de trabalho são fatores que, em seu conjunto, são fontes de estresse nos profissionais da educação.

Esse cenário não se difere da situação atual, em que, na pesquisa feita para

este trabalho, 45,5% dos professores afirmam que frequentemente se sentem sobrecarregados pelo seu trabalho e mais 36,4% disse que sempre se sente sobrecarregado. Cerca de 18,2%, ou seja, uma minoria, afirmou que somente às vezes se sente sobrecarregado pelo trabalho, mas vale ressaltar que não houve nenhum entrevistado que negou que o trabalho o sobrecarrega. Assim, percebe-se que estes professores vivem sob condições que podem levar a um adoecimento mental partindo do estresse dessa sobrecarga de trabalho.

Isso se configura na informação de que 33,3% dos professores entrevistados afirmam já terem sido diagnosticados com algum problema psiquiátrico por causa do seu trabalho, enquanto 42,4% disseram que não foram diagnosticados com um problema psiquiátrico, mas que conhecem colegas de trabalho que já foram. Talvez seja por esse motivo que a maioria (81,8%) expôs que não faz uso de remédio ansiolítico receitado por um médico. Por outro lado, uma grande quantidade dos entrevistados (48,5%) já procurou ajuda profissional, como terapia, para lidar com questões relacionadas ao trabalho.

Acredita-se que muito desses problemas de saúde mental que aflige os professores pode estar relacionado, além da sobrecarga de trabalho, a uma sensação de desvalorização profissional, pois quando a pesquisa questiona se os professores se sentem valorizados pela escola em que atuam, 48,5% disse que às vezes sim, e 39,4% disse que não. Mas quando o questionamento foi sobre a valorização do trabalho do professor pelo sistema de educação da rede pública estadual, a maioria esmagadora, 66,7%, disse que não se sente valorizado, ou seja, não sentem que o seu salário seja adequado ao seu esforço laboral, não participam de decisões pedagógicas que são determinadas pelo sistema, não se sentem apoiados nas atividades pedagógicas e não se sentem confortáveis com a relação professor-gestor.

Desse modo, tal consequência pode ser verificada pela afirmação de 97% dos entrevistados, que ao serem questionados se o sistema público estadual de educação fornece meios de apoio à saúde mental do professor, responderam de forma negativa, expondo, assim, negligência do sistema com as condições psíquicas dos seus professores. Sobre essa sensação de desvalorização do trabalho do professor da rede pública, já dizia Mary Sandra Carlotto (2011, p.403) que “[...] a categoria sofre muitas críticas, é extremamente cobrada em seus fracassos e raramente é reconhecida por seu sucesso”, o que faz com que se destaque entre as demandas

enfrentadas pelos professores a sobrecarga mental e emocional.

Outrossim, um fator enfrentado pelos educadores na atualidade e, que segundo os professores pesquisados, tem gerado estresse e ansiedade, é a necessidade de lecionar disciplinas que não são da área de formação do professor. Isso é consequência da aplicação no currículo escolar das disciplinas diversificadas, que é a inserção de disciplinas não avaliadas por notas e com foco no socioemocional, como “projeto de vida”, “estudo orientado” e a disciplina “eletiva”, que são disciplinas dadas por professores de quaisquer áreas, uma vez que não se determina uma área específica de formação e, também, com o projeto do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017), foram acrescentados os itinerários formativos, que são disciplinas focadas em uma área específica de acordo com a escolha feita pelo aluno, e que portanto, demandam de profissionais instruídos para cumprir os itinerários.

Nessa perspectiva, considerando as disciplinas diversificadas e os itinerários formativos do novo ensino médio, uma significativa porcentagem dos professores que responderam a pesquisa (57,6%) disseram que essa é uma situação ruim para a educação, e devido a tais disciplinas, 84,8% dos entrevistados afirmaram já terem tido a experiência de lecionar disciplinas que não dominavam por não contemplarem a sua área de formação e, dessa porcentagem, 60,7% afirmou que ao se preparar para lecionar tais disciplinas, ficam muito ansiosos, porque apesar de conseguir fazer um planejamento, não conseguem aplicar o que foi planejado com excelência, uma vez que os alunos nem sempre valorizam essas disciplinas. É possível notar que o fator da ansiedade é algo presente no trabalho do professor, algo constatado na pesquisa feita por Crislaine da Silva Xavier et al (2023), afirmando que entre os professores do ensino fundamental e médio está o índice mais elevado de profissionais da educação que sofrem com transtorno de ansiedade, o que demanda urgência de atitudes para preservação da saúde mental desses profissionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a pesquisa realizada e o levantamento hipotético quantitativo da falta de suporte emocional como agravante significativo para o desenvolvimento de certos transtornos e complicações, mostrou-se factual a nível de preocupação, uma vez que, segundo Marcela Maria Birolim et al (2019), síndromes como o Burnout ou distúrbios como a ansiedade e depressão, caracterizadas pelo estresse crônico não gerenciado

adequadamente dentro do contexto de trabalho, colocam-se cada vez mais presentes na sociedade, fazendo com que o indivíduo não consiga lidar efetivamente com atividades regulares do cotidiano, fator que se estende prejudicialmente no lazer com amigos, momentos em família e outros aspectos gerais da vida.

Nessa perspectiva, conclui-se que a saúde mental dos professores está sempre em risco devido à grande carga horária exercida, a falta de auxílio na jornada de trabalho e a constante pressão acometida, tornando-os reféns iminentes das más condições de trabalho. Portanto, é de grande importância o acolhimento e valorização dos profissionais da área da educação, garantindo o bem-estar e sua eficácia na vida desses profissionais, já que tais educadores exercem um papel crucial na vida dos alunos, instruindo mentes, formando indivíduos e preparando-os para o futuro.

Deseja-se salientar também, que o estudo abrangeu um contingente limitado de pessoas, com isso, para que possa haver um resultado mais apertado, seria necessário uma mobilização maior de voluntários, a fim de exibir dados mais inclusivos para o parâmetro geral da problemática de pesquisa.

5 REFERÊNCIAS

BIROLIM, Marcela Maria et al. Trabalho de alta exigência entre professores: associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1255-1264, 2019.[TM1] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/57hTLfPMcFkGng44XjtYjn/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.[TM2] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Vol.27 n.4, p.403-410, out-dez, 2011.[TM3] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/B6dwZJD6LLTM5QBYJYfM6gB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2024.

COSTA, Káren Maria Rodrigues da, et al. Promoção da saúde mental de professores no contexto da pandemia do novo coronavírus. **Cadernos do Aplicação**. Porto Alegre, v.34, n.2, jul-dez 2021.[TM4] Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/110618>. Acesso em: 13 abr. 2024.

DEFFAVERI, Maiko, MÉA, Cristina Pilla Della, FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. Sintomas de ansiedade e estresse em professores da educação básica. **Cad.**

Pesqui., São Paulo, v.50, n.177, p.813-827, jul-set 2020.[TM5]Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/vcjCwDsk6mp6b8KvvkC7fpk/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DIEHL, Liciane e MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v.7, n.2, p.64-85, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v7n2/a05.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GONÇALVES, João Carlos, et al. Análise bibliométrica de pesquisas voltadas aos efeitos da tecnologia educacional na ansiedade e estresse dos professores durante a pandemia da covid-19. **Cadernos do FNDE**, ano 3, vol.3, n.5, jan-jul 2022.[TM6] Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/publicacoes/index.php/cadernosFNDE/article/view/29>. Acesso em: 14 abr. 2024.

WEBER, Lídia Natália Dobrianskyj, et al. O estresse no trabalho do professor. **Imagens da Educação, Maringá**, v.5, n.3, p.40-52, 2015.[TM7]Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/25789>. Acesso em 14 abr. 2024.

XAVIER, Crislaine da Silva, et al. **Transtorno de ansiedade**: presença em docentes do ensino básico. In: MONTENEGRO, Rubia Kátia Azevedo e GOMES, Francisco Albertino (org). *Tecendo saberes: um olhar multidisciplinar sobre a educação*. CampinaGrande: Amplla, 2023. p.63-72.

MONITORAMENTO E DIAGNÓSTICO DE INTEGRIDADE ESTRUTURAL EM TEMPO REAL

CUNHA, Gilberto Abreu¹
SCARTON, Mariana Gaioti dos Santos¹
LIMA, Philipe Maroli¹
EIRIZ, Douglas Costa²

¹ Graduandos do Curso de Engenharia Mecânica da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – gebecunha@gmail.com; philipemaroli@hotmail.com; mariana_gaioti@outlook.com

² Professor orientador: mestre/especialista em Engenharia Mecânica. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – engmeceiriz@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O monitoramento e diagnóstico de integridade estrutural (SHM – Structural Health Monitoring) em tempo real desempenha um papel fundamental na engenharia mecânica, especialmente em estruturas sujeitas a cargas cíclicas e condições adversas, como aeronaves, turbinas eólicas, veículos automotivos e estruturas industriais. O principal objetivo do SHM é assegurar a integridade e confiabilidade dessas estruturas durante sua operação, prevenindo falhas catastróficas por meio da detecção precoce de danos. Para isso, são empregados sistemas de sensores, técnicas avançadas de processamento de dados e modelos computacionais que fornecem informações em tempo real sobre o comportamento e o estado das estruturas monitoradas.

2 METODOLOGIA

A metodologia de monitoramento em tempo real na engenharia mecânica compreende três etapas principais: aquisição de dados, processamento e diagnóstico. Primeiramente, sensores como acelerômetros, sensores de deslocamento, extensômetros, sensores de vibração e sensores de emissão acústica são estrategicamente posicionados na estrutura a ser monitorada. Esses sensores capturam variáveis como vibração, tensão, deformação e propagação de trincas, enviando dados em tempo real para sistemas centralizados que permitem a análise contínua e precisa das condições estruturais.

Após a coleta, os dados brutos passam por um processamento que utiliza algoritmos matemáticos e técnicas de processamento de sinais. Ferramentas como a transformada de Fourier, a transformada wavelet e a análise modal são aplicadas para identificar padrões e detectar variações fora dos parâmetros normais de operação. Simultaneamente, modelos de elementos finitos (FEM) são empregados para simular o comportamento estrutural em condições normais, facilitando a comparação entre o modelo teórico e os dados experimentais.

Na etapa final de diagnóstico, os dados processados são interpretados para avaliar o estado da estrutura. Algoritmos de aprendizado de máquina, como redes neurais e algoritmos de detecção de anomalias, são utilizados para identificar falhas iminentes e avaliar sua gravidade, permitindo a emissão de alertas preventivos para inspeção ou manutenção.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na engenharia mecânica, o desenvolvimento de sistemas de SHM em tempo real é direcionado principalmente para aplicações em equipamentos dinâmicos, como motores, turbinas e caixas de engrenagem. A escolha e o posicionamento adequado dos sensores são fundamentais para assegurar a detecção de falhas mecânicas que possam comprometer o desempenho estrutural. Por exemplo, em motores aeronáuticos, sensores de vibração e temperatura são utilizados para identificar desalinhamentos ou desgastes excessivos de componentes móveis.

Com o avanço da Internet das Coisas (IoT) e de sistemas de comunicação sem fio, os dados coletados podem ser transmitidos para servidores em nuvem, onde algoritmos robustos processam as informações em tempo real. Além disso, técnicas de modelagem preditiva são integradas ao sistema, permitindo prever o tempo de vida útil restante de componentes e programar manutenções preventivas de maneira mais eficiente. A integração de modelos físicos com algoritmos de aprendizado de máquina, prática conhecida como "gêmeos digitais", tem se tornado comum no SHM, especialmente em estruturas mecânicas complexas.

Os sistemas de SHM aplicados à engenharia mecânica têm mostrado resultados positivos em várias áreas, principalmente na detecção precoce de falhas em componentes sujeitos a cargas dinâmicas. Em turbinas a gás, por exemplo, sensores de vibração e temperatura permitem identificar desalinhamentos e

desbalanceamentos que poderiam levar a falhas catastróficas. A análise em tempo real desses dados possibilita o agendamento proativo de manutenções corretivas, prevenindo paradas inesperadas.

Outro exemplo é o uso de SHM em pontes e outras grandes estruturas mecânicas. Estudos recentes demonstram que sensores de fibra ótica instalados em pontos estratégicos conseguem detectar alterações milimétricas na deformação de componentes críticos, fornecendo um panorama preciso das condições estruturais e permitindo intervenções antes que danos maiores ocorram.

Ainda assim, desafios permanecem, principalmente relacionados à confiabilidade dos sistemas de monitoramento em ambientes extremos, onde variações de temperatura e interferências eletromagnéticas podem afetar o desempenho dos sensores. Além disso, o volume de dados gerado pelos sistemas de SHM exige alta capacidade de processamento, demandando melhorias contínuas nas plataformas de análise.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento de integridade estrutural em tempo real tem se consolidado como uma ferramenta valiosa para a engenharia mecânica, possibilitando a detecção precoce de falhas em sistemas dinâmicos e estruturas críticas. A utilização de sensores avançados, técnicas sofisticadas de processamento de sinais e algoritmos de aprendizado de máquina permite diagnósticos mais precisos e respostas corretivas ágeis. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como o processamento eficiente de grandes volumes de dados e a durabilidade dos sensores em ambientes adversos. Com o avanço dessas tecnologias, espera-se que o SHM continue a elevar os padrões de confiabilidade e segurança nas estruturas mecânicas.

5 REFERÊNCIAS

HBK. **Solução Modular para um Monitoramento Estrutural Eficiente**. Disponível em: <https://www.hbm.com>. Acesso em: 08 de setembro de 2024.

KOT. **Monitoramento da Integridade Estrutural**. Disponível em: <https://kotengenharia.com.br/sistemas/monitoramento-da-integridade-estrutural-2/>. Acesso em: 08 de setembro de 2024.

MAIO, Carlos Eduardo Bassi. **Técnicas para Monitoramento de Integridade**

Estrutural usando Sensor e Atuadores Piezoelétricos. 2011. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Mário Anderson. **Monitoramento de Integridade Estrutural Baseada em Sensores Piezoelétricos e Análise de Sinais no Domínio do Tempo.** 2013. Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” – São Paulo, 2013.

REVISTA UNIVERSO. **Sensores Inteligentes e suas Aplicações no Cotidiano.** Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php>. Acesso em: 07 de setembro de 2024.

SENSORENG. **Utilização de Sensores Inteligentes no Monitoramento de Obras em Tempo Real.** Disponível em: <https://sensoreng.com.br/utilizacao-de-sensores-inteligentes-no-monitoramento-de-obras-em-tempo-real/>. Acesso em: 07 de setembro de 2024.

TURBINAS HIDRÁULICAS MODERNAS: INOVAÇÕES EM DESIGN E MATERIAIS PARA MAIOR EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

MARCONSINE, Leonardo¹
SOUZA, Renan MOREIRA¹
Sávio VICENTINI, Wesley¹
EIRIZ, Douglas Costa²

¹ Graduandos do Curso de Engenharia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

² Professor orientador: mestre/especialista em Engenharia Mecânica. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – engmeceiriz@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A eficiência energética e a sustentabilidade ambiental são preocupações centrais no desenvolvimento de turbinas hidráulicas modernas. Este artigo analisa as inovações recentes em design e materiais que contribuem para turbinas hidráulicas de alta eficiência, minimizando o impacto ambiental. As melhorias no perfil aerodinâmico, avanços em materiais compósitos e novas técnicas de manufatura são destacadas como fatores críticos que impulsionam a eficiência operacional e a durabilidade dessas máquinas. Além disso, é discutido a integração de tecnologias digitais para otimização do desempenho em tempo real, e como essas inovações contribuem para a sustentabilidade no setor de energia hidrelétrica.

2 METODOLOGIA

2.1 Inovações em Design de Turbinas Hidráulicas

O design de turbinas hidráulicas tem evoluído significativamente nas últimas décadas, impulsionado por avanços na compreensão dos fluxos de fluidos e pelo uso de simulações computacionais de alta precisão. As principais inovações incluem Perfis de Pás Otimizadas, Turbinas Kaplan e Francis avançadas.

2.2 Materiais de Alta Performance

Os avanços em materiais são outro pilar fundamental na busca por turbinas mais eficientes e duráveis. A substituição de materiais tradicionais por novos compósitos e

ligas metálicas está promovendo melhorias significativas resistentes à corrosão e compósitos de alta resistência.

2.3 Impacto Ambiental, Sustentabilidade e Integração de Tecnologias Digitais

Além de melhorar a eficiência energética, as inovações em design e materiais também estão focadas na redução do impacto ambiental das turbinas hidráulicas. As turbinas de nova geração são projetadas para minimizar a interferência nos ecossistemas aquáticos e aplicada tecnologias de monitoramento em tempo real de manutenção preditiva.

3 DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, discute-se as principais inovações em design e materiais que estão impulsionando o desenvolvimento de turbinas hidráulicas mais eficientes e com menor impacto ambiental. A análise se baseia em diversas fontes teóricas e estudos de caso relevantes, abordando como essas inovações têm influenciado o desempenho das turbinas e contribuído para a sustentabilidade no setor de energia hidrelétrica.

3.1 Inovações em design de turbinas hidráulicas

O aperfeiçoamento dos perfis das pás das turbinas tem sido uma das áreas de maior foco na pesquisa e desenvolvimento. A utilização de simulações de Dinâmica dos Fluidos Computacional (CFD) permitiu aos engenheiros otimizar os perfis das pás para minimizar as perdas por atrito e maximizar a conversão de energia em diferentes condições operacionais.

Além disso, o desenvolvimento de pás ajustáveis em turbinas Kaplan, permite que as turbinas se adaptem mais eficientemente às variações de fluxo, otimizando o desempenho em diferentes condições de operação. Essa flexibilidade é particularmente importante em cenários onde a vazão do rio pode variar significativamente ao longo do ano, garantindo que a turbina opere em condições ótimas, independentemente das variações no regime hídrico.

3.2 Avanços em materiais para turbinas hidráulicas

O estudo de ligas metálicas com alta resistência à corrosão, como os aços inoxidáveis avançados e as ligas de titânio, que têm sido essenciais para prolongar a

vida útil das turbinas, especialmente em ambientes adversos. Essas ligas oferecem maior resistência à abrasão e à corrosão, problemas comuns em usinas que operam em águas com alta concentração de partículas suspensas ou em sistemas de água salgada.

Os materiais compósitos, também têm ganhado destaque. Esses materiais, que combinam fibras de alta resistência com resinas poliméricas avançadas, oferecem uma combinação de leveza e durabilidade, reduzindo o desgaste e aumentando a resistência à fadiga. A aplicação desses materiais na construção de pás e outras partes críticas das turbinas tem contribuído para uma operação mais eficiente e confiável, além de possibilitar a redução do peso total das turbinas, o que facilita a instalação e manutenção.

3.3 Sustentabilidade e impacto ambiental

As turbinas projetadas para minimizar o impacto ambiental estão se tornando cada vez mais comuns. Tecnologias como as turbinas "fish-friendly", que reduzem a mortalidade de peixes ao passarem pelas turbinas, exemplificam esse esforço. Essas turbinas utilizam pás com design otimizado para diminuir a velocidade de rotação e a força de corte, mitigando o impacto sobre a fauna aquática.

Além disso, a redução de ruídos e vibrações nas turbinas, é uma área de inovação que visa não apenas aumentar o conforto das comunidades próximas às usinas, mas também minimizar a interferência nas vidas selvagens que habitam as áreas ao redor das instalações.

3.4 Integração de tecnologias digitais

A integração de tecnologias digitais, como a Internet das Coisas (IoT) e a Inteligência Artificial (IA), tem transformado a operação das turbinas hidráulicas.

O monitoramento em tempo real, viabilizado por sensores avançados e sistemas de análise de dados, permite ajustes automáticos nos parâmetros operacionais das turbinas, garantindo que elas operem sempre na máxima eficiência possível. Essa capacidade de adaptação em tempo real é crucial para otimizar o desempenho das turbinas em condições variáveis, melhorando a eficiência energética e reduzindo o desperdício.

Além disso, a manutenção preditiva, possibilitada por algoritmos de IA que

analisam dados operacionais, tem se mostrado uma estratégia eficaz para reduzir o tempo de inatividade das turbinas e prolongar sua vida útil.

3.5 Durabilidade e resistência dos novos materiais

Os resultados também indicam que o uso de materiais avançados, como ligas metálicas resistentes à corrosão e compósitos de alta resistência, contribuiu para uma maior durabilidade das turbinas. A Tabela 1 resume os ganhos de durabilidade observados em estudos que utilizaram novos materiais em comparação com os materiais tradicionais. Em média, a vida útil das turbinas aumentou em 15-20%, com uma redução significativa na necessidade de manutenção frequente.

Tabela 1 – Comparação de vida útil e necessidade de manutenção em turbinas com diferentes materiais

Material Utilizado	Vida Útil Média (anos)	Frequência de Manutenção (anos)
Aço Inoxidável Tradicional	25	5
Ligas Resistentes à Corrosão	30	7
Compósitos de Alta Resistência	28	6

Fonte: Os autores (2024).

3.6 Integração de tecnologias digitais e manutenção preditiva

A revisão da literatura também destacou a importância da integração de tecnologias digitais, como IoT e IA, na operação e manutenção das turbinas hidráulicas. Tabela 2 apresenta um resumo das melhorias operacionais e econômicas observadas com a implementação de monitoramento em tempo real e manutenção preditiva em usinas hidrelétricas.

Tabela 2 – Impactos da integração de tecnologias digitais em turbinas hidráulicas

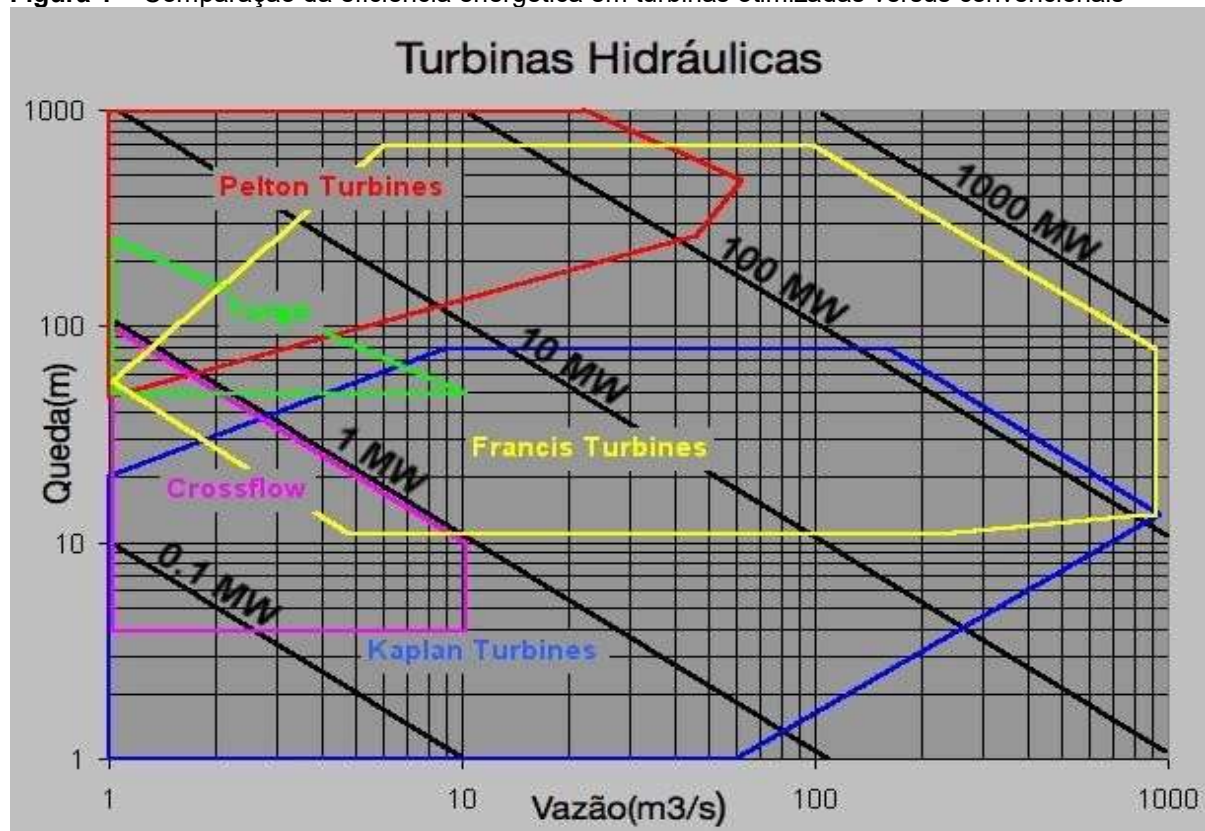
Tecnologia Implementada	Redução de Tempo de Inatividade (%)	Redução de Custos de Manutenção (%)	Melhoria na Eficiência Operacional (%)
Monitoramento em Tempo Real	25	20	15
Manutenção Preditiva	30	25	18

Fonte: Os autores (2024).

3.7 Eficiência energética das turbinas aprimoradas

A revisão revelou que as inovações no design das pás das turbinas, especialmente as otimizações baseadas em simulações de Dinâmica dos Fluidos Computacional (CFD), resultaram em aumentos significativos na eficiência energética.

Figura 1 – Comparação da eficiência energética em turbinas otimizadas versus convencionais



Fonte: Os autores (2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações em designer, materiais e tecnologias digitais estão remodelando o panorama das turbinas hidráulicas, tornando-as mais eficientes e menos impactantes ao meio ambiente. Como resultado, as usinas hidrelétricas estão se tornando uma opção cada vez mais viável e sustentável para a geração de energia renovável. Contudo, a contínua pesquisa e desenvolvimento são essenciais para garantir que essas inovações sejam implementadas de maneira eficaz e que os desafios associados à eficiência e sustentabilidade sejam superados.

5 REFERÊNCIAS

Ahlström, A. (2010). Aerodynamic and Hydrodynamic Design of Hydraulic Turbines. Springer.

Costa, M. A., & Pereira, L. F. (2022). Avanços recentes em turbinas hidráulicas: Tecnologias emergentes e impactos ambientais. *Journal of Hydraulic Engineering*, 28(2), 123-135.

Gubin, V. G. (2013). *Hydraulic Machines: Turbines and Pumps*. CRC Press. Este livro é uma referência importante para o entendimento dos princípios de operação das turbinas hidráulicas e inclui discussões sobre inovações recentes.

Gulich, J. F. (2014). *Centrifugal Pumps*. Springer.

Kaunda, C. S., Kimambo, C. Z., & Nielsen, T. K. (2012). Potential of Small-Scale Hydropower for Sustainable Development in Sub-Saharan Africa. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 16(5), 2975-2985.

Lima, J. P., & Almeida, R. A. (2018). Avanços em turbinas hidráulicas: Inovações no design e materiais. *Revista Brasileira de Engenharia Hidráulica*, 15(3), 45-60.

Manolakos, D., & Kyriakarakos, G. (2017). Advanced Materials for Hydraulic Turbines: Improving Efficiency and Durability. *Materials Science Forum*, 879, 297- 302.

Nechleba, M. (2016). *Hydraulic Turbines: Their Design and Equipment*. Elsevier.

Ostermeier, R. M., & Padisák, J. (2020). Advances in Hydraulic Turbine Design for Sustainable Hydropower. *Journal of Hydraulic Engineering*, 146(6), 04020033.

Trivedi, C., Cervantes, M. J., & Dahlhaug, O. G. (2016). Experimental and Numerical Study of a High Head Francis Turbine: A Review. *Renewable Energy*, 99, 613-635.

HIDROENERGIA. Tipos de turbinas hidráulicas. Disponível em: <https://www.hidroenergia.com.br/blog/tipos-turbinas-hidraulicas/>. Acesso em: 5 set. 2024.

SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: DESUMANIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL DE DETENTOS E EGRESSOS

GONÇALVES, Ana Clara Nascimento¹
ROCHA, Larissa Sabino da¹
MONTEIRO, Nathaly Machado¹
SOUZA, Samara Almeida¹
SOARES, Gustavo de Moraes Barbosa¹
MACHADO, Thiago Pereira²

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – ana.nascimentogoncalves619@gmail.com; larissasabino.drocha@gmail.com; netunomontt@gmail.com; samaraalmeida018@gmail.com; gustavodemoaresbs@gmail.com

² Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional - PPGPSI/UFES. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – thiagopmachadopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em primeira análise, a realidade do sistema carcerário brasileiro apresenta uma negação dos direitos humanos dos presos e egressos, principalmente quando se fala sobre superlotação e a falta de saúde psicológica (Barros; Moura, 2022). A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) assegura o respeito tanto da integridade física quanto moral aos detentos, nos termos de seu artigo 5º, inciso XLIX, no entanto observa-se uma lacuna diante desta lei, já que as condições básicas não são asseguradas. Nota-se, então, que a falha no sistema carcerário influencia na ressocialização do indivíduo e junto a isso nas condições que afetam a saúde mental. Falar de ressocialização, é falar de preconceito, já que, ela é uma forma de reingresso do detento à sociedade que, ao menos na teoria, deve compreender todas as nuances dessa socialização, com sua dificuldade frente aos preconceitos que esses indivíduos sofrem e sofrerão (Nascimento; Novo, 2017). Assim, é de suma importância a participação de psicólogas(os) dentro do sistema carcerário para o auxílio na manutenção de laços familiares e proteção de subjetividades, ambos fragilizados em um contexto de violência social gerada dentro desses espaços (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP], 2021).

Portanto, neste presente texto, vamos compreender como a negligência dos direitos humanos afeta as condições de vida de detentos ou egressos e como o Estado

e a sociedade mantem esse tipo de sistema, além da importância do papel da(o) psicóloga(o) com o indivíduo.

2 METODOLOGIA

Para o estudo, que consiste em uma revisão bibliográfica, foi utilizando a plataforma Scientific Electronic Library Online Brasil (SciELO Brasil) usando as seguintes combinações de palavras-chave: “sistema carcerário psicologia”, “sistema carcerário Brasil”, “ressocialização psicologia”, “sistema carcerário racismo”, “ressocialização e racismo” “psicologia e racismo” e “psicologia social”. Excluindo artigos que abordassem temas distantes da psicologia e optando por aqueles produzidos nos últimos dez anos que, de alguma forma, representassem uma realidade mais próxima à da escrita deste resumo expandido. Também foi utilizado o Google para a pesquisa de leis do sistema carcerário e a participação de psicólogos nesses espaços, acessando informações de sites oficiais do governo e do Conselho Federal de Psicologia para uma maior confiabilidade nas informações, além de sua atualidade. Foram encontrados quinze artigos, contudo, trabalhamos apenas com os onze que dialogaram melhor com o tema do resumo.

3 DESENVOLVIMENTO

De acordo com dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça, entre 2011 e 2021 (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2022) havia, aproximadamente, 680 mil pessoas presas, causando um grande acúmulo nos presídios que não havia capacidade para comportar tantas pessoas. A realidade da superlotação também abre portas ao descuido com as pessoas privadas de liberdade, visto que, com tantos detentos, a unidade prisional não consegue dar suporte de qualidade para todos os indivíduos, também gerando condições precárias de vida, como Lucas Sena de Souza Dembogurski, Dijaci David Oliveira, e Telma Ferreira Nascimento Durães (2021) deixam explícito ao elucidar como a cadeia pode contribuir na perda da subjetividade do indivíduo, já que são locais onde ocorrem muitas violências físicas e psicológicas, possuem péssimas condições de vida e dificilmente os detentos tem acesso à assistência médica. Precisamos entender, neste contexto, a sistematização dos problemas no cárcere no Brasil, perpetuados ou sofridos pela sociedade, já que “se por um lado as classes mais pobres são mais punidas e vigiadas,

as classes mais abastadas são seduzidas por discursos que perpetuam a estrutura de repressão” (Dembogurski, Oliveira e Durães, 2021, p.136), assim, fica evidente que, com o descaso do Estado que, além de negar os direitos básicos do preso, auxiliam na perpetuação dessa estrutura, a ressocialização é dificultada, já que, ao serem tratados com desprezo nas prisões, torna-se inviável habilidade desses indivíduos de reaprenderem a viver em sociedade. (Fernandes; Righetto, 2013). As “ideologias penais”, termo usado por Michel Misse, et al. (2023), é uma forma de resumir os diferentes discursos, símbolos e práticas que fazem com que esse sistema se sustente, evocando o que, teoricamente, seriam as funções da prisão.

A prisão, então, deixa de ser um local com finalidade de punição e ressocialização e começa a ser uma maneira de “aprisionar o ser”, como Vania Conselheiro Sequeira (2006) explica, evidenciando que as condições das cadeias excluí o desenvolvimento educacional, profissional e cultural do detento, tornando-o um indivíduo sem individualidade. Antes, porém, de apontarmos a importância da(o) psicóloga(o) nas prisões, precisamos fazer um breve recorte social desse cenário.

É necessário nos questionarmos se a prisão alguma vez tentou corrigir e servir de espaço para a aprendizagem da ressocialização ou se, foi, desde seu início, apenas um espaço para que os resquícios de tortura, como pena, permanecessem afligindo as minorias, já que, refletindo a sociedade, o sistema carcerário também sofre com racismo e opressão de gênero, tornando os detentos que fazem parte desses grupos ainda mais marginalizados nesse espaço (Borges, 2019); dialogando com essa ideia, Felipe Mattos Johnson e Simone Becker (2023) denunciam a utilização do encarceramento em massa de indígenas Kaiowá e Guarani no sul do Mato Grosso do Sul com finalidade de impedir possíveis insurgências e protestos contra grandes empresas ou contra o próprio Estado, que receiam que esses grupos possam, de alguma maneira, receber atenção da mídia e terem suas vozes ouvidas.

Portanto, é a perspectiva racializada que define quem será ou não punido. É a perspectiva de condição social que definirá se você terá ou não dinheiro para a fiança e se ficará ou não preso. É a perspectiva de gênero, em você sendo mulher, que trará uma carga moral ao julgamento e que definirá sua punição (Borges, 2019, p.76).

É preciso, então, além da luta antimanicomial, uma luta anticolonial, buscando, em primeiro lugar, uma psicologia mais inclusiva que saiba dialogar com diferentes indivíduos, respeitando suas características e culturas sem reproduzir um discurso

eurocêntrico (David; Vicentin, 2023). Também é preciso uma luta antipatriarcal, já que é o patriarcado o responsável pela “[...] dinâmica do sistema carcerário feminino, fazendo com que a privação de liberdade seja acompanhada por um caráter moralizante das instituições que compõem o sistema penal [...]” (França; Gershenson, 2023, p.228).

Dessa maneira, fica claro que o papel da(o) psicóloga(o) mais uma vez ultrapassa os limites do contexto geral, observando as nuances de cada indivíduo assim como também observa as peculiaridades do ambiente em que esse indivíduo está inserido, como Nascimento e Novo (2017) apontam em seu estudo, revelado que, sem descartar a presença de uma equipe multidisciplinar, a(o) psicóloga(o) é de suma importância no processo de ressocialização, já que será o responsável por acompanhar os avanços dos detentos até após tornarem-se egressos, já que, em um ambiente adverso, como já citado anteriormente, é propício o desenvolvimento de distúrbios psicológicos. O trabalho da(o) psicóloga(o) vai além de apenas acompanhar os detentos/egressos, acompanhando os familiares dos mesmos, a sociedade em contato e até mesmo realizando trabalhos com os funcionários do sistema prisional (agentes, faxineiros, diretores, cozinheiros, nutricionistas etc.), pretendendo criar um ambiente mais agradável que, de alguma maneira, possa impactar menos na saúde mental de todos os envolvidos (Nascimento; Novo, 2017).

Contudo, o trabalho da Psicologia parece uma utopia se levarmos em conta todas as problemáticas do sistema carcerário, já que, ao invés dos investimentos no Sistema Carcerário feitos pelo Estado promoveram algum tipo de avanço nas medidas de ressocialização (ou mais, investindo na educação e em outras maneiras de prevenção de criminalidade), fazem justamente ao contrário, como Oriana Hadler e Neuza Maria de Fátima Guareschi (2018) nos diz, apontando que a utilização desses investimentos são, na realidade, utilizados para a ampliação do encarceramento, mantendo as mesmas formas de dominação sobre os detentos, os destituindo de sua individualidade.

Vale ainda ressaltar a importância de movimentos religiosos, como aponta Rafael Godoi (2015), ao pesquisar sobre e com a Pastoral Carcerária na área, que apesar do cunho religioso, não se limita a isso, realizando diversos projetos com os presos visando uma melhoria na qualidade de vida dos mesmos, auxiliando, também, na medição da qualidade de trabalho de outros profissionais, já que, como o próprio

autor relata, foi comum observar o abandono de casos por advogados o que prejudica tanto o processo legal, quanto o processo de uma possível ressocialização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, antes de questionarmos a participação da psicologia no sistema carcerário, “é fundamental que nos questionemos: que sociedade é essa que produz mil novos criminosos ao mês?” (Sequeira, 2006, p.670).

Torna-se difícil o trabalho não só da(o) psicólogo(a), mas como o dos demais funcionários do sistema carcerário, se em primeiro lugar, não nos questionarmos a origem dos problemas que ele enfrenta, provenientes do sistema capitalista que visa manter uma “nação branca, racista, classista e sexista, na qual o racismo se apresenta como estruturador e estruturante das relações societárias” (França; Gershenson, 2023, p.228). Tem-se, então, a necessidade da Psicologia de se afastar de sua origem - servir apenas à burguesia -, conversando com a realidade enfrentada pelos indivíduos (Boarini, 2021), para que, dessa maneira, seja eficaz tanto fora, quanto dentro do sistema carcerário.

É importante ressaltar a falta de estudos científicos na área recentes, tornando difícil a pesquisa com dados e informações que refletissem a realidade de forma mais precisa, vendo-se necessário um aprofundamento maior nos estudos mais atualizados.

5 REFERÊNCIAS

BARROS, Ruth Rayner Campos; MOURA, Aline Santana Moreira. **Violação dos Direitos Fundamentais no Sistema Carcerário Brasileiro**. Jusbrasil, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/violacao-dos-direitos-fundamentais-no-sistema-carcerario-brasileiro/1552056926>. Acesso em: 02 de abr. 2024.

BOARINI, Maria Lucia. Desnaturalizar a psicologia é preciso. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32(4), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/dDgcHnQjnRYvyZXm9YG99Pb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de abr. 2024.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa: feminismos plurais**. 2. Ed. São Paulo: Pólen, 2019. p. 19 e p. 76 Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Encarceramento_em_Massa_Feminismos_Plurais_Juliana_Borges.pdf?1599239135. Acesso em: 10 de abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 09 de abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) no Sistema Prisional**. CREPOP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Referências- Técnicas-para-Atuação-dasos-Psicólogasos-no-Sistema-Prisional-FINAL.pdf>. Acesso em: 02 de abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Central de regulação de vagas: gestão da lotação prisional**. Brasília: CNJ, [2022]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/manual-central-de-regulacao- de-vagas.pdf>. Acesso em: 09 de abr. 2024.

DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Marina Cristina Gonçalves. Práticas antirracistas na rede de atenção psicossocial: racializar e desnortear. **Psicologia & Sociedade**, v 35, e277115, p. 1- 16, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6V5s3KqZnwmGj7WVccymnfx/>. Acesso em: 12 de abr. 2024.

DEMBOGURSKI, Lucas Sena de Souza.; OLIVEIRA, Dijaci David de; DURÃES, Telma Ferreira Nascimento. Análise do processo de ressocialização. O método da associação de proteção e assistência a condenados. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideu, v. 34. 2021. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382021000100131&script=sci_abstract. Acesso em: 08 de abr. 2024.

FERNANDES, Bruna Rafaela; RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto. O sistema carcerário brasileiro. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**, Itajaí, v. 4, 2013. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-sistema-carcerario-brasileiro>. Acesso em: 8 de abr. 2024.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrino de; GERSHENSON, Beatriz. O encarceramento de mulheres no capitalismo dependente e periférico brasileiro. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.26, e90729, p. 222-231, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/zc4nkPzvZDM5JhQQ9fvSQXK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 de abr. 2024.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. 2015. 246 p. Tese (Pós-Graduação em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05082015-161338/publico/2015_RafaelGodoi_VOrig.pdf. Acesso em: 13 de abr. 2024.

HADLER, Oriana; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Investimentos no cárcere: o menor dos males na política de segurança pública. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, p. 10-26, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/4b8BQhMR4ppWXZ5LgQswSPj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de abr. 2024.

JOHNSON, Felipe Mattos; BECKER, Simone. “Quando cada caso não é um caso”: análise discursiva-etnográfica das violências estruturais estatais disparadas pela criminalização das existências e resistências Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/dRLF5vfhdgGL6rZ6WDZLzYL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 de abr. 2024.

MISSE, Michel; GODOI, Rafael; MELLO, Kátia Sento Sé; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; NETO, David Maciel de Mello. Os sentidos do cárcere: apresentação do número especial. **DILEMAS Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 5, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/Nt7DZH58CGTKwY58FYxTf7h/?lang=pt>. Acesso em: 9 de abr. 2024.

NASCIMENTO, João Paulo Lima do; NOVO, Benigno Núñez. A psicologia na ressocialização prisional. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_a_psicologia_na_ressocializacao_prisional.pdf. Acesso em: 12 de abr. 2024.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro. Uma vida que não vale nada: prisão e abandono político-social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26(4), p. 660-671, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TcPRVxjcNsdBfzYFTRBPbMh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 de abr. 2024.

LIBERDADE RELIGIOSA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO CARÁTER LAICO DO ESTADO (1824-1988)

ANGELO, Talytha Cardozo¹
CAZOTTE, Thiago Canholato²

¹ Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES. Especialista em História Contemporânea e História do Brasil. Historiadora – talythacardozo@gmail.com

Professor orientador: Mestrando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – canholato.advogados@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar os avanços da característica de laicidade do Estado brasileiro a partir da Constituição Política do Império do Brasil (1824) e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em texto intrínseco, na pretensão de marcar o regime histórico da liberdade religiosa no território, outrossim, para exemplificar os efeitos dessa política, optou-se pelo evento da Revolta dos Malês.

O acontecimento supracitado retrata os desdobramentos do judiciário frente a interpretação constitucional para punição dos envolvidos na revolta popular que ocorreu em Salvador, em 1835. Ademais, no que interessa ao estudo, a formação de tribunais para julgamento, segundo Reis (2019, p. 436) contaram com “[...] termos de busca, interrogatório dos réus e depoimento das testemunhas”.

Com isso em mente, surge a seguinte problemática de pesquisa: ao levar em consideração o contexto histórico de práticas estatais brasileiras, amparadas nas normas constitucionais, como a Revolta dos Malês, o que se alterou no caráter laico do Estado?

Portanto, a investigação concentra-se em apresentar a postura do Estado Imperial ao elemento religioso islâmico como evidência de relação com as insurreições e conspirações, para enfim, discutir os novos formatos que a Constituição Cidadã trata, nos termos contemporâneos, a liberdade de culto.

Esse pluralismo religioso que é divulgado hodiernamente, simboliza a reafirmação dos direitos fundamentais dos cidadãos, uma vez que, para Miranda (2003, p. 409) não basta a permissão de outra religião, como também deve-se propiciar seu cumprimento. Mediante o recorte em que indivíduos foram perseguidos

e levados a tribunal por portar objetos ligados a uma religião que não era oficial do Império, enquanto pretende-se atingir a explicação da maneira em que crescimento das políticas de tolerância no corpo constitucional ilustra o resultado de séculos de resistência.

2 METODOLOGIA

Como o trabalho se propõe a estudar a Constituição Política do Império do Brasil e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos artigos correspondentes à religião, o principal material concentra-se nessas fontes. Desse modo, o procedimento pode ser entendido como documental e bibliográfico, haja vista que contempla também livros teóricos e artigos científicos que dispõem de análises da temática.

Para a revisão de literatura das referências bibliográficas, contou-se como fator de inclusão os termos entrelaçados com: liberdade religiosa, Estado Laico, Constituições brasileiras, políticas públicas, sincretismo e revolta popular. Ao lado que nos fatores de exclusão estão as constituintes entre 1824 e 1988, pois optou-se apenas pela primeira e a última.

Logo, metodologicamente, a abordagem da pesquisa é qualitativa, de natureza básica, com objetivo explicativo, já que desenvolve através da análise de um evento histórico, os efeitos de políticas implantadas na primeira constituição do Brasil, e por fim, como a problemática é exposta no texto atual.

3 DISCUSSÃO

A priori, ao estudar o texto constitucional, é necessário pontuar o contexto em que sua redação nasce, uma vez que esse fator se responsabiliza pelo elemento ideológico das entrelinhas. O Brasil possui inúmeras constituições em sua história, sendo a primeira promulgada por D. Pedro I, de acordo com Mergulhão, Junior e Machado (2011, p. 104), ela “[...] mescla ideais liberais reinantes na época com uma estrutura monárquica marcada pelo conservadorismo”.

Logo, os valores apresentados refletem os conflitos de interesses dessa composição, que embora se inspirasse na corrente liberal, implementou-se com o Poder Moderador, de maneira que a soberania decisória permanece na figura do Imperador por meio da limitação dos outros três poderes de Montesquieu.

O cenário permaneceu até a Proclamação da República, quando se criou mais uma Constituição para melhor adequar seus ideais de ruptura com a monarquia. Entretanto, até a transição de forma de governo, as normas da vida em sociedade estavam baseadas na Constituição de 1824.

[...] já delimitava ao Poder judiciário tão somente a incumbência de aplicar as leis às situações concretas de caráter litigioso (arts. 151 e 152). Isto porque o Imperador representava o poder no Império e fora dele, e, ainda, a autoridade nacional, juntamente com a Assembléia Geral. (MERGULHÃO; JUNIOR E MACHADO, 2011, p. 110).

Dessa maneira, além da política, a economia e a cultura também seguiam os direcionamentos aprovados pelo sistema de condutas. Não obstante, a religião incluiu-se através do artigo 5º, da Constituição de 1824, o qual relata que “[...] todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma algum exterior de templo”, somente a religião católica apostólica romana é entendida como oficial do império.

Ao demarcar qual religião é aceita em público, surge também um estigma a respeito das demais praticadas no território brasileiro, haja vista sua escala continental e diversos indivíduos que circulavam os espaços das províncias. Outrossim, com as instabilidades da extensão e políticas que não agradavam a todos, as revoltas populares tornaram-se comuns na mudança de imperador.

É notório o recorte entre o Primeiro e Segundo Reinado, chamado de Período Regencial, “[...] previsto por lei e que duraria até que D. Pedro II atingisse a maioria” (VILAGRANDE, 2023, p. 11), tornando-se um estágio de muita insatisfação, junto as ideias que contrariavam a permanência do regime.

A Revolta dos Malês (1835) foi uma das revoltas ocorridas, desta vez, em Salvador, e o evento que seria de contestação de escravizados muçulmanos, foi delatado e durou apenas uma madrugada.

Todavia, as repercussões se prolongaram nas ruas baianas, diferente de outras agitações que terminam em castigo aos envolvidos, como relata Reis (2012, p. 449) “[...] no calor do revide aos rebeldes, não seriam só os abadás, tessubás e patuás que se tomavam como provas de rebeldia, naqueles dias, também nocivos à ordem social. Ou seja, houve perseguição e a formação de um tribunal para sentenças, dado que em meio as decorrências da sociedade, estavam as hipóteses de tomada de governo e atentados a vida, logo, objetos de uso cotidiano desse grupo devido suas crenças,

foram associados pelas autoridades da província à insurreição, portanto, deveriam ser averiguadas.

Assim, a criminalização desses instrumentos típicos de outra cultura alcança o patamar de intolerância, Reis (2012, p. 449) ainda complementa com “[...] a presença dos africanos e suas culturas desafiavam a visão de mundo [...]”, com a repressão e flagrante apenas ao portar algo de referência islâmica.

Por exemplo, “os amuletos, papéis, anéis e roupas malês eram signos materiais [...] em nome do Deus de sua crença [...]” (REIS, 2012, p. 444) relacionaram-se a revoltoso, em consequência disso, foram julgados pelo Código Criminal de 1830, onde ficam expostas sentenças como: absolvição, morte, prisão, galés, açoite e deportação. Para Vilagrand (2023, p. 15), “a polarização política misturada com a crescente pressão advinda da insatisfação das massas populares, principalmente com as taxações implementadas [...]” formam o plano de fundo da busca por oprimir as discordâncias ao Estado, na tentativa de mostrar uma estabilidade que não existia no governo dos regentes.

Como interpretação da Constituição de 1824 e do Código Criminal de 1830, nas sentenças ocorreram multiplicidade do destino dos indivíduos capturados, sendo elas de acordo com o que era encontrado com ele, o local, a quantidade de pessoas ao redor, e essencialmente, o depoimento da testemunha, o senhor de escravos.

Em menção a Reis (2012, p. 447) “[...] mais do que escravo, ele precisava mostrar-se acomodado e demonstrar repúdio a sua africanidade”, para passar aos jurados sua inocência, por fim, ocorrendo a libertação daqueles que estivessem amparados com um senhor para confirmar sua docilidade, e mais, sua prática enquanto católico.

Com o avançar dos séculos, maneiras de compreender a política e os sujeitos na sociedade, o Brasil atual, sob a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além da abolição da escravidão, a intolerância aos elementos de outras religiões se tornam condenados a punição, no artigo 5º, inciso IV, garante que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Não obstante, fortalecendo as bases da manifestação religiosa no país, e destacando o caráter laico do Estado, que antes era nomeado publicamente como católico, segundo Ganem (2008, p. 238) “[...] prescrita no inciso I do art. 19 da Constituição do

Brasil, permite que a Igreja e o Estado sejam parceiros em obras sociais. O que o Estado não pode fazer é legislar em matéria religiosa, subvencionar cultos”.

Desde que ocorra a manutenção da moral pública e respeito às normas constitucionais adotadas pelo Estado como Lei Maior, a expressão religiosa dos cidadãos não apresenta perigos ao bem-estar social, e não deve, portanto, ser perseguida embora ainda aconteça. Isso somente é possível no recorte contemporâneo devido ao longo processo de estudos, combates a intolerância e reafirmação de direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção do estudo tornou-se possível visualizar a trajetória para a possibilidade da liberdade religiosa no Brasil, com as marcações entre a primeira Constituição e a mais recente (1824-1988), o resultado da pesquisa mostra como apesar dos avanços em relação a um passado de intensa estigmatização e sentenças fortes aos envolvidos, o cenário contemporâneo caminha para a emancipação.

No texto da lei, todas as manifestações são permitidas, no entanto, ainda são notificados crimes de ódio contra religiões de matrizes africanas. Diferente do que ocorreu na Revolta dos Malês (1835), essa repressão não se faz a partir das autoridades do Estado, e sim por ação de particulares, devendo ser combatida através de políticas públicas.

A luta pelo encerramento da intolerância faz-se necessária para a promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos, boa convivência e respeito uns para com os outros. Bem como, embora o Estado seja considerado laico, é permitido a parceria com a Igreja para fins sociais.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Criminal de 1830**, Lei de 16 de dezembro de 1830. Rio de Janeiro, Código Criminal do Império, sn, 1830.

BRASIL. **Constituição de 1824**. Brasília: Senado Federal / Sub Secretaria de Edições Técnicas, 1993d.

_____. **Constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal / Sub Secretaria de Edições Técnicas, 1993j.

GANEM, C. M. S. Estado laico e direitos fundamentais. In: DANTAS, P. et al. (Orgs.).

Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois, os alicerces da redemocratização. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. p. 234-254.

MERGULHÃO, Rossana Teresa Curioni; JUNIOR, Bazilio de Alvarenga Coutinho; MACHADO, Elton Fernando Rossini. A Constituição Imperial de 1824: Uma breve análise dos aspectos sociais, políticos, econômicos jurídicos. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, v. 13, n. 26, p. 101-118, 2011.

MIRANDA, J. **Manual de Direito Constitucional**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VILAGRAND, Jean Paulo da Silva. **A Regência, as revoltas e as contradições do Liberalismo no Brasil durante o Período Regencial**. 2023, 25fl. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais, da Universidade Federal de Ouro Preto – Minas Gerais, 2023.

A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE E A CARGA DE CUIDADOS DO CÂNCER ORAL NA PRÁTICA ODONTOLÓGICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

BIANCARDI, Maria Carolina Almeida¹
OLIVEIRA, Juliana Costa de²

¹ Graduanda do Curso de Odontologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – mariacarolinaabiancardi@hotmail.com

² Professor orientador: Mestre em Ciências Odontológicas - Patologia Oral e Maxilofacial. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – juliana_costa@alumni.usp.br

1 INTRODUÇÃO

O câncer oral apresenta um diversificado grupo de neoplasias malignas que podem acometer diferentes regiões da cavidade, dentre elas destaca-se a língua, a mucosa jugal e o assoalho bucal. O mais comum em cavidade oral é o Carcinoma de células escamosas, uma doença multifatorial e que possui um prognóstico insatisfatório quando detectada em seus estágios mais avançados, decorrente de um diagnóstico tardio (SILVA, 2018).

As lesões potencialmente malignas, em destaque para Leucoplasia, Eritroplasia e Queilite actínica, são provenientes de alterações teciduais com alto potencial de transformação em neoplasia maligna (SILVA, 2018). Dessa forma, o conhecimento acerca dos sinais e sintomas dessas lesões torna-se essencial para o diagnóstico precoce do câncer de boca, contribuindo para seu rastreo nos estágios iniciais da doença e maiores chances de cura.

A alta incidência dessas lesões indica um desafio persistente na saúde dos cidadãos, e seus fatores de risco incluem principalmente o tabagismo e o etilismo (PAIVA, 2024). Essa realidade quando associada ao grande índice populacional do país, com as diferentes expectativas de vida da população e níveis de desigualdade socioeconômica, evidencia a falha no acesso aos serviços de saúde especializados (SANTOS, 2018) e na deficiência de profissionais capacitados para diagnosticar e tratar adequadamente essas lesões orais.

Dessa forma, o objetivo dessa revisão de literatura é compreender a

importância do diagnóstico precoce do câncer oral. Isto inclui evidenciar a distribuição de profissionais especializados na detecção e tratamento dessas lesões pelo território, assim como identificar as necessidades atuais do cenário brasileiro em relação ao melhor manejo dessa condição de saúde pública.

2 METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido pelo método de estudo de revisão bibliográfica sistemática, realizada em outubro de 2024. A identificação dos artigos ocorreu por meio de buscas nas bases de dados do Google Acadêmico e SciELO, utilizando-se os descritores “lesões potencialmente malignas”, “câncer bucal”, “cuidados”, “tratamento” e “diagnóstico”. Os critérios de inclusão foram: a) estudos em português ou inglês; b) publicações realizadas no período de 2018 a 2024; c) estudos voltados para o diagnóstico precoce e rastreamento do câncer oral. Já os critérios de exclusão foram: a) estudos não relacionados à temática desejada.

3 DESENVOLVIMENTO

A avaliação dos fatores de risco do câncer de boca é essencial para uma melhor garantia de saúde para os cidadãos brasileiros e no diagnóstico precoce dessas doenças. Em cavidade oral, os principais indicadores extrínsecos são o tabaco, álcool, infecções virais, alta exposição a radiação ultravioleta do sol, e como fatores intrínsecos estão os hereditários (relacionados a genética), a imunossupressão proveniente do vírus HPV, e deficiências nutricionais (SILVA, 2024). Dessa forma, a detecção antecipada dessas lesões realizada por meio de um exame clínico odontológico adequado contribui consideravelmente para uma melhoria do prognóstico da doença e aumento da probabilidade de cura do paciente.

O Brasil possui um grande número de cirurgiões-dentistas atuantes nas redes públicas e privadas de saúde, entretanto a persistência de um diagnóstico ineficaz e tardio contribui para o elevado registro de mortalidade no país relacionado a essa lesão oral, enquadrando-se no 8º lugar de neoplasias mais recorrentes e letais (SILVA, 2018). Nesse contexto, é preciso analisar o baixo índice de procura por atendimento odontológico por parcela da população, que podem ser explicados pelo desconhecimento acerca dos sintomas da doença, dos riscos envolvidos nesse quadro e pelo medo do diagnóstico de neoplasia (AMORIM, 2019). Além de destacar

as lacunas de conhecimento profissional e de técnicas de diagnóstico que algumas regiões brasileiras apresentam (PAIVA, 2024).

Nesse contexto, evidenciam-se as regiões Sul e Sudeste do país que apresentam a maior concentração de dentistas por número de habitante, com destaque para as cidades de São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Paraná (PR). Nessas regiões também há a prevalência de um alto número de casos de câncer oral, assim como mortes relacionadas a essa lesão (PAIVA, 2024). Fatos que expõem os desafios para a redução dos índices de mortalidade, uma vez que o grande índice de profissionais atuantes em uma mesma região ainda não é um indicativo de garantia do diagnóstico precoce dessa doença.

O oposto pode ser observado nas regiões Norte e Nordeste do território brasileiro, que são marcadas pela escassez de profissionais especializados para esse atendimento, e que apresentam elevadas taxas de fumo e exposição solar, fatores de risco do câncer de boca. (PAIVA, 2024). A persistente exposição a essas condições explica a alta demanda de cuidados estomatopatológicos na região, como os relacionados às lesões orais potencialmente malignas e o câncer de boca.

Cirurgiões dentistas especialistas em Estomatologia e Patologia Oral e Maxilofacial são os profissionais mais aptos e com a maior probabilidade de realizar o rastreio e diagnóstico dessas condições orais, devido aos conhecimentos adquiridos sobre as lesões durante a especialização. Entretanto, todos os demais dentistas clínicos recebem um treinamento mínimo durante a formação acadêmica para identificar essas lesões e realizar o protocolo de diagnóstico (PAIVA, 2024). Em alguns casos, a insegurança do profissional em realizar esses procedimentos, evidencia a necessidade de reforçar os conhecimentos teóricos e práticos acerca das técnicas de biópsia e palpação no diagnóstico do exame físico para os estudantes de odontologia e cirurgiões-dentistas formados (SILVA, 2023).

A criação dos Centros de Especialidades Odontológicas, conhecidos como CEOs, pode ser visualizada como um importante complemento, da atenção secundária à saúde, para atender as necessidades da população com ênfase no diagnóstico e tratamento do câncer bucal (SHEN, 2020). Por isso, faz-se necessário que sua distribuição seja a mais proporcional possível com o tamanho da população e com a demanda profissional de cada região (MIRANDA, 2019). Para que todos os cidadãos brasileiros possuam acesso a esses serviços odontológicos.

Ademais, é imprescindível que além do preparo profissional para controlar o câncer bucal, haja também medidas voltadas para a prevenção dessas lesões, como a disseminação de informações sobre os fatores de risco mais recorrentes (AMORIM, 2019). Juntamente com iniciativas direcionadas a esclarecer os sinais iniciais dessas neoplasias, visando facilitar a identificação dessas alterações por meio do indivíduo quando o próprio estiver realizando o autoexame bucal (MIRANDA, 2019). Programas de conscientização e inclusão de comunidades desfavorecidas de acesso ao tratamento odontológico, que estimulem a procura por visitas regulares ao dentista também são benéficos para um cenário de diagnóstico antecipado do câncer oral (Ó, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações retratadas, ressalta-se a importância de detectar as lesões potencialmente malignas em cavidade oral antes de sua evolução para um quadro de câncer bucal, visto que possibilita um melhor prognóstico de tratamento. O diagnóstico deve ser feito com base nos fatores de risco da doença, que incluem principalmente o tabaco, o etilismo e a exposição excessiva ao sol. Além disso, é possível analisar que o Brasil possui um grande número de cirurgiões-dentistas distribuídos pelo território, e nesse contexto algumas regiões são contempladas com uma maior concentração de profissionais. Entretanto, o número de dentistas capacitados a diagnosticar e tratar essas lesões orais ainda é desproporcional, devido a lacunas de conhecimento e técnicas de diagnóstico, além da insegurança observada em certos casos.

5 REFERÊNCIAS

AMORIM, Naila Gabriela Carvalho; SOUSA, Alex da Silva; ALVES, Shirley Marly. Prevenção e diagnóstico precoce do câncer bucal: uma revisão de literatura. **Revista UNINGÁ**, Maringá, 2019. V.56, n.2, p. 70-84.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Instituto Nacional de Câncer (INCA). **Diagnóstico precoce do câncer de boca**. Rio de Janeiro, 2022. Versão eletrônica: ISBN 978-65-88517-20-8.

MIRANDA, Fabiana Almeida; ARAÚJO, Lavínia Oliveira de; MELO, Matheus Ribeiro; BARBOSA, Ruth Costa; CALDEIRA, Antônio Prates; OLIVEIRA, Fernanda Piana Santos Lima. Políticas públicas em saúde relacionadas ao diagnóstico precoce e

rastreamento do câncer bucal no Brasil. **SANARE** (Sobral, online). 2019, Jul-Dec; 18 (2): 86-95.

Ó, Saulo Freitas do; LIMA, Sandra Maria Alves de Sousa; SOUZA, Mateus Castro de; DÁVILA, Deyse Daci Trancoso; GARCIA, Manuel Franscico Guerreiro; CUNHA, Felipe Costa; JÚNIOR, Mariano Costa Pereira; NETO, José Ferreira Pontes; ARAÚJO, Erik Lima de; SANTOS, Valentina Mell Mariano; OLIVEIRA, Yanna Galvão de; IGNACCHITI, Amanda. Câncer de boca e saúde pública. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**. Volume 6, Issue 8 (2024). Page 413-434.

PAIVA, João Paulo Gonçalves de; JORGE, Jacks; SANTOS, Erison Santana dos; MIGOWSKI, Arn; COHEN-GOLDEMBERG, Daniel; KOWALSKI, Luiz Paulo; BRANDÃO, Thaís Bianca; RIBEIRO, Ana Carolina Prado; LOPES, Marcio Ajudarte; VARGAS, Pablo Agustin; SILVA, Eurípedes Alves da; WARNAKULASURIYA, Saman; SANTOS-SILVA, Alan Roger. Estimating the burden of care for oral potentially malignant disorders and oral cancer in Brazilian dental practice. *Med Oral Patol Oral Circ Bucal*, São Paulo. 2024 Sep 1;29 (5): e719-26.

SANTOS, Marceli de Oliveira. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2018: Incidência de Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro. INCA, 2018.

SHEN, Savik Santos. **Câncer bucal na atenção primária à saúde: o papel do cirurgião-dentista na sua prevenção e detecção**. Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB. São Luís, 2020.

SILVA, Laura Géssica Dantas da; ALVES, Michel de Lima; SEVERO, Mara Luana Batista; MEDEIROS, Wenya Kayse Duarte de; FERREIRA, Almir Miranda; MIGUEL, Marcia Cristina da Costa; SILVEIRA, Éricka Janine Dantas. Lesões Orais Malignas e Potencialmente Malignas: Percepção de cirurgiões-dentistas e Graduandos de Odontologia. **Revista Brasileira de Cancerologia**. Rio Grande do Norte (UFRN), 2018; 64(1): 35-43.

SILVA, Maria Vitória Izidoro da; LIMA, Raiane Oliveira; MONTEIRO, Vanine Melo da Cunha; SANTOS, Sara Emanuelle Nascimento dos; GAINES, Angelica Patricia León; ROCHA, Lidiane Mércia Barbosa Malta; SANTOS, Ellen Karla Nobre. **Câncer bucal e o papel do Cirurgião-dentista no diagnóstico precoce: revisão integrativa**. 2023, v. 12, n. 13, e75121344156, 2023.

SILVA, Thalía Rissa; SOUZA, Vinícius Gonçalves de; JÚNIOR, Amaro José Alves; LIMA, Luís Henrique da Silva; SANTOS, Damilys Joelly Souza; ARAÚJO, Tatiana Santos; CARDOSO, Ludimila Paula Vaz; MIRANDA, Carla Silva Siqueira. Implantação de serviço multidisciplinar em estomatologia e patologia oral. Goiás. 72 – **RSBO**. 2024; 21(1):71-80.

BIOMARCADORES TUMORAIS PRÓ-INFLAMATÓRIOS NO PROGNÓSTICO DE CARCINOMA DE CÉLULAS ESCAMOSAS DE CAVIDADE ORAL

FABIANI, Laís Geanizeli¹
LINS, Stella Peterle Barros¹
OLIVEIRA, Juliana Costa de²
FERREIRA, Karla Daniella Malta³

¹ Graduandos do Curso de Odontologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – laisgeanizeli@gmail.com; stellapbl@outlook.com

Professor orientador: Mestre em patologia oral pela UNICAMP. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – juliana_costa@alumni.usp.br

Professor coorientador: Doutoranda em Clínica Médica pela UFRJ, Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – drakarlamalta@icloud.com

1 INTRODUÇÃO

O câncer é considerado um grande problema de saúde mundial, sendo classificado como uma doença multifatorial, relacionada ao surgimento de alterações genéticas que progridem com mutações sequenciais de genes específicos, ocasionando em uma proliferação descontrolada de células carcinogênicas (Ribeiro *et al.*, 2017). O câncer de boca possui uma alta relevância, e é conhecido por ser um problema de saúde pública crescente, sendo o 5º mais frequente em homens e o 13º em mulheres, ambos acima dos 50 anos. Inúmeros são os fatores de risco atrelados ao câncer de cavidade oral, como: susceptibilidade individual, imunossupressão, fatores ambientais, tabagismo, etilismo, infecção pelo Papilomavírus humano (HPV), dieta pobre em frutas e verduras e exposição excessiva à luz ultravioleta (para carcinomas labiais).

O perfil epidemiológico tem variado muito ao longo das décadas, porém mantém-se prevalente no sexo masculino, pela maior exposição aos fatores de risco, e após quinta década de vida. Devido a alta incidência da doença, a taxa de sobrevida em 05 anos tem sido mantida em torno de 50%, onde as proporções de sobrevida geral tendem a variar conforme a região geográfica, topografia e estágio da doença (BOBDEY *et al.*, 2018). O presente estudo apresentou como objetivo analisar o perfil epidemiológico, sobrevida e fatores de prognóstico de pacientes com Carcinomas de Células Escamosas (CCE) de cavidade oral e orofaringe atendidos no Hospital

Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim (HECI), um centro de referência oncológica do sul do estado do Espírito Santo.

2 METODOLOGIA

O presente estudo realizou buscas através de artigos em revistas científicas nas bases de dados eletrônicos Scielo, Google Scholar, PubMed, LILACS, JAMA, site governamental e na biblioteca digital da Faculdade Multivix.

Para as buscas das terminologias, serão utilizadas as palavras chaves cadastradas nos Descritores em Ciência da Saúde, criados pela BVS, sendo elas: “câncer”, “prognóstico” e “biomarcadores tumorais”.

Os critérios de inclusão escolhidos serão: acesso completo aos textos, escritos em inglês ou português, além da priorização de estudos científicos de publicação recente, com a possibilidade de selecionar publicações passadas desde que não sejam encontrados trabalhos atuais que discorram o tópico desejado. Já os critérios de exclusão escolhidos serão: artigos não disponíveis na íntegra e literaturas que não possuem relação com os conteúdos propostos.

Além disso, para a obtenção do objetivo foram selecionados 305 prontuários de pacientes diagnosticados com CEC de cavidade oral e orofaringe no período entre 2010 e 2018, dos quais selecionaram-se 30 blocos de parafinas em que foram realizados os cortes histológicos na época do diagnóstico. Os dados sócio-demográfico e clinicopatológico destes pacientes foram compilados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O câncer é considerado um dos principais acometimentos sistêmicos de representatividade global, dentre um grupo de aproximadamente 90 doenças, tendo como principal característica o aumento desordenado de células cancerígenas, que posteriormente podem vir a atingir órgãos. Essa doença é caracterizada por ter causas multifatoriais, havendo influência de fatores ambientais e mecanismos intrínsecos, por exemplo (Medeiros, 2020).

As lesões de origem displásica são consideradas um problema de saúde pública, apresentando um crescimento exponencial nos últimos anos, sendo mais frequente em homens a partir da quinta década de vida. Os principais fatores de risco associados ao surgimento do câncer oral são: etilismo, tabagismo, exposição solar e

exposição pelo vírus HPV. É notório, que no Brasil a ocorrência de casos é maior quando comparados com outros países, na estimativa feita pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), realizada a cada triênio (2020-2022), foram estimados novos 15.100 casos para os próximos anos (Dias e Coelho, 2022; Sant'ana *et al.*, 2021).

O carcinoma espinocelular (CEC), é considerado o tipo mais comum de malignidade da cavidade oral, representando 90% dos casos. Tal lesão pode atingir diversas estruturas anatômicas, como língua e mucosa jugal, com grande potencial de malignidade (Liouta *et al.*, 2023).

Dentre os resultados obtidos na amostra, nenhum dos pacientes apresentava idade menor ou igual a 40 anos de idade (58,9 anos), notando-se que uma prevalência do CEC oral e de orofaringe no sexo masculino (86,7%) quando comparado ao sexo feminino. Desse público, 46,7% eram não brancos (pardo, preto). Levando em consideração a taxa de sobrevida de 5 anos, dos 26 homens, 23 faleceram, estimando assim uma taxa de sobrevida foi de 11,5%.

A profissão mais incidente foi a de lavrador (33,3%), seguida por profissionais da área de Reparação, Manutenção e Instalação (13,3%), que estudaram até o nível fundamental (66,7%). Onze (36,7%) pacientes não reportaram histórico familiar de câncer. Mais da metade (56,7%) eram tabagistas no momento do diagnóstico do câncer e 26,6% relataram uso do cigarro com interrupção há mais de um ano. Em relação ao etilismo, mais da metade dos pacientes relataram o hábito em algum momento de vida (76,7%) (Tabela 1).

Em relação às características clinicopatológicas (Tabela 2), o câncer de língua foi o mais incidente (40%), seguido por orofaringe (33,33%). Em relação ao grau de diferenciação, 66,7% apresentaram CCE moderadamente diferenciado. A maioria dos tumores (53,3%) eram localmente avançados (T3 e T4) no momento do diagnóstico. O estadiamento clínico mostra que 63,33% tiveram linfonodos acometidos. Quanto aos casos de metástase, 93,33% dos casos não acometeu outro órgão e/ou região, apenas 01 caso (3,33%) foi acometido.

O tratamento oncoterapêutico foi um combinado de métodos, avaliando-se as principais necessidades para cada paciente. Dos 30 pacientes, 20 (66,7%) se submeteu a radioterapia em conjunto com a quimioterapia, 08 (26,7%) somente o tratamento cirúrgico, 01 (3,3%) somente a radioterapia e 01 paciente (3,3%) necessitam dos três tratamentos combinados. Cerca de 33% dos pacientes

necessitou de quimioterapia paliativa pós-tratamento oncoterepêutico primário. Em relação às intercorrências durante o período de tratamento, 43,3% teve algum episódio de mucosite oral, radiodermite ou outro motivo que pudesse interferir na terapia proposta. A taxa de recidiva foi baixa, representando somente 20% e a taxa de sobrevida em cinco anos para CCE de boca e orofaringe foi 30% (Figura 1).

Para a realização do diagnóstico do câncer de boca, o exame clínico minucioso é fundamental juntamente com a realização da biópsia excisional da lesão, sendo esse procedimento considerado invasivo e de alto custo, refletindo em resultados histopatológicos tardios, e consequentemente prognósticos ruins. A necessidade de novas técnicas, sendo elas mais sensíveis e específicas é de grande valia, permitindo assim um diagnóstico precoce, como é o exemplo dos biomarcadores tumorais (Ali *et al.*, 2021; Madhura *et al.*, 2020).

Os biomarcadores podem ser definidos como moléculas biológicas como ácidos nucleicos, proteínas, peptídeos, alterações enzimáticas, anticorpos, metabólitos, lipídios, carboidratos e fatores de crescimento capazes de mediar a integração entre as células neoplásicas e seu microambiente (Peltanova *et al.*, 2019). A detecção de um biomarcador é caracterizada como essencial para a identificação do risco de desenvolver um câncer de boca, uma vez que eles podem ser utilizados para estimar o risco de doença, distinguir neoplasia benigna de tumores malignos, rastrear câncer primário oculto e monitorar o estado da doença (Santosh *et al.*, 2016). Com isso, a necessidade de identificação e validação de biomarcadores torna-se de suma importância para melhorar o diagnóstico, prognóstico e tratamento do câncer, assim como novos estudos.

Tabela 1 – Distribuição dos pacientes e dos óbitos pela doença em 05 anos, segundo as variáveis sociodemográficas

Variáveis		Casos n (%)	Evento* n (%)
Sexo			
Feminino		4 (13,3)	1 (25)
Masculino		26 (86,7)	20 (76,92)
Cor			
Branca		12 (40)	8 (66,66)
Não Branca		14 (46,7)	9 (64,28)
NI		4 (13,3)	4 (100)
Procedência			
Centro Sul		22 (73,3)	17 (77,27)
Litoral Sul		5 (16,7)	2 (40)
Caparaó		3 (10)	2 (66,66)
Escolaridade			
≤08 anos		20 (66,7)	15 (75)
>08 anos		4 (13,3)	3 (75)
NI		6 (20)	3 (50)
Histórico Familiar			
Sim		10 (33,3)	4 (40)
Não		11 (36,7)	8 (72,72)
NI		9 (30)	9 (100)
Tabagista			
Sim		17 (56,7)	14 (82,35)
Ex-Tabagista		8 (26,7)	5 (62,5)
Não		4 (13,3)	1 (25)
NI		1 (3,3)	1 (100)
Etilista			
Sim		12 (40)	10 (83,33)
Ex-Etilista		11 (36,7)	8 (72,72)
Não		6 (20)	2 (33,33)

* Participantes da coorte que morreram em cinco anos; NI: Não informado.

Fonte: Autoria própria (2024).

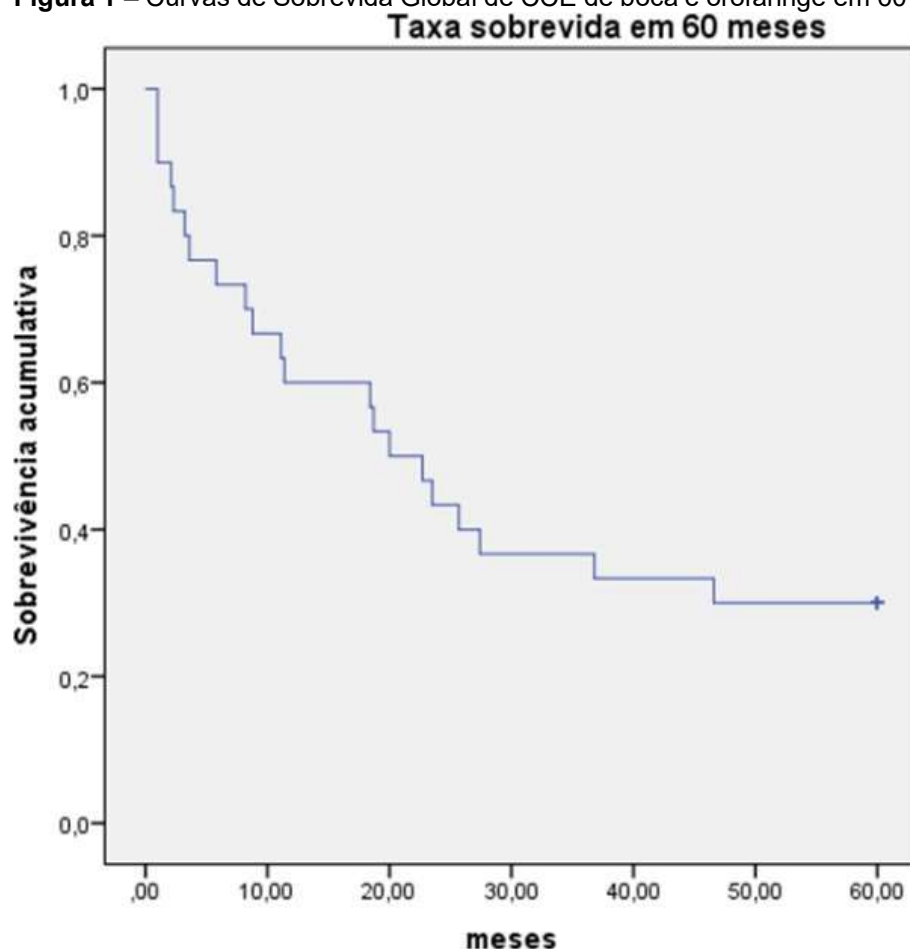
Tabela 2 – Distribuição dos pacientes e dos óbitos pela doença em 05 anos, segundo as características clínicas e modalidades terapêuticas

Variáveis	Casos n (%)	Eventos* n (%)
Localização		
Orofaringe	10 (33,3)	6 (60)
Língua	12 (40)	8 (66,6)
Lábio	1 (3,3)	0 (0)
Assoalho	3 (10)	3 (100)
Palato	3 (10)	3 (100)
Mucosa Jugal	1 (3,3)	1 (100)
Grau de Diferenciação		
Bem Diferenciado	3 (10)	2 (66,6)
Moderadamente Diferenciado	20 (66,7)	15 (75)
Pouco Diferenciado	3 (10)	2 (66,7)
NI	4 (13,3)	2 (50)
T		
T1 + T2	13 (43,3)	9 (69,2)
T3 + T4	16 (53,3)	12 (75)
NI	1 (3,3)	0 (0)
N		
N0	11 (36,7)	9 (81,8)
N+	19 (63,3)	12 (63,1)
NI	1 (3,3)	0 (0)
M		
M0	28 (93,3)	20 (71,4)
M1	1 (3,3)	1 (100)
NI	1 (3,3)	0 (0)
Tratamento		
Quimiorradioterapia	20 (66,7)	14 (70)
Radioterapia	1 (3,3)	1 (100)
Cirurgia + RT + QT	1 (3,3)	1 (100)
Cirurgia	8 (26,7)	5 (62,5)
Quimioterapia Paliativa		
Sim	10 (33,3)	10 (100)
Não	20 (66,7)	11 (55)
Recidiva		
Sim	6 (20)	3 (50)
Não	24 (80)	18 (75)

* Participantes da coorte que morreram em cinco anos; NI: Não informado; T:Tamanho Tumoral; N: Linfonodo Metastático; M: Metástase.

Fonte: Autoria própria (2024).

Figura 1 – Curvas de Sobrevida Global de CCE de boca e orofaringe em 60 meses (05anos)



Fonte: Autoria própria (2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências apresentadas neste trabalho apontam dados correspondentes aos grandes estudos realizados sobre o tema câncer e em ênfase no câncer bucal, destacando o perfil sociodemográfico e a taxa de sobrevida.

Na pesquisa observa-se também que homens acima de 50 anos, pretos e pardos, com escolaridade até o ensino fundamental e que a fonte de renda é proveniente do trabalho rural, que conseqüentemente esse mesmo grupo tem uma exposição intensa e excessiva ao sol, no qual é um dos fatores etiológicos do câncer. Outros dois fatores etiológicos com grande incidência citados neste trabalho que potencializam a mutação genética específicas de células carcinogênicas foram mais da metade tabagistas crônicos e um pouco menos da metade faziam o consumo de álcool cotidianamente, resultando em um número expressivo de morte entre os

homens acometidos, mesmo conciliando o tratamento de quimioterapia e radioterapia.

Fatores esses apresentados demonstram que além do fator etiológico ambiente e hábitos não saudáveis, o nível de escolaridade também pode ser um dos fatores influenciadores diretamente ao prognóstico da doença, pensando nas seguintes perspectivas: o conhecimento sobre doenças e a introdução precoce dessa população no mercado de trabalho.

Com isso é importante questionar-se sobre a transmissão de conhecimento e a conscientização do autocuidado nesses grupos que possuem uma dificuldade de acesso à educação e a saúde, principalmente na atenção primária.

5 REFERÊNCIAS

ALI, A. *et al.* **Expression of invadopodia markers can identify oral lesions with a high risk of malignant transformation.** The Journal of Pathology: Clinical Research, v. 7, n. 1, p. 61-74, 2021. Acesso em: 23 out. 2024.

BOBDEY S, SATHWARA J, JAIN A, SAOBA S, BALASUBRAMANIAM G. **Squamous cell carcinoma of buccal mucosa: An analysis of prognostic factors.** South Asian J Cancer. 2018; 7(1):49-54. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. **Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil.** Rio de Janeiro: INCA. 162 p. 2022. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/estimativa-2023-incidencia-de-cancer-no-brasil>>. Acesso em: 25 out. 2023

DIAS, Grazielle Aparecida Azevedo; COELHO, Jéssica de Almeida. **Uso de antissépticos orais e sua relação com câncer de boca.** Revista Científica Unilago, v. 1, n. 1, 2022. Acesso em: 23 out. 2024.

LIOUTA, G. *et al.* **DNA methylation as a diagnostic, prognostic, and predictive biomarker in head and neck cancer.** International Journal of Molecular Sciences, v. 24, n. 3, p. 2996, 2023. Acesso em: 22 out. 2024.

MADHURA, M.G *et al.* **Minimally invasive procedures for the recognition and diagnosis of oral precancer and cancer.** Disease-a-Month, v. 66, n. 12, p. 101033, 2020. Acesso em: 23 out. 2024.

MEDEIROS, G. C. *et al.* **Fatores Associados ao Atraso entre o Diagnóstico e o Início do Tratamento de Câncer de Mama: um Estudo de Coorte com 204.130 Casos no Brasil.** Revista Brasileira de Cancerologia, v. 66, n. 3, 2020. Acesso em: 23 out. 2024.

PELTANOVA B; RAUDENSKA M; MASARIK M. **Effect of tumor microenvironment on pathogenesis of the head and neck squamous cell carcinoma: A systematic**

review. Mol Cancer. 2019;18(1):1–24.

RIBEIRO, I. L. A., NÓBREGA, J. B. M., VALENÇA, A. M. G., & Castro, R. D. (2017). **Predictors for oral cancer in Brazil.** Revista de Odontologia UNESP. 46(6), 325-329. Acesso em: 27 out. 2024.

SANT'ANA, Luciana Gonçalves *et al.* **A importância do conhecimento dos fatores de risco e do diagnóstico precoce na prevenção do desenvolvimento do câncer bucal: uma revisão de literatura.** Facit Business and Technology Journal, v. 1, n. 25, 2021. Acesso em: 22 out. 2024.

SANTOSH A; JONES T; HARVEY J. **A review on oral cancer biomarkers: Understanding the past and learning from the present.** J Cancer Res Ther. 2016;12(2):486–92.

ANÁLISE DA PRESENÇA DE PARASITOSES EM REGIÕES RURAIS

SILVA, Joyce Dias da¹
RODRIGUES, Raphael Cardoso²

¹ Graduanda do Curso de Farmácia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – diasdasilvajoyce123@gmail.com

² Professor orientador: Doutor em Produção Vegetal. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – raphael.rodrigues@multivix.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A epidemiologia é o campo de estudo que aborda a distribuição de doenças e seus determinantes na população humana com objetivo de promover a saúde a partir destes conhecimentos, uma vez que a disposição das doenças não ocorre ao acaso, mas sim a partir de fatores que determinam sua incidência (NEVES, David Pereira; 2010).

Sendo definido por Rey (2008), o parasitismo é uma associação ecológica íntima entre indivíduos de diferentes espécies, o hospedeiro e o parasita, apresentando grau variável de dependência metabólica, podendo existir caráter patogênico. Ainda, associado a Neves (2010) e Ferreira (2020), observa-se que a distribuição parasitária não ocorre ao acaso, prevalecendo em regiões com condições ideais para a espécie parasita, de forma que a incidência de doenças causadas por parasitas pode indagar condições precárias de saúde coletiva. Corroborado por Brasil (2005), as parasitoses são controladas em regiões onde há equidade na distribuição dos conhecimentos epidemiológicos, síntese de fármacos antiparasitários e melhores condições de vida. As enteroparasitoses, em especial, são doenças causadas pela presença de parasitas no trato intestinal, possuindo sua principal via de transmissão a oral-fecal, seja pelo consumo de água ou alimentos infectados pelo parasito, associado à hábitos precários de higiene e à condições precárias de saneamento (SOUZA *et al*, 2016). No Brasil as doenças transmitidas pela via oral-fecal, especialmente aquelas que causam diarreias, como as enteroparasitoses e infecções por enterobactérias patogênicas, correspondem a mais de 80% das patologias associadas a condições inadequadas de saneamento ambiental (IBGE, 2009).

Regiões rurais são definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023) por áreas pouco povoadas, caracterizadas por atividades antrópicas ligadas a agropecuária e afins, ainda, acrescido por Silva e Junior (2024), são regiões com acesso limitado aos serviços de saúde e carência de saneamento, sendo regiões menos assistidas por políticas públicas, tal como assentamentos, aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombos e periferias.

Diante desta situação, é fundamental compreender a dinâmica das parasitoses em regiões rurais, considerando não apenas a prevalência e os fatores de risco, mas também as implicações para a saúde pública. A análise das condições de saneamento e acesso aos serviços de saúde pode revelar a urgência de intervenções efetivas para o controle dessas doenças e a promoção de melhores práticas de saúde nas comunidades afetadas. A pesquisa busca, assim, contribuir para um entendimento das causas e consequências das parasitoses nessas áreas vulneráveis, apresentando os principais parasitas encontrados.

2 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão de literatura sobre as parasitoses em regiões rurais, com foco em identificar os principais parasitas encontradas nos estudos epidemiológicos.

A pesquisa abrange artigos e estudos publicados de 2010 a 2024, sendo utilizadas as seguintes bases de dados: PubMed, SciELO, Google Scholar e Lilacs. Os critérios de inclusão contemplaram estudos que abordassem parasitoses em regiões rurais do Brasil, publicações em português, e artigos que apresentassem dados relevantes sobre prevalência e tipos de parasitas. Os critérios de exclusão incluíram estudos incompletos, revisões literárias sem dados primários e artigos fora do período estipulado. Foram aplicados descritores como “enteroparasitas”, “parasitose intestinal”, “parasitoses”, “região rural”, “zona rural” e “interior”, combinados com operadores booleanos para otimizar a busca. Após a triagem inicial, os textos completos foram lidos e analisados para extração de dados sobre os tipos de parasitas encontrados, detalhados na Tabela 1. Os procedimentos de análise incluíram categorização e tabulação dos dados para verificar a frequência de ocorrência dos parasitas.

Tabela 1 – Artigos sobre estudos epidemiológicos de parasitoses em regiões rurais

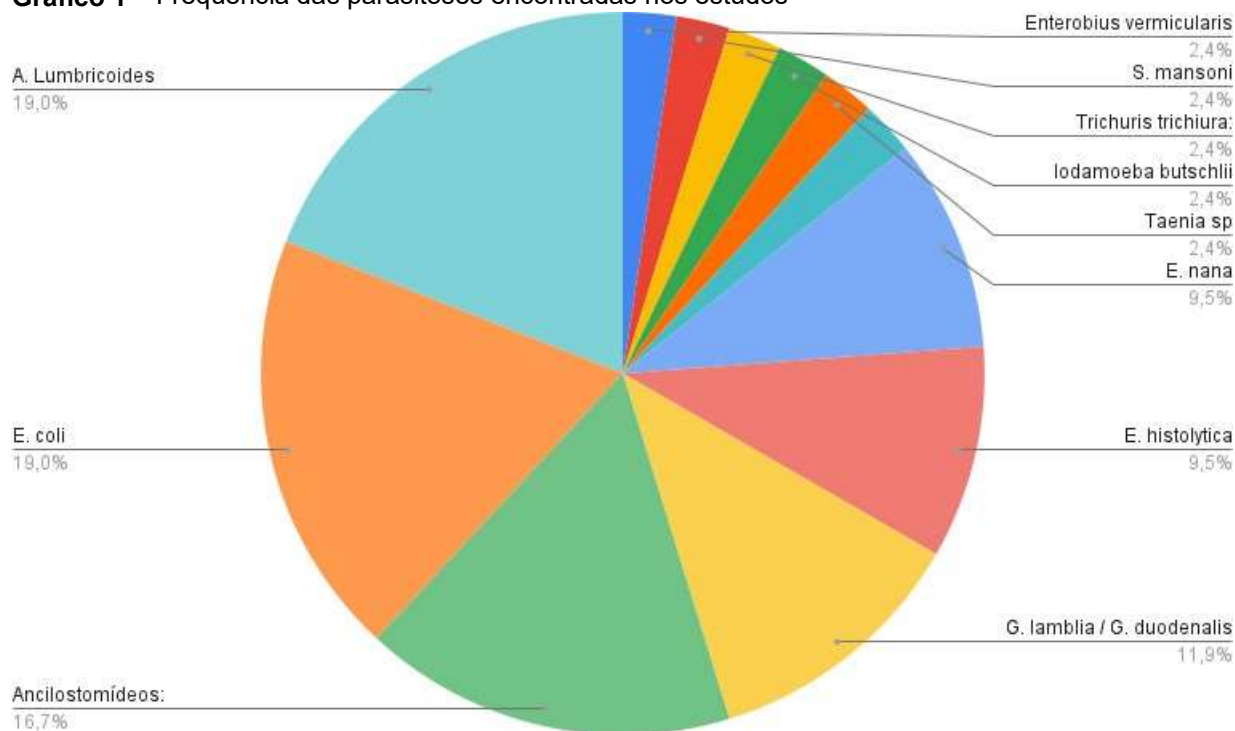
	Título	Autor	Ano	Principais parasitas
1	Prevalência de enteroparasitas em município do interior paulista	Mônia Lodo <i>et al</i>	2010	<i>E. nana</i> <i>E. coli</i> <i>G. lamblia</i> <i>A. lumbricoides</i> <i>Enterobius vermicularis</i>
2	Prevalência das parasitoses intestinais No município de Ibiassucê –Bahia	Márcio Alves deMatos ZoraideVieira Cruz	2012	<i>E. coli</i> <i>E. nana</i> <i>E. histolística</i> <i>A. lumbricoides</i> <i>G. lamblia</i>
3	Índice de parasitoses intestinais nas zonas urbanae rural do município de Caputira - estado de Minas Gerais	Estéfane Souza Lopes Oliveira Juliana Santiagoda Silva	2016	<i>A. lumbricoides</i> <i>S. mansoni</i> <i>Ancilostomídeos</i> <i>E.histolytica</i> <i>G. lamblia</i>
4	Estudo comparativo da ocorrência de parasitoses intestinais em crianças de duas comunidades da zonarural de Paulo Ramos-MA, Brasil	Elisângela P. daSilva, Wyllyane R. C. Carvalho Wellyson da C. Araújo Firmo	2016	<i>E. coli</i> <i>A. lumbricoides</i> <i>Ancilostomídeos</i> <i>E.histolytica</i> <i>E.nana</i>
5	Perfil epidemiológico dasparasitoses intestinais e avaliação dos fatores de risco em indivíduos residentes em um assentamento rural do nordeste brasileiro	Aline Costa Souza <i>et al</i>	2016	<i>E. coli</i> <i>G. duodenalis</i> <i>A. lumbricoides</i> <i>Ancilostomídeos</i> <i>E.histolytica</i>
6	Parasitoses intestinais e a inter-relação com os aspectos socioeconômicos de indivíduos residentes em um povoado rural (Rosápolisde Parnaíba-PI)	M. L. Viana <i>et al</i>	2017	<i>E.nana</i> <i>E. coli</i> <i>G.duodenalis</i> <i>A. lumbricoides</i> <i>Ancilostomídeos</i>
7	A ocorrência de parasitoses intestinais em alunos do ensino fundamental na zona rural da rede municipal de São Luís- MA e sua relação com os hábitos alimentares	Maria Bernarda Magalhães da Silva	2018	<i>A. Lumbricoides</i> <i>E. Coli Tricuris</i> <i>Trichiura</i> <i>Ancilostomídeos</i> <i>Iodamoeba butschii</i>
8	Perfil epidemiológico de parasitoses intestinais em escolares da zona rural de um município do interior de Pernambuco	Cristiane de Oliveira Vasconcelos <i>et al</i>	2024	<i>E. coli</i> <i>Ancilostomídeos</i> <i>A. lumbricoides</i> <i>Taenia sp</i> <i>Strongyloides stercoralis</i>

Fonte: O Autor (2024).

3 DISCUSSÃO

A prevalência de parasitoses intestinais em regiões rurais é um tema de grande relevância. Os estudos demonstram que a falta de infraestrutura adequada, como sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, contribui para a disseminação de parasitas, como *Ascaris lumbricoides* e *Giardia lamblia*, tal qual descrito no gráfico 1:

Gráfico 1 – Frequência das parasitoses encontradas nos estudos



Fonte: O Autor (2024).

A presença de parasitas em comunidades rurais pode causar efeitos diretos na qualidade de vida, resultando em doenças crônicas, desnutrição e complicações associadas, como descrito por Rey (2008), que afirma que a Ascariase, doença provocada pelo *A. lumbricoides*, popularmente conhecida como lombriga, é a mais comum helmintíase humana. Ainda segundo o autor, a infecção ocorre principalmente pela ingestão de ovos do parasita presentes em alimentos ou água contaminados. A alta incidência de *A. lumbricoides* também é corroborada por Silva *et al* (2011), a qual salientou o quão alarmante era a situação de insalubridade que a população estudada vivia, principalmente pela maioria dos indivíduos contaminados serem crianças em fase escolar. A análise dos artigos evidenciou alta prevalência de *Escherichia coli*, e assim como *Entamoeba nana* e *Iodamoeba butschlii*, possuem espécies comensais não patogênicas, contudo suas cepas patogênicas possuem o mesmo mecanismo de transmissão de outros protozoários, sendo forte indicadores das condições sanitárias e da contaminação a qual o indivíduo está exposto (MATO; CRUZ, 2012).

A amebíase, causada pelo protozoário *Entamoeba histolytica*, também é apresentada com grande incidência nos estudos. Essa infecção é conhecida por ser

a segunda parasitose com maior taxa de mortalidade no mundo, de acordo com Walsh (1988). A maioria dos estudos contempla crianças em idade escolar, uma vez que constituem um grupo com sistema imunológico em desenvolvimento e que podem não possuem hábitos adequados de higiene (GOIS et al., 2023), além de acarretam complicações como anemia ferropriva, como causa pelos ancilostomídeos, desidratação e desnutrição, causada pela Giardíase, e irritabilidade e distúrbios do sono causados pela enterobíase, que são de suma importância na avaliação pediátrica (GOIS et al., 2023; SILVA, 2018; REY, 2008).

De acordo com Andrade et al. (2010) o acesso limitado a serviços de saúde, condições sanitárias, moradia, são também agravantes e determinantes da disseminação dos parasitos, e sua prevalência é associada a práticas culturais e hábitos alimentares, que incluem a ingestão de alimentos crus ou mal cozidos e o consumo de água contaminada, sendo estas condições que impactam não apenas a saúde individual, mas provocam surtos de doenças que impactam a saúde coletiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos evidenciaram a relevância da epidemiologia parasitária na saúde pública, principalmente se tratando de regiões rurais, menos assistidas por políticas públicas contudo, as referências sobre o tema ainda são insuficientes e os estudos epidemiológicos ainda são escassos. Tal situação pode estar aliada a dificuldade da realização de exames coproparasitológicos e a falta de estudos mais a fundo sobre as características ambientais que o indivíduo está inserido.

A investigação sobre parasitas não está bem elucidada, pois não existem dados suficientes sobre os principais pontos de contaminação. Frequentemente, as pesquisas disponíveis focam na propagação das enfermidades entre as pessoas ou na prevalência nas populações, de forma que carece estudos sobre a presença de parasitas no ambiente, na água e em formas primárias de contaminação. Esta lacuna no conhecimento complica a compreensão total das dinâmicas de transmissão e dos elementos que favorecem a infecção, aspectos fundamentais para a elaboração de estratégias e políticas eficazes de controle e prevenção às parasitoses.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elisabeth Campos de; LEITE, Isabel Cristina Gonçalves; RODRIGUES,

Vivian de Oliveira; CESCO, Marcelle Goldner. **Parasitose intestinais: uma revisão sobre seus aspectos sociais, epidemiológicos, clínicos e terapêuticos**. Revista de APS, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 231-240, abr./jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano nacional de vigilância e controle das enteroparasitoses**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

FEREIRA, Marcelo U. **Parasitologia Contemporânea**. 2nd ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. E-book. p.1. ISBN 9788527737166

GOIS, João Nivaldo Pereira; KLAUTAU-GUIMARÃES, Maria de Nazaré; OLIVEIRA, Silviene Fabiana de; PAIVA, Sabrina Guimarães. **Parasitoses intestinais como indicadores sócio sanitários de saúde em comunidades quilombolas do Brasil Central**. JNT Facit Business and Technology Journal, qualis B1, vol. 43, ed. 1, 2023, p. 370-394. ISSN 2526-4281.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Coordenação de Geografia. Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. ISBN 9788524045752.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Indicadores Sociodemográficos de Saúde no Brasil. In: **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, número 25. Rio de Janeiro: IBGE; 2009.

MATO, Márcio Alves de; CRUZ, Zoraide Vieira. Prevalência das parasitoses intestinais no município de Ibiassucê – Bahia. **Revista Educação, Meio Ambiente e Saúde**, REMAS, v. 5, n. 1, p. 64-71, 2012.

NEVES, David Pereira. **Parasitologia humana**. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 494p.

REY, Luís. **Parasitologia**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. E-book. p.46. ISBN 978-85-277-2027-4.

SILVA, F. F. da; JUNIOR, O. M. R. **Prevenção e controle de parasitoses intestinais em comunidades rurais: competências do farmacêutico comunitário**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 2943–2958, 2024.

SILVA, J. C. et al.. Parasitismo por *Ascaris lumbricoides* e seus aspectos epidemiológicos em crianças do Estado do Maranhão. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 44, n. 1, p. 100–102, jan. 2011.

SILVA, Maria Bernarda Magalhães Da. **A ocorrência de parasitoses intestinais em alunos do ensino fundamental na zona rural da Rede Municipal de São Luís do Maranhão e sua relação com os hábitos alimentares**. 2018. Trabalho de Mestrado em Educação para a Saúde – Escola Superior de Educação de Coimbra e

Escola Superior de Tecnologia da Saúde, Coimbra.

SOUZA, Aline Costa *et al.* Perfil epidemiológico das parasitoses intestinais e avaliação dos fatores de risco em indivíduos residentes em um assentamento rural do nordeste brasileiro. **Revista Conexão UEPG**, Paraná, ISSN 2238-7315, v. 12, n. 1, p. 26-37, 2016.

WALSH, J. A. Prevalence of *Entamoeba histolytica* infection. In: RAVDIN, J. I. (ed.). **Amebiasis: human infection by *Entamoeba histolytica***. New York: John Wiley and Sons, p. 93-105, 1988.

O PAPEL CRUCIAL DA ENFERMAGEM NO MANEJO DO CHOQUE SÉPTICO

MARQUES, Luiz Henrique Dos Santos¹

MARQUES, Sara Santos¹

AGUIAR, Thiago Souza¹

SANTOS, Cristiane Bittencourt Felicio²

¹ Graduandos do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – luizmarquess001@gmail.com; sarasmарques06@gmail.com; aguiarthiagosouza@gmail.com

² Professor orientador: Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Especialista em Unidade de Terapia Intensiva Geral e Coronariana, Especialista em Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes e Especialista em Educação. Docente da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES – cristiane.santos@multivix.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A sepse é uma resposta inflamatória exacerbada do organismo a uma infecção localizada. De acordo com GARCIA *et al.*, 2020 o choque séptico representa uma forma mais grave de sepse, com disfunção orgânica grave que leva à queda da pressão arterial e baixa perfusão tecidual, podendo causar falência de múltiplos órgãos.

Para critérios de classificação, segundo MARIANO *et al.*, 2021, a sepse é caracterizada por infecção com disfunção orgânica e uma resposta desregulada do corpo. Quando essa síndrome leva a hipotensão resistente à reposição de fluidos e exige vasopressores para manter a pressão arterial média acima de 65 mmHg, classifica-se como choque séptico, que tem alta mortalidade em adultos. Nesses casos, os níveis de lactato também se elevam (acima de 2mmol/L).

A cada ano, a sepse é responsável por, pelo menos, 11 milhões de mortes no mundo. No Brasil, são registrados cerca de 400 mil casos de sepse em pacientes adultos por ano. Desse total, 240 mil morrem, um índice de 60%. Entre as crianças, o número anual de casos é de 42 mil, dos quais 8 mil não resistem, representando um percentual de 19% (BRASIL, 2023).

Uma abordagem epidemiológica realizada por JÚNIOR *et al.*, 2022, no período de julho de 2018 a abril de 2021, apontou que, mesmo durante a pandemia da COVID19, as notificações de sepse foram constantes e que a letalidade do quadro séptico nesse período teve um aumento significativo, tendo o SARS-CoV-2 como



único agente desencadeador do processo.

Em um estudo realizado em um hospital escola afim de analisar o conhecimento do enfermeiro sobre a sepse e o choque séptico, SOUSA *et al.*, 2020, afirmam que, a falta de especificidade dos sinais e sintomas são um fator que dificulta o diagnóstico precoce, uma vez que sinais e sintomas como febre, hipotensão, hipóxia, redução do débito urinário dentre outros, são sinais que podem ser encontradas em diversos quadros clínicos. Ele ainda afirma que o enfermeiro desempenha papel fundamental na identificação do caso, uma vez que esse profissional realiza um processo contínuo de cuidado ao paciente regido pela sistematização e do processo de enfermagem.

Diante desse quadro, a enfermagem possui um papel fundamental, que vai desde a identificação precoce dos sinais e sintomas até as intervenções necessárias para melhorar o prognóstico do paciente. Sendo assim, este estudo tem como objetivo descrever a importância da atuação da enfermagem no cuidado à pacientes em choque séptico e o conhecimento necessário para o manejo da sepse.

2 METODOLOGIA

Este presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo descritiva. A pesquisa ocorreu no período de outubro a novembro de 2024 e foram incluídos no estudo de artigos publicados em formato de texto completo nos anos de 2016 a 2024, escrito nos idiomas de português e inglês.

A busca ocorreu nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) na base de dados SCIELO, PUBMED, LILACS, além de consulta em sites do órgão nacional do Ministério da Saúde. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes operadores booleanos e suas combinações na língua portuguesa: “Equipe de enfermagem” AND “Sepse” e “Choque séptico” AND “Enfermagem”.

Após a pesquisa foram encontrados o total de 15 artigos. Depois de realizada a pesquisa, iniciou-se a etapa de leitura para a seleção de artigos pertinentes com o tema. Do total, após a leitura foram selecionados 10 artigos que possuíam maior relevância com tema proposto e estão dentro dos critérios de inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão foram delimitadas as publicações efetuadas entre 2016 e 2024, que estivessem disponíveis na íntegra por meio de acervos eletrônicos, artigos publicados com textos completos em português e inglês. Foram excluídos artigos que

não atendiam ao objeto de estudo e em língua inglesa.

A coleta de dados compreendeu as etapas de identificação dos artigos, seus objetivos, desenvolvimento e conclusões. Sempre buscando respeitar a ética como forma de segurança e direitos autorais dos artigos.

3 DESENVOLVIMENTO

A sepse pode ser definida como um estado inflamatório sistêmico. E de acordo com GARCIA *et al.*, 2020 os sinais vitais como a temperatura e frequência respiratória são indicadores importantes de deterioração clínica e que podem indicar precocemente o estado de sepse.

Na prática hospitalar a mensuração destes sinais é competência da equipe de enfermagem, uma vez que são os profissionais que acompanham de perto pacientes em internação. O estudo de LOHN *et al.*, 2021 afirma que na detecção precoce do quadro séptico a atuação dos enfermeiros tem destaque, uma vez que são os líderes das equipes e possuem competência técnica e científica para avaliar alterações dos sinais vitais evitando a evolução para choque séptico e reduzindo assim o risco de morte.

A fim de auxiliar no manejo clínico existem inúmeras ferramentas e escalas de avaliação que norteiam os cuidados a serem realizados com o paciente séptico como o qSOFA, a SIRS, o News e MEWS que são exemplares destas escalas. O estudo de OLIVEIRA *et al.*, 2024 aborda o protocolo do National *Early Warning Score* (News) que é uma das principais escalas utilizadas atualmente em enfermarias para detectar a deterioração dos pacientes. O protocolo clínico de News avalia alterações na frequência cardíaca (FC), na frequência respiratória, na pressão arterial sistólica, na temperatura e na saturação de oxigênio (SPO2). Assim, uma vez que as alterações nos sinais vitais são identificadas o enfermeiro aplica no protocolo de News que classifica em fases de 1 a 3, onde a fase 3 corresponde ao estágio de sepse que requer a adoção das recomendações da Campanha de Sobrevivência a Sepse (SSC, no inglês) no manejo clínico do paciente.

Na primeira hora o estudo de LOHN *et al.*, 2021 mostra que deve ser realizada a coleta de gasometria com lactato, coleta de hemocultura, e a administração de medicamentos como antibióticos, cristaloides e drogas vasoativas prescritas pelo médico.

Para PIMENTEL *et al.*, 2019 a assistência de enfermagem pode ser distribuída dentro das primeiras horas após o diagnóstico por meio de *bundles* específicas por horário que contemplam as primeiras 3, 6 e 24 horas. Nas três primeiras horas deve ser coletado exames laboratoriais e realizado a reposição de volumes. Enquanto, no pacote das seis horas devem ser utilizados os medicamentos vasopressores e realizada a reavaliação de volumes e a reavaliação do lactato. Por sua vez, no pacote das 24 horas é recomendado a aplicação da sistematização de assistência de enfermagem (SAE).

O estudo de EVANS *et al.*, 2021 aborda as modificações recentes na SSC em relação às recomendações de 2016 que auxiliam de forma mais eficaz o tratamento do quadro séptico. Alguns destaques de atualização na campanha são: a não recomendação do qSOFA como único mecanismo de triagem ao ser comparado como os demais escores existentes; a utilização do tempo de enchimento capilar como forma complementar às medidas de perfusão para orientar a ressuscitação; a administração de vasopressores em acesso venoso periférico ao invés de esperar por um acesso venoso central; e o uso de ventilação nasal de alto fluxo para pacientes com insuficiência respiratória hipoxêmica induzida por sepse.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sepse e o choque séptico promovem alterações nos parâmetros vitais de um indivíduo e o colocam em risco de vida. Um manejo clínico eficiente e ágil é fundamental para promover um desfecho de reversão. O enfermeiro possui lugar elementar na detecção e no tratamento do choque séptico, sendo o responsável imediato das primeiras ações.

Nesse sentido, é fundamental que estes profissionais estejam habilitados e treinados em reconhecer as alterações significativas dos sinais vitais e atualizados em relação às atualizações e protocolos das ações de manejo clínico.

5 REFERÊNCIAS

BARRETO, Maynara Fernanda Carvalho et al. Sepsis in a university hospital: a prospective study for the cost analysis of patients' hospitalization. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 50, n. 2, p. 302-308, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0080-623420160000200017>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL, Ministério Da Saúde. Dia Mundial da Sepse: Brasil tem alta taxa de mortalidade por sepse entre os países em desenvolvimento. 13 set. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/ebserh/ptbr/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/comunicacao/noticias/2023/dia-mundial-da-sepsebrasil-tem-alta-taxa-de-mortalidade-por-sepsedentre-os-paises-em-desenvolvimento>. Acesso em: 27 out. 2024.

EVANS, Laura et al. Campanha de sobrevivência à sepse: diretrizes internacionais para o manejo da sepse e choque séptico 2021. Critical Care Medicine, v. 49, n. 11, nov. 2021. Disponível em:

<https://www.sccm.org/SCCM/media/SCCM/PDFs/Surviving-Sepsis-Campaign-2021PortugueseTranslation.pdf> Acesso em: 30 out. 2024.

GARCIA, Pedro Celiny Ramos; TONIAL, Cristian Tedesco; PIVA, Jefferson Pedro. Septic shock in pediatrics: the state-of-the-art. Jornal de Pediatria, v. 96, p. 87-98, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jped.2019.10.007>. Acesso em: 27 out. 2024.

JÚNIOR, José Geraldo Santos de Lima et al. Características epidemiológicas da sepse nas unidades de saúde pública no Brasil entre os anos de 2018 e 2021: impacto da pandemia de covid-19. The Brazilian Journal of Infectious Diseases, v. 26, p. 102090, jan. 2022. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1413867021005596?via%3Dihub>. Acesso em: 1 nov. 2024.

LOHN, Arilene et al. Perfil epidemiológico e clínico de pacientes com suspeita de sepse e choque séptico em emergência hospitalar. Reme Revista Mineira de Enfermagem, v. 25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1415-2762-20210063>. Acesso em: 25 out. 2024.

MARIANO, Danielle Rodrigues et al. Perfil de pacientes com sepse e choque séptico em um hospital de trauma: estudo transversal. Enfermagem em Foco, v. 13, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707x.2022.v13.e-202255>. Acesso em: 25 out. 2024.

OLIVEIRA, Gabriella Novelli; NOGUEIRA, Lilia de Souza; CRUZ, Diná de Almeida Lopes Monteiro da. Efeito do national early warning score no monitoramento dos sinais vitais de pacientes no pronto-socorro. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 56, spe, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220x-reeusp-2021-0445pt>. Acesso em: 26 out. 2024.

PIMENTEL, Tatielle Gomes Botelho. Assistência De Enfermagem Ao Paciente Com Sepse Em Unidades De Terapia Intensiva. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 05, Vol. 05, pp. 05-16 Maio de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/paciente-com-sepse>. Acesso em: 31 out. 2024.

VILELA DE SOUSA, Thais et al. Conhecimento de enfermeiros sobre sepse e choque séptico em um hospital escola. *Journal Health NPEPS*, v. 5, n. 1, p. 132-146, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/252610104365>. Acesso em: 26 out. 2024.





MULTIVIX

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM